Universidade Federal do Rio de Janeiro

PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA: UM DILEMA BRASILEIRO EM AFONSO ARINOS E GILBERTO FREYRE (1950-1975)

Bárbara Pinheiro Bado

Rio de Janeiro
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA: UM DILEMA BRASILEIRO EM AFONSO ARINOS E GILBERTO FREYRE (1950-1975)

Bárbara Pinheiro Bado

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profª. Drª. Monica Grin

Rio de Janeiro
Novembro, 2010

PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA: UM DILEMA BRASILEIRO EM AFONSO ARINOS E GILBERTO FREYRE (1950-1975)

Bárbara Pinheiro Bado

Orientadora: Profa. Dra. Monica Grin

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada por

_____
Presidente, Profa. Dra. Monica Grin – Orientadora – UFRJ

_____
Prof. Dr. André Botelho – UFRJ

_____
Profa. Dra. Maria Alice Resende de Carvalho – PUC-Rio

Rio de Janeiro
Novembro, 2010

Aos meus pais, pelo apoio incondicional
e à minha avó (e melhor amiga).

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, profa. Monica Grin, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Aos professores André Botelho e Maria Alice Rezende de Carvalho, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação e por terem aceitado o convite para a banca de defesa. Aos que foram meus professores no PPGHIS/UFRJ e tanto contribuíram para a minha formação. Às funcionárias do PPGHIS, Sandra e Rita, por todo o auxílio. E à Capes, por ter possibilitado a dedicação exclusiva ao Mestrado.

Agradeço também ao Centro de História e Documentação Diplomática – FUNAG, onde estagiei e tive o primeiro contato com as fontes utilizadas neste trabalho. Agradeço principalmente à Maria do Carmo e ao Embaixador Álvaro da Costa Franco, pelas inestimáveis conversas e reflexões fundamentais para a elaboração desta dissertação. E ao funcionário Miranda, do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, por todo o auxílio nas pesquisas.

Agradeço à minha família, minha base para tudo. Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e sempre investiram na minha formação; à minha avó Yedda, por sempre me apoiar e compreender; à minha irmã Patrícia, pelo companheirismo e incentivo; às minhas "primas-irmãs", minha tia Christina e meu tio Sérgio por todo carinho e apoio, obrigada.

RESUMO

PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA: UM DILEMA BRASILEIRO EM AFONSO ARINOS E GILBERTO FREYRE (1950-1975)

Bárbara Pinheiro Bado

Orientadora: Profa. Dra. Monica Grin

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História**.**

Entre as décadas de 1950 e 1970, a política externa brasileira enfrentou um dilema, entre laços de lealdade tradicionais que possuía com Portugal e a crescente pressão internacional contra o colonialismo português. O Brasil até então tivera, de modo geral, relações com Portugal definidas pela ligação simbólico-cultural existente entre os dois países, mas a condenação crescente da comunidade internacional ao colonialismo português, entretanto, tornava o apoio brasileiro à política colonialista lusa praticamente insustentável. A situação agravou-se na década de 1960, com a intensificação das lutas de libertação das colônias portuguesas e o surgimento da primeira política externa brasileira voltada para o continente africano, que acabou por promover ruídos e mesmo conflitos nas relações entre os dois países, uma vez que trazia em suas diretrizes o combate ao colonialismo. No presente trabalho, procurarei identificar, nas obras Gilberto Freyre e na atuação diplomática de Afonso Arinos de Melo Franco, as formas pelas quais eles buscaram refletir sobre esse que chamei de dilema brasileiro entre Portugal e África, entre as décadas de 1950 e 1970.

Palavras-chave: Afonso Arinos de Melo Franco; Gilberto Freyre; Relações Brasil-África; Relações Brasil-Portugal.

ABSTRACT

PORTUGAL-BRASIL-AFRICA: A BRAZILIAN DILEMMA BY AFONSO ARINOS AND GILBERTO FREYRE (1950-1975)

Bárbara Pinheiro Bado

Orientadora: Profa. Dra. Monica Grin

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História**.**

Between the 1950s and the 1970s decades, Brazilian Foreign Policy faced a dilemma between the traditional ties that bound Brazil and Portugal versus the growth of international constraint against Portuguese colonialism. Although Brazil-Portugal relations had always been based on the historic-cultural kinship, the rising criticism against Portuguese Colonial Empire was making it unbearable for Brazil to continue supporting Portuguese colonialism. In the 60s, the situation became worse, due to the uprising of Angolan independentist movements increase and the emergence of the first Brazilian foreign policy towards Africa. In this paper, I will make an attempt to analyze how this dilemma were thought by Gilberto Freyre and Afonso Arinos.

Keywords: Afonso Arinos de Melo Franco; Gilberto Freyre; Brazil-Portugal relations; Brazil-Africa relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 09

1 O DILEMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: ENTRE O COLONIALISMO E A LIGAÇÃO COM PORTUGAL..... 17
1.1 As relações com Portugal: "um caso de família"..... **17**
1.2 A África na política externa brasileira..... **21**
1.3 O ano de 1961: o "turning point"..... **27**
1.3.1 A política externa independente e o surgimento da primeira política brasileira voltada para a África..... 29

2 GILBERTO FREYRE, O LUSOTROPICALISMO E AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA..... 40
2.1 O lusotropicalismo..... **41**
2.2 Por que sou e não sou político: a atuação parlamentar de Freyre..... **45**
2.3 O papel do Brasil no mundo português..... **50**
2.4 O suposto apoio de Freyre ao salazarismo e as críticas suscitadas pelo lusotropicalismo..... **54**
2.4.1 A recepção e a apropriação do lusotropicalismo pelo governo português..... 58
2.5 Culturalismo e pragmatismo: a presença do lusotropicalismo na política externa brasileira..... **61**

3 AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO: UM INTELECTUAL NA POLÍTICA.. 66
3.1 Conflitos entre o intelectual e o político..... **67**
3.2 A carreira política..... **68**
3.2.1 Câmara dos Deputados..... 69
3.2.2 Senado Federal..... 73
3.3 Afonso Arinos e o Ministério das Relações Exteriores..... **74**
3.3.1. Arinos na chancelaria: as inovações e as críticas..... 75
3.3.2. O colonialismo e os laços com Portugal..... 78

CONCLUSÃO..... 85

NOTAS BIOGRÁFICAS..... 87

REFERÊNCIAS..... 91

ANEXOS
1 Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco..... **98**
2 Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional..... **105**
3 Artigo - Nova política externa do Brasil **114**
4 Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU..... **123**
5 O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças - Aspectos gerais de um processo..... **128**

INTRODUÇÃO

Um dos modelos interpretativos da modernidade no Brasil é o *Brasil do eterno dilema,* que apresenta uma disputa sem fim entre valores de uma suposta brasilidade e valores igualitários, universais, modernos.[1]

Na presente dissertação, sugiro que a política externa brasileira, entre 1950 e 1975, enfrentaria dilema semelhante, entre laços de lealdade tradicionais que o Brasil possuía com Portugal e a crescente pressão internacional contra o colonialismo português persistente ainda nos anos setenta. Pretendo identificar, nas obras de Gilberto Freyre e na atuação diplomática de Afonso Arinos de Melo Franco, as formas pelas quais estes dois intelectuais e políticos buscaram refletir de maneiras diferenciadas sobre este dilema.

Este dilema configurou-se entre as décadas de 1950 e 1970, com a intensificação das lutas de libertação das colônias africanas, e ocorreu no âmbito da política externa brasileira, que até então tivera, de modo geral, relações com Portugal definidas pela ligação simbólico-cultural existente entre os dois países. A condenação crescente da comunidade internacional ao colonialismo português, entretanto, tornou o apoio brasileiro à política colonialista de Portugal praticamente insustentável. A situação agravou-se na década de 1960, com o surgimento da primeira política externa brasileira voltada para o continente africano, que acabou por promover ruídos e mesmo conflitos nas relações entre Brasil e Portugal, uma vez que trazia em suas diretrizes o combate ao colonialismo.

O desenvolvimento desta política foi um reflexo das mudanças que ocorriam naquele momento na geopolítica mundial: entre a década de 1940 e o início da década de 1960, trinta ex-colônias africanas haviam conquistado a independência.[2]

Até 1961, a política externa brasileira havia sempre apoiado Portugal em sua questão colonial – considerada como "assuntos internos" a partir de 1951, quando Salazar substituiu o termo *colônias* por *territórios ultramarinos* –, embora revelasse certa ambiguidade ao tratar a questão colonial como um todo.[3]

---

[1] BÔAS, Gláucia Villas. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. IN: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Gilberto Freyre em quatro tempos.* Bauru: EDUSC, 2003

[2] KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra.* Viseu: Publicações Europa-América, 1972.

[3] Para maiores informações sobre esta ambigüidade da política externa brasileira, ver PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960.* Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988; SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996.

Mas o surgimento de uma política orientada para o continente africano no Brasil, em 1961, já trazia consigo a idéia de apoio aos movimentos de independência das colônias, e a própria Política Externa Independente[4], iniciada no governo Jânio Quadros (jan./ago. 1961), tinha como um de seus preceitos o anticolonialismo, como podemos observar nos discursos abaixo de Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores deste governo, e Quadros, respectivamente:

> Portanto, o exercício legítimo de nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e liberdade. [5]
>
> Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso. [6]

Assim, surge um dilema: de um lado, a tradicional relação entre Brasil e Portugal, de apoio completo em assuntos de política externa, e, de outro, a pressão da comunidade internacional desde o pós-guerra somada à pressão interna, de orientação mais à esquerda, de apoio aos movimentos de libertação africanos – inclusive das colônias portuguesas.

Assim, tentarei identificar, nas obras Gilberto Freyre e na atuação diplomática de Afonso Arinos de Melo Franco, as formas pelas quais eles buscaram refletir esse que chamei de dilema brasileiro entre Portugal e África, entre as décadas de 1950 e 1970.

Além disso, como objetivos secundários, buscarei:

a) observar as mudanças que se processaram, entre as décadas de 1950 e 1970, nas obras de Freyre, no que diz respeito às relações Portugal-Brasil-África e os fatores conjunturais através dos quais essas mudanças podem ser atribuídas;

b) identificar diferenças e semelhanças no modo de pensar as relações Portugal-Brasil-África nas obras dos dois autores escolhidos, relacionando-as com as diferentes formações de cada um e seus respectivos papéis no cenário político;

---

[4] Esta denominação foi dada posteriormente pelo chanceler San Tiago Dantas (1961-1962)

[5] Discurso de posse de Afonso Arinos como ministro das Relações Exteriores, 1° de fevereiro de 1961. *Discursos,* Ministério das Relações Exteriores, p. 12. Arquivo Histórico do Itamaraty.

[6] Mensagem Presidencial apresentada por Jânio Quadros ao Congresso Nacional, 15 de março de 1961. Anexo à circular n. 3863, de 20 de março de 1961. AHI 119/5/14. Arquivo Histórico do Itamaraty.

c) explorar a forma que os autores em questão retratam a colonização portuguesa na África.

Em relação a este último tópico, é necessário mencionar que o debate sobre colonialismo, na segunda metade do século XX, veio acompanhado pela discussão sobre suas diferentes formas de expressão, que se faz necessária ainda hoje ao abordarmos este tema.

Em artigo no qual compara as presenças coloniais britânica e portuguesa na África austral, Peter Fry aponta que as identidades do colonialismo britânico – tido como representante da "normalidade" – e o colonialismo português foram definidas através do contraste entre os ideais de "segregação" e "assimilação".[7]

A tradição segregacionista que caracterizava o sistema colonial britânico teria se originado no fim do século XIX, com o racismo científico, que apontava a incapacidade das diferentes "raças" em se "converter" à "cultura" dos poderes coloniais – até então, os ideais da Revolução Francesa teriam motivado os ingleses em uma tímida política de assimilação. Esta suposta incapacidade veio acompanhada por um discurso que defendia a segregação entre nativo e europeu como a única forma de preservar a cultura e as instituições nativas, que citava a África do Sul como exemplo a ser seguido na administração das demais colônias.[8]

O assimilacionismo considerado característico da colonização portuguesa, por outro lado, estaria ligado à caridade cristã e por isso mesmo, teria se tornado o objetivo central da "missão civilizadora" de Portugal desde o século XV.[9] Macagno aponta que o discurso de convivência racial e miscigenação sem preconceitos, entretanto, só seria desenvolvido durante o Estado Novo português, ganhando força conforme cresce a condenação ao colonialismo português nos organismos internacionais.[10]

A diferenciação entre o colonialismo português e os demais modelos europeus foi o principal argumento utilizado por Gilberto Freyre para defender sua permanência; Afonso Arinos, por outro lado, em seus escritos e em sua atuação política, os trata como um conceito – todos são iguais, todos são colonialismo e, portanto, condenáveis.

Esta concepção pode ser observada em discurso proferido durante a XVI Assembléia das Nações Unidas, em que Arinos compareceu como chefe da delegação do

---

[7] FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Ásia,* n. 29, 271-316, 2003. p. 273.
[8] SPITZER *apud* FRY, *op.cit.*, p. 282.
[9] FRY, *op. cit.*, p. 286.
[10] MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo e "duplo vínculo" das relações raciais: o colonialismo português em Moçambique. In: *Territórios da língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas.* Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1 a 5 de setembro de 1996 / coordenação Gláucia Villas Boas. – Rio de Janeiro: IFCS, 1998. p. 433.

Brasil. Após ressaltar a "inalterável amizade [brasileira] para com o povo português", afirmou que:

> O Brasil, por outro lado, não pode fugir ao seu dever, indeclinável, de dar todo o apoio brasileiro à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo. [...]
> Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas á eliminação do colonialismo em todo o mundo.[11]

Opinião oposta à de Arinos foi expressa por Freyre, no mesmo ano, em conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, na qual declarou:

> Não me parece que a caracterização que há anos sugiro, das áreas marcadas pela presença portuguesa [...] possa ser aplicada, com igual generalidade e igual vigor às situações apresentadas por outras áreas onde se vêem verificando contatos de europeus com não-europeus. [...]
> Sendo assim, como se admitir como justa a campanha que se vem fazendo nos últimos dois anos, metodicamente, tecnicamente, dispendiosamente, contra Portugal [...] sob a alegação de que as chamadas províncias de Portugal no Oriente e na África são colônias do mesmo tipo das até a pouco colônias inglesas, holandesas, francesas, belgas; ou das que restam a esses poderes europeus, hoje impérios em dissolução, no Oriente, na África e na própria América?[12]

O que Freyre perseguia era o entendimento do colonialismo português como diferente do colonialismo de tipo anglo-saxão. Interessava a ele mostrar como o império português incluía e assimilava seus colonizados, diferentemente do colonizador inglês e dos demais europeus. Sua tese em defesa do Império português na África estrutura-se como uma espécie de argumento de prevenção contra as influências do mundo anglo-saxão na ausência

[11] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU. In: FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 271
[12] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças.* Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

do colonizador português. Arinos, envolvido no combate pragmático ao colonialismo, não comungava de qualquer interesse valorativo quanto às formas de colonialismo.

No que diz respeito às fontes utilizadas neste trabalho, elas serão, primordialmente, as obras – livros, autobiografias, palestras e discursos – produzidas por Gilberto Freyre, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1975. Estas fontes foram escolhidas por serem as que melhor servem ao objetivo do trabalho, ou seja, apreender como este intelectual refletiu sobre a relação entre Portugal, Brasil e África durante a luta de libertação das colônias africanas pertencentes a Portugal.

Para entender a forma como Afonso Arinos pensou e se posicionou diante a mesma questão, foram utilizadas as correspondências (ofícios, circulares e telegramas) do Ministério das Relações Exteriores, bem como as memórias escritas por Afonso Arinos e uma entrevista concedida ao CPDOC que abordam o período em que exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores.

Sobre os documentos do Ministério das Relações Exteriores, cabe acrescentar que uma parte destes documentos foi retirada do volume AHI 119/5/14 (referente aos ofícios e circulares do ano de 1961) e outra parte foi retirada do *Arquivo Pessoal Afonso Arinos* (doado recentemente por seus filhos Francisco de Melo Franco e Afonso Arinos Filho). Todos eles encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Os ofícios são a forma de comunicação tanto das missões diplomáticas quanto das representações consulares brasileiras com a Secretaria de Estado, ou entre elas; já as circulares são as correspondências enviadas pela Secretaria de Estado às missões e representações.

A relevância dos documentos escolhidos vem do fato de permitirem acompanhar o processo de tomada de decisão quanto à postura a ser adotada pela política externa brasileira com relação às lutas de libertação das colônias portuguesas. Assim, as correspondências têm um valor substancial, que as diferencia, por exemplo, do Relatório do Ministério das Relações Exteriores, resumo dos resultados finais da política externa. Além deste acompanhamento, os documentos utilizados permitem também apreender as diferentes posições existentes no Itamaraty e a pressão exercida por Portugal. E, mais importante para a presente dissertação, os documentos permitem observar o posicionamento de Arinos frente a esta questão.

Através dos diversos telegramas enviados pelo chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, Ciro de Freitas Vale, pedindo informações sobre qual deveria ser seu voto no projeto de resolução sobre a questão angolana, percebemos a constante mudança quanto à orientação a ser seguida. Em um dos telegramas enviados por este diplomata, podemos

também verificar seu descontentamento ao ser informado sobre a decisão de que, nos assuntos que apreciassem a questão angolana, o Brasil deveria abster-se.

> Há quarenta anos cumpro rigorosamente as instruções do Itamaraty e com o mesmo zelo cumprirei as instruções do telegrama n. 106[13] de Vossa Excelência. Penso, entretanto, ser do meu dever dar opinião pessoal sobre as conseqüências da abstenção do Brasil na questão de Angola. [...] Invocar compromisso bilateral com Portugal para justificar voto brasileiro seria admitir que o Brasil se comprometeu a apoiar a política portuguesa no caso específico de Angola, o que é desastroso para nossa situação nas Nações Unidas. [...] A abstenção do Brasil representaria sacrifício inútil de nosso prestígio, porquanto não só o projeto será maciçamente aprovado, mas ainda a desagregação do império português na África parece irresistível e se processa em ritmo acelerado. [14]

As cartas enviadas por representantes portugueses – o embaixador português no Brasil, o presidente de Portugal e o primeiro-ministro português – ao presidente Jânio Quadros e ao seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, assim como as cartas enviadas pelo embaixador brasileiro em Portugal, relatando os apelos que lhe eram feitos, comprovam a pressão feita por Portugal para que o Brasil não mudasse seu histórico posicionamento favorável aos interesses daquele país na política externa.

> Disse-me o ministro que fazia apelo ao governo brasileiro, no sentido de não decidir sua posição sem exame *in loco* desse grave problema. [...] Acrescentou que, no momento em que Portugal se vê injustamente agredido por uma insólita campanha, cujas raízes atingem a própria segurança do mundo ocidental, uma atitude brasileira de indireto apoio a tal campanha, alcançaria repercussão maior do que qualquer outra, em virtude de afinidade histórica e dos laços fraternos dos dois povos, filhos da mesma raça e do mesmo sangue. [15]

Outro ponto a ser abordado quanto às fontes é a utilização de documentos pertencentes a um arquivo pessoal. Ao trabalhar com este tipo de arquivo, devem-se levar em

---

[13] Telegrama em que se comunica que o Brasil deverá abster-se. Telegrama n. 106, Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 29 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.
[14] Telegrama n.190, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 31 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.
[15] Telegrama n. 60, Embaixada brasileira em Portugal para Ministério das Relações Exteriores, 25 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.

consideração alguns pontos, quais sejam: os critérios de acumulação dos documentos e de organização do arquivo.

No caso dos arquivos pessoais, cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades e suas relações vão determinar e informar o que é produzido, recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira.

Além do critério utilizado pelo próprio Afonso Arinos para a acumulação dos documentos, há que ser levada em consideração também a interferência de outros agentes no processo de constituição do arquivo:

> [...] a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses. No caso da doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que, responsáveis pela organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental.[16]

Antes de doar os documentos ao Arquivo Histórico do Itamaraty, Afonso Arinos Filho os utilizou, ao escrever um livro sobre a passagem de seu pai pela política externa brasileira, e por esse motivo a organização foi feita por ele. Os documentos não se encontram organizados por ordem cronológica, mas sim por assunto.

Ao analisar os documentos, o trabalho de interpretação será sempre realizado tomando-se o devido cuidado de contextualização. Também deve ser ressaltado que, ao utilizar os documentos diplomáticos, será sempre levada em consideração a especificidade dos mesmos.

> [...] ele [o documento] raramente ou nunca se basta a si próprio para permitir a cabal compreensão de seu significado; faz falta, para tanto, conhecer-lhe o contexto e as circunstâncias, seus antecedentes e motivações. Com todas

[16] HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.10, n. 19, p. 41-66.

> essas ressalvas, não há dúvida que, quase sempre, um documento é o ponto de partida da pesquisa histórica.
> A afirmação, válida para qualquer modalidade de história, é muito mais evidente para a história da diplomacia, atividade formalizada por excelência no mais alto grau, na qual os menores atos e movimentos se encontram geralmente documentados e registrados por escrito em tratados, acordos, convenções, instruções, atas, relatórios e registros de conferências.
> Na vida diplomática, até as conversas informais tendem a ser preservadas em memorandos, nem sempre confiáveis na versão que descrevem. Vale a pena recordar a advertência do secretário de Estado Dean Acheson: ele nunca havia lido um memorando relatando uma gestão ou conversa diplomática na qual o autor aparecesse como *second best*... [17]

Esta última observação, quanto aos memorandos e seu autor, é válida também para o tratamento a ser dado ao utilizar-se autobiografias como documentos. Afinal, ao relatar um acontecimento, o autor sempre o fará pelo seu ponto de vista, e, dificilmente, irá se retratar de forma pouco lisonjeira. Assim, é importante ter em mente que os textos memorialistas são versões dadas pelo autor às circunstâncias históricas de expressão da sua vida pública.

Por último, gostaria de ressaltar que os dois intelectuais e também políticos foram escolhidos pelas contribuições que apresentam para a compreensão do problema levantado nesta dissertação.

Afonso Arinos era o ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros em 1961, momento em que foi criada a primeira política voltada diretamente para o continente africano e também de intensificação do conflito entre Portugal e os movimentos de libertação africanos. Sua vasta produção bibliográfica, incluindo cinco volumes de autobiografia, e sua visão sobre questões de política externa é sem dúvida de grande utilidade para se pensar o problema proposto neste trabalho. Gilberto Freyre, por outro lado, com sua tese do lusotropicalismo, é aqui o contraponto ao anticolonialismo face ao Império colonial português, é a resistência simbólico-cultural que busca reforçar os elementos de comunalidade, de assimilação, de mistura, que aproximariam Portugal-Brasil-África, como paradigma alternativo aos valores do ocidente anglo-saxão.

[17] RICUPERO, Rubens. Prefácio. In: GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). *Diplomacia Brasileira e Política Externa*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

1 O DILEMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: ENTRE O ANTICOLONIALISMO E A LIGAÇÃO COM PORTUGAL

1.1 As relações com Portugal: "um caso de família"

Embora a política externa brasileira tenha se caracterizado pela ambigüidade com que se posicionou diante do colonialismo praticado pelas potências européias[18] – não havia uma postura única adotada em relação ao colonialismo, sendo o mesmo "uma matéria em aberto, sem uma política própria, e que servia para instrumento de barganha nas Nações Unidas em cada voto específico"[19] –, o apoio à política colonialista de Portugal havia sido uma constante até 1961, pois, nas palavras de João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores durante o governo Gaspar Dutra (1946-1951):

> A política com Portugal não chega a ser uma política. Ninguém faz política com os pais, ou os irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras. Sem tratados. Sem compensações. Pela força do sangue. [20]

As relações entre Brasil e Portugal foram sempre influenciadas por fatores simbólicos e culturais, chegando Gonçalves a apontar que "não podem ser analisadas com os mesmos critérios usados para analisar as relações do Brasil com outros países", pois "devem ser consideradas de tipo especial"[21].

Esta especificidade também é ressaltada por outros autores que estudam as relações entre os dois países, como Costa e Silva, que sublinha que "não se funda sobre interesses econômicos o convívio luso-brasileiro. Tampouco se assenta na convergência de posições políticas no plano internacional", encontrando-se "a história das relações entre

---

[18] PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960.* Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.
[19] SARAIVA, José Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996. p. 26
[20] FONTOURA *apud* RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 357.
[21] GONÇALVES, Williams. "Brasil e Portugal: Diplomacia e Política". In: SANTOS, Gilda. (Org.). Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces – Revista Convergência Lusíada, n. 17, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000. p.393.

brasileiros e portugueses" marcada pelo fato de "sentir-se cada qual a metade do outro".[22] Para Castro, "o relacionamento de Portugal com o Brasil foi, em sua essência, mais íntimo e entrelaçado do que qualquer outra metrópole européia e seus respectivos territórios coloniais", baseando-se em "quatro elementos de valor perpétuo: [...] sangue, língua, cultura e passado comum."[23]

Estas relações especiais entre Brasil e Portugal foram estudadas por Cervo[24], que identificou períodos de aproximação e afastamento entre os dois países, reconhecendo três tempos distintos. O primeiro, chamado pelo autor de *tempo da distância*, vai da Independência do Brasil até o início do século XX e caracteriza-se por um abalo nas relações e na hostilidade entre os dois governos, motivados pela profunda crise econômica enfrentada por Portugal devido à independência brasileira; durante este período os dois países tiveram relações políticas irrelevantes. O segundo, *tempo da retórica,* abrange o período estudado neste trabalho, iniciando-se com as comemorações do IV Centenário do Descobrimento (em 1900) e estendendo-se até o ano de 1974, marcado pela Revolução de Abril em Portugal – que pôs fim ao Estado Novo e ao colonialismo português – e pelo início da chamada política do *pragmatismo responsável* do governo Geisel. Este período é marcado por um reencontro político entre os dois Estados, uma forte retórica de amizade, mútuas visitas de Chefes de Estado e a celebração de tratados, culminando com o Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

A aproximação diplomática entre os dois países tornou-se maior a partir da década de 1930, com a afinidade político ideológica entre o "Estado Novo" de Salazar, em Portugal (1933-1974) e o "Estado Novo" de Vargas, no Brasil (1937-1945).

Este estreitamento dos laços veio acompanhado por diversos acordos, como o Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941, que estabelecia uma ligação direta entre órgãos de repressão dos dois governos, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), no Brasil e o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), em Portugal, criando, em seu parágrafo primeiro, uma seção especial brasileira na sede do SPN, da qual faria parte a título permanente um delegado do DIP, assim como uma seção especial portuguesa na sede do DIP, da qual faria parte um delegado do SPN. Teoricamente, o acordo visava uma colaboração cultural mais efetiva entre os dois países com vistas à difusão de suas culturas, mas na prática

---

[22] COSTA E SILVA, Alberto da. Brasil, Portugal e África. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 51

[23] CASTRO, Dário Moreira de. IN: CERVO, Amado Luiz; CALVET DE MAGALHÃES, José. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: EdUnb, 2000. p.23

[24] CERVO, Amado Luiz; CALVET DE MAGALHÃES, José. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000.* Brasília: EdUnb, 2000.

estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro[25].

Além deste, foram firmados um acordo postal, em 1942, e um acordo telegráfico, em 1943, com o objetivo de oferecer tarifas mais baixas para as comunicações entre as famílias de um e do outro lado do Atlântico.[26] Neste mesmo ano, também foi firmada uma convenção ortográfica, que determinava, em linhas gerais, a "colaboração em tudo quanto diga respeito à conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países"[27].

Foi também durante este período que surgiu o projeto do que viria a ser, anos mais tarde, o Tratado de Amizade e Consulta. A idéia da institucionalização da comunidade natural entre os dois povos estava presente desde a proclamação da Independência do Brasil: já no preâmbulo do Tratado de Amizade e Aliança, de 1825, através do qual o governo português reconheceu a emancipação do Brasil, o rei D. João VI manifestou os "vivos desejos" de "restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança". Na mesma época, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Silvestre Pinheiro Ferreira, publicou um *Parecer sobre um projeto de pacto federativo entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal.*[28]

Outros projetos semelhantes se seguiram[29], sem que nenhum fosse, entretanto, posto em prática – até 1953, quando foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta.

O maior articulador deste tratado foi João Neves da Fontoura, que submeteu ao governo português, durante o período em que ocupava a função de embaixador do Brasil em Lisboa (1943-1945), um projeto concedendo um estatuto especial aos portugueses no Brasil. O governo português, em resposta, sugeriu que o assunto fosse objeto de uma convenção a negociar entre os dois países, envolvendo os direitos dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal.

As negociações foram interrompidas pelo golpe militar que depôs o presidente Getúlio Vargas, em 1945, e foram retomadas apenas com o seu retorno ao poder, em 1951,

---

[25] SCHIAVON, Carmem G. Burget. *Estado Novo e Relações Luso-brasileiras (1937-1945).* Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 96-97

[26] LAFER, Celso. Relações Brasil- Portugal: passado, presente, futuro. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 81

[27] SCHIAVON, *op. cit.,* p.118

[28] MAGALHÃES, José Calvet de. As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 100

[29] Estes projetos são estudados por Calvet de Magalhães em artigo intitulado As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

quando Neves da Fontoura ocupou o posto de Ministro das Relações Exteriores. Após algumas alterações feitas pelos dois governos, o Tratado foi finalmente assinado em novembro de 1953, no Rio de Janeiro, sendo ratificado em Lisboa em janeiro de 1955.

O tratado era definido como "solene instrumento político" – através do qual os presidentes do Brasil e de Portugal, "conscientes das afinidades espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a nação brasileira à nação portuguesa" – que consagrava "os princípios que norteiam a comunidade luso-brasileira no mundo".[30] Ele tinha como princípios fundamentais: a consulta recíproca sobre "os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum"; ambas as partes deveriam "conceder, aos nacionais da outra, tratamento especial que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver regulado nas disposições constitucionais das duas nações"; os dois países se comprometiam a "estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo". [31]

Com as relações comerciais luso-brasileiras declinando desde 1946, era de se esperar que o Tratado de Amizade e Consulta ajudasse a reverter esta situação, ao facilitar ao Brasil o acesso às colônias portuguesas. Tal acesso, porém, foi habilmente obstaculizado através das chamadas Notas Interpretativas. Este texto confidencial que acompanhava o tratado estabelecia que pelo termo comunidade luso-brasileira entendia-se todo o território brasileiro, mas excluía-se as "províncias ultramarinas"[32] de Portugal.[33]

Ao se referir a estas notas, Álvaro Lins[34], diria, anos mais tarde:

> Um princípio fundamental em diplomacia é o da reciprocidade tanto nas vantagens como nas obrigações, [do contrário] as relações entre os países deixam de afirmar-se em termos de soberania nacional de cada um deles para se fazerem, tão só, naquela tessitura menos exigente das disposições contratuais entre uma parte na posição de metrópole e a outra na postura de colônia.[35]

---

[30] Brasil-Portugal. Tratado de Amizade e Consulta. Coleção de atos internacionais n. 357. Ministério das Relações Exteriores. Serviço de publicações. Decreto n. 36.776 de 13 de janeiro de 1955.
[31] Brasil-Portugal. Tratado de Amizade e Consulta. Coleção de atos internacionais n. 357. Ministério das Relações Exteriores. Serviço de publicações. Decreto n. 36.776 de 13 de janeiro de 1955.
[32] O termo "colônia" foi mudado por Salazar, em 1951, para "províncias ultramarinas" como um meio de afirmar que os territórios portugueses na África não eram colônias, mas parte do mundo lusitano. Assim Portugal se protegia de qualquer interferência no que passavam a ser "problemas internos".
[33] RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 320
[34] Crítico literário, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras (1955). Embaixador do Brasil em Portugal entre 1956 e 1959, Lins havia escrito anteriormente uma biografia do barão do Rio Branco – pela qual ganhou o prêmio Pandiá Calógeras, da Associação Brasileira de Escritores (1945) – e lecionado a cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Lisboa (1952-1954), ambos a convite do Ministério das Relações Exteriores.
[35] LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1960. p. 379

Mas as críticas não se restringiam às Notas Interpretativas, tampouco eram um caso isolado: considerado um instrumento que atava a política externa brasileira à portuguesa em um momento que a crítica ao colonialismo ganhava destaque cada vez maior em fóruns mundiais como as Nações Unidas, o tratado foi muito criticado por intelectuais e diplomatas brasileiros como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e Eduardo Portella, entre outros. Em seus livros, artigos e comentários nos relatórios diplomáticos, criticavam a ligação entre a política externa brasileira e a portuguesa, que incluía o apoio do Brasil ao colonialismo luso e cobravam do governo brasileiro a adoção de uma postura mais ativa em relação à descolonização, inclusive das colônias portuguesas.

Estas críticas eram um reflexo das mudanças que ocorriam no sistema internacional, e o início da questão que assolaria a política externa brasileira em sua relação com as colônias portuguesas: como conciliar o crescente anticolonialismo com o tradicional apoio a Portugal?

1.2 A África na Política Externa Brasileira

Os movimentos de independência africanos surgiram no contexto pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo esta desempenhado um papel fundamental.

> [...] as dificuldades militares por que estavam passando as até então poderosas metrópoles foram muito importantes para enfraquecer a imagem das potências colonizadoras junto a seus colonizados. Começava a ficar seriamente abalado o mito da superioridade do *homem branco*.[36]

As vitórias alcançadas pelo Japão sobre holandeses, ingleses, franceses e americanos contribuíram para desfazer este mito, e a participação dos povos colonizados na guerra, em defesa de suas respectivas metrópoles, como é o caso dos argelinos em relação ao

---

[36] LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Aarão e ZENHA, Celeste. *O século XX – o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 35- 64. p. 45.

exército francês, também contribuiu para a tomada de consciência, principalmente quando após a guerra não obtiveram a autonomia que lhes havia sido prometida como recompensa.

Assim, a partir da década de 1940, iniciaram-se as lutas de libertação nacional e, ora por meios pacíficos, ora por meio de longas e violentas lutas contra as metrópoles, os impérios coloniais foram chegando ao fim. O processo de independência das colônias portuguesas, cujo desfecho se daria muito posteriormente, encaixou-se no segundo caso. Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e o Arquipélago do Cabo Verde só obtiveram sua independência após a revolução democrática portuguesa, em 1974. Até então, Portugal fazia figura de último baluarte do colonialismo.

Enquanto isso, no Brasil, como já apontado por José Flávio Sombra Saraiva, embora o surgimento de uma efetiva política africana tenha ocorrido no início da década de 60, "a redescoberta da África como área importante para a formulação da política exterior do Brasil emergiu no contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial".[37]

Desta forma, a África já aparece como ponto de alguma relevância na agenda da política externa brasileira a partir do final do Estado Novo (1937-1945) e, mais claramente, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

No governo Dutra, as posições brasileiras foram de sistemático apoio às metrópoles coloniais no que se referia ao tratamento dos temas africanos. Embora já existissem opiniões discordantes na chancelaria e no parlamento – como do senador Luís Carlos Prestes –, que chegavam a defender o envolvimento brasileiro nas independências das colônias na África, a tendência geral do período foi a do acompanhamento das posições das metrópoles.[38]

Neste período, já é possível observar uma preocupação que será constante nos próximos governos e um dos fatores do interesse, no governo Quadros, de uma maior aproximação com a África: a questão econômica. Já eram perceptíveis os prejuízos decorrentes da política protecionista aos produtos coloniais e da ajuda financeira prestada pelas metrópoles ou por organismos internacionais aos territórios sob tutela. Ciro de Freitas Vale, chefe da delegação brasileira à IV Assembléia Geral da ONU (1949), já mencionava esta questão ao informar o então ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, sobre os debates na Comissão Econômica. [39]

---

[37] SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996. p. 22
[38] SARAIVA, *op. cit.,* p. 26-28
[39] PINHEIRO, *op. cit.,* p.14

No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), a dimensão nacionalista produziu uma política externa mais elaborada e que buscava maior autonomia relativa para a ação do país no cenário internacional. Diferentemente do que ocorrera no governo Dutra, não bastava acompanhar as posições das potências coloniais: era preciso construir uma percepção própria do governo brasileiro na região atlântica. Entretanto, a crescente instabilidade política a partir de meados de 1953 e a perda de controle da situação pelo presidente acabaram por gerar um retorno das teses mais tradicionais de apoio às potências coloniais.

O Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953 e ratificado em 1955, colocava o Brasil na contramão das transformações no cenário mundial, que vivenciava o aumento progressivo dos movimentos anticolonialistas e o surgimento de diversos países independentes.

Na década de 50, o movimento de independência das colônias africanas começou a ganhar força, sendo realizada em 1955, na Indonésia, a Conferência de Bandung, reunindo representantes de 29 países africanos e asiáticos.

O principal objetivo da conferência era promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao colonialismo. Nesta conferência também foram lançados os princípios políticos do "não alinhamento", ou seja, de uma postura diplomática e geopolítica de eqüidistância das superpotências. Esta conferência é considerada um marco, por ter sido a primeira vez que os representantes dos povos africano e asiático se reuniram para discutir os problemas internos de seus países e também os problemas internacionais de seu interesse. Além disso, a realização da Conferência de Bandung, assim como de outras que a seguiram[40], chamou a atenção das grandes potências ocidentais e da União Soviética para o peso do bloco afro-asiático no equilíbrio de poder mundial. Se em 1939 a África tinha apenas um Estado independente, até o ano de 1960 um total de 21 nações africanas havia alcançado o estatuto de independência.[41] Com esta reconfiguração do sistema internacional, tornava-se imperativo que se alterasse a orientação seguida pela política externa brasileira nos assuntos da descolonização e em relação à inserção internacional do Brasil.

Entretanto, apesar de toda a agitação no continente africano neste período, no Brasil o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)

> [...] desconheceu, quer no campo de sua ação própria, quer nas Nações Unidas, o caminho da liberdade africana, apoiou toda a conduta lusitana,

[40] I Conferência de Solidariedade Afro-asiática, com a criação do Conselho Permanente (1957), I Conferência dos Estados Independentes da África (1958) e Conferência dos Povos Africanos (1958)
[41] PINHEIRO, *op.cit.,* p. 78.

> submeteu-se aos interesses das potências coloniais e limitou-se, encerrados os processos de independência dos Estados Africanos a reconhecê-los *de jure*.[42]

A proposta de criação da Operação Pan-Americana (OPA), em junho de 1958, foi a realização de maior destaque na política externa do governo JK. Por meio desta, procurava chamar a atenção dos Estados Unidos para os problemas econômicos da América Latina e projetar o Brasil no mundo como líder da região. De acordo com José Honório Rodrigues, "a OPA obscureceu o mais importante fenômeno histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana."[43]

Por outro lado, a criação do Mercado Comum Europeu (1957) – que previa a associação dos territórios africanos pertencentes ou recém independentes da Europa – ameaçava, para o Brasil, tanto o comércio exportador mundial quanto o fluxo de investimentos financeiros, fazendo ressurgir o temor do período Dutra, da concorrência desleal das exportações africanas. Este receio levou o Brasil a defender, nas Nações Unidas, a criação de um organismo internacional especialmente dedicado ao tratamento das questões econômicas do continente africano.

No que dizia respeito à independência das colônias africanas, entretanto, o governo Kubitschek mantinha seu apoio a Portugal. Na realidade, o governo JK estreitou ainda mais os laços entre os dois países, incluindo uma viagem do presidente brasileiro a Portugal por ocasião das celebrações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, ao qual compareceu como co-anfitrião, fazendo as honras da casa, em vez de recebê-las, caso tivesse ido como visitante e, assim, "o presidente do Brasil, chefe de Estado de um país democrático irá ser, simbolicamente, moralmente, figuradamente, o chefe de Estado também da ditadura portuguesa"[44].

De acordo com Rampinelli, Salazar teria cuidado pessoalmente dos detalhes desta viagem, para que o envolvimento do presidente brasileiro fosse o maior possível e de forma a explorar ao máximo a ligação entre os dois países. Assim, a estada da comitiva presidencial foi marcada por diversas homenagens pomposas visando a caracterizar a solidez das relações entre os dois países e a afetividade histórica que os unia. Para coroar a viagem, Kubitscheck

---

[42] RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 372

[43] RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 372

[44] LINS, *op. cit.,* p. 334

deu uma declaração afirmando sobre a relação entre os dois países: "não temos apenas relações diplomáticas ou cordiais, mas ligações de família. Somos um caso particular no mundo"[45].

Mas conforme aumentavam os movimentos de libertação na África tornava-se cada vez mais difícil obter o respaldo da sociedade a esta orientação da política externa.

Parte da imprensa começava a se distanciar das teses mais identificadas com a vertente colonialista do governo brasileiro e enquanto jornais como *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã* publicavam editoriais cada vez mais críticos, o *Diário de Notícias* assumia uma campanha resoluta contra o apoio brasileiro a Portugal.[46] Setores da diplomacia e intelectuais brasileiros – como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e Eduardo Portella, entre outros – estavam cada vez mais convencidos de que era necessário adotar uma postura mais ativa em relação à descolonização, inclusive das colônias portuguesas.

E foi exatamente isto que Oswaldo Aranha apontou ao então presidente, Juscelino Kubitschek (1956-1961), após chefiar a delegação brasileira XII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1957:

> Cingi-me à letra de nossas instruções, mas, agora, julgo-me no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados, e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição internacional.[47]

O crescente descontentamento com a posição adotada pela diplomacia brasileira em relação à questão colonial e a política brasileira para Portugal levaram à exoneração de Álvaro Lins, embaixador do Brasil em Lisboa, em outubro de 1959. A postura adotada pelo governo brasileiro diante do pedido de asilo diplomático por Humberto Delgado foi o estopim para o pedido de renúncia de Álvaro Lins, que já se encontrava há muito tempo insatisfeito

---

[45] KUBITSCHECK *apud* RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 45

[46] PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960.* Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

[47] ARANHA *apud* SARAIVA, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996. p. 44.

com a forma como estava sendo conduzida a política externa brasileira no governo Kubitschek.

Humberto Delgado, general da força aérea e líder da oposição à ditadura salazarista, fora candidato à presidência em Portugal, em 1958. Após ser derrotado em pleito fraudulento, Delgado foi perseguido e se exilou no Brasil. Ao retornar a Portugal, sentindo-se ameaçado, buscou refúgio na embaixada brasileira em Lisboa, em 12 de janeiro de 1959. O asilo concedido na embaixada brasileira, pelo embaixador Álvaro Lins, gerou um problema para as relações entre Brasil e Portugal, pois o governo português – não signatário de qualquer convenção que reconhecesse o instituto do asilo diplomático –, negava-se a conceder salvo-conduto para Delgado deixar o país. E apesar das hesitações do presidente Kubitschek, simpatizante de Salazar, Álvaro Lins fincava pé na exigência do salvo-conduto, de acordo com as tradições diplomáticas e os compromissos jurídicos do governo brasileiro.

Assim, o asilo a Delgado passou "de uma situação de impasse nas negociações para um estado de crise diplomática entre a embaixada do Brasil e o governo português"[48]. A situação só se resolveu após três meses de indefinições. Embora o salvo-conduto não tenha sido concedido, o governo português permitiu que o general fosse levado ao aeroporto por um carro da embaixada brasileira e acompanhado por um funcionário diplomático.

Após o desfecho do caso, o embaixador Álvaro Lins renunciou e rompeu relações – pessoais e profissionais – com o então presidente brasileiro, Juscelino Kubitchek, escrevendo-lhe uma carta aberta na qual expunha suas razões:

> Efetivamente, Senhor Presidente, as nossas escolhas já estão feitas: os seus compromissos são com a ditadura salazarista; os meus são com a nação portuguesa imperecível; a sua posição é a de fortalecer e reanimar um sistema ditatorial decadente, anacrônico e condenado; a minha é a de solidariedade e apoio ao movimento democrático de restauração das liberdades públicas e dos direitos da pessoa humana para todos os portugueses.[...]
> Traído foi o espírito do Itamaraty, que o seu desrespeito aos princípios políticos e ao valor das tradições transformou de uma instituição histórica num instrumento de política exterior improvisada e incapaz, vacilante e indigna [...].[49]

Após sua renúncia, Álvaro Lins escreveu um livro denominado *Missão em Portugal*, no qual criticou duramente a orientação da política externa brasileira, de apoio à

[48] LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1960. p. 322.
[49] *Ibid.*, p. 353-354.

ditadura e ao colonialismo portugueses. Os nomes dos capítulos refletiam o enorme descontentamento do diplomata: "Juscelino, colono póstumo", "Kubitschek, primeira dama do almirante Tomás", "A suprema vergonha", "Brasil, capital Lisboa", entre outros.

Suas idéias foram compartilhadas por diplomatas e intelectuais cujas posições foram posteriormente reforçadas justamente com os argumentos de Lins e Aranha. Os dois já tinham, inclusive, estabelecido correspondência pessoal sobre os argumentos a favor de uma nova orientação da política externa brasileira, mais ativa em relação à independência africana. Quando Lins foi indicado para a embaixada do Brasil em Portugal, em 1956, Aranha enviou-lhe uma carta na qual afirmava ser este um motivo de felicidade, não pela posição a ser ocupada, mas pela sua dimensão estratégica na construção de uma nova política.[50]

Outro diplomata que já defendia, desde a década de 1950, o desenvolvimento de uma política africana no Brasil, Adolpho Justo Bezerra de Menezes participara, como observador, da Conferência de Bandung, em 1955, experiência que marcou sua formação e sua atuação na chancelaria. Em 1956, Bezerra de Menezes lançou *O Brasil e o mundo Ásio-africano*, primeiro livro escrito por um diplomata brasileiro dedicado ao estudo específico dos dois continentes, no qual argumentava que o Brasil tinha todas as condições para alcançar a "liderança nas nações ásio-africanas"[51].

Embora as críticas à orientação da política externa não tenham sido o bastante para mudar a orientação da política externa no governo Juscelino Kubitschek, considerado simpatizante de Salazar[52], foram, no entanto, ouvidas por Jânio Quadros, na época candidato à sucessão presidencial, que incluiria a descolonização e a solidariedade com os povos africanos em sua campanha eleitoral.

1.3 O ano de 1961: o "turning point"

O ano de 1961 foi decisivo: com a eclosão dos conflitos pela independência em Angola, a discussão sobre o colonialismo português ganhou destaque no mundo inteiro, estampando jornais e sendo alvo de crítica nas Nações Unidas. Como apontado por Ramos, até então as críticas ao governo português vinham apenas dos países africanos, asiáticos ou comunistas, pois os países relutavam em condenar Portugal sem maiores informações sobre o

[50] LINS, *op. cit.,* p. 327
[51] MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ásio-africano*, 2ª edição. Rio de Janeiro: GRD, 1960. p. 7
[52] ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente – Um legado de Afonso Arinos.* São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 118; Ver também RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

que se passava na África, quadro que mudou em 1961, quando a informação tornou-se abundante, empurrando "a ditadura portuguesa, que até então se reservara um discreto lugar à sombra, para uma claridade ominosa"[53].

Um dos países mais atrasados da Europa, Portugal tinha em suas colônias uma lembrança de sua época de ouro – a do grande Império Português. E durante a ditadura salazarista[54] (1932-1974), a idéia de um Império português foi muito ressaltada, servindo, até mesmo, como um meio de sustentação do regime. Ao estudar a importância das colônias para Portugal, alguns autores se referem à importância econômica – como Linhares e Rodrigues[55] –, enquanto outros ressaltam também sua importância política – caso de Thomaz e Clarence-Smith[56]. Para estes, a idéia de um Império contribuiria para reforçar a imagem de um Estado forte e a manutenção das colônias seria de vital importância na preservação do regime salazarista. O ponto central, entretanto, é a unanimidade na extrema importância das colônias para Portugal.

Talvez por esta razão a repressão aos movimentos de libertação tenha sido extremamente violenta, chegando os portugueses a utilizarem napalm e armas da OTAN – o número de angolanos mortos entre 1961 e 1964 é estimado entre 30 e 50 mil[57], além de 300 mil refugiados no Zaire[58].

Apesar das revoltas em Angola terem se iniciado em 1961, o movimento pela independência teve início em 1950, quando militantes anticolonialistas se reuniam em torno do Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, atuando clandestinamente para se esconderem da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado – a polícia secreta da ditadura salazarista). Estes intelectuais agiam em cooperação com o Partido Comunista Português- surgindo daí a inspiração para o Movimento Popular de Angola (MPLA), que surgiu em 1956, seguido pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1960, com a junção da União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático Angolano (PDA).

---

[53] RAMOS, Rui. A erudição lusitanista perante a guerra (1960-1970): algumas observações sobre a polêmica entre Charles Boxer e Armando Cortesão. IN: COELHO, Teresa Pinto (Coord.). *Os descobrimentos portugueses no mundo de língua inglesa (1880-1972).* Lisboa: Editora Colibri, 2005. p.195

[54] Regime ditatorial fundado, em 1932, por Antonio de Oliveira Salazar. Durou até 1974, quando foi derrubado pela Revolução dos Cravos.

[55] LINHARES, *op. cit.* p. 60; RODRIGUES, *op.cit.,* p. 350.

[56] THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul – Representações sobre o terceiro império português.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 39; CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império Português.* Lisboa: Teorema, 1985. p. 202.

[57] Linhares fala em 50 mil enquanto Saraiva estima em 30 mil os africanos mortos entre 1961 e 1964. LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África).* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 102. SARAIVA, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996. p.78.

[58] LINHARES, *op. cit.,* p. 102.

Os dois movimentos disputavam a hegemonia sobre as manifestações nacionalistas de descolonização em Angola, tendo inspirações opostas: enquanto o MPLA era de inspiração comunista e tinha como principal objetivo "a destruição do colonialismo português e a criação de um país independente com um governo democrático e popular"[59], a FNLA era pró-capitalista.

Ambos foram responsáveis pelas primeiras insurreições em 1961, cuja repercussão mundial levou a diversas medidas restritivas a Portugal – Gana fechou seus portos e aeroportos para barcos e aviões portugueses e o Senegal cortou relações diplomáticas com Portugal. Além dos países africanos, outros países também se pronunciaram contra a guerra em Angola, como o Reino Unido, que anunciou a suspensão de suprimento de equipamentos militares para Portugal e os Estados Unidos, que formalmente protestaram contra o uso de equipamento militar americano contra populações civis em Angola.

Na realidade, a condenação a Portugal veio de todas as partes do mundo, e a hostilidade dos governos americano e inglês foi acompanhada da contestação do colonialismo português nas Nações Unidas, onde seus aliados explícitos estavam limitados à Espanha e à África do Sul.

Como se não bastasse, o início dos confrontos em Angola, em fevereiro de 1961, foi precedido do assalto ao paquete Santa Maria e seguido pela ocupação de Goa pela União Indiana, fazendo com que Portugal permanecesse nos noticiários durante quase todo o ano de 1961, onde os comentários eram, na grande maioria, hostis ao governo de Lisboa.[60] Cada vez mais isolado, o governo português esperava poder contar com o histórico aliado governo brasileiro – entretanto, este apoio incondicional estava prestes a mudar.

1.3.1 A Política Externa Independente e o surgimento da primeira política brasileira voltada para a África

Em um cenário conturbado pelas crises sociais e econômicas, Jânio Quadros foi eleito presidente com grande vantagem sobre seu principal adversário, o general Lott, graças a um discurso que alcançava diversos setores da sociedade, pois, como apontado por Skidmore:

> Por não estar ele definitivamente identificado como um líder anti-Vargas (embora ninguém o considerasse jamais um getulista) foi visto como um tipo

[59] ANDRADE e OLIVIER *apud* SARAIVA, *op. cit.,* p. 77
[60] RAMOS, *op. cit.,* p. 195

> capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito. Isto pareceu, então, muito mais possível devido à sua bandeira eleitoral carismática.[61]

Durante a campanha eleitoral, Jânio já defendia revisão na política externa brasileira, sendo, inclusive, elogiado pelo embaixador Bezerra de Menezes, que durante a campanha de 1960 publicou a segunda edição do livro *O Brasil e o mundo ásio-africano,* elogiando, na introdução, o "candidato da oposição" pela coragem da proposta de rever a política externa para a África.[62]

Jânio Quadros teve um período curto de governo (1º de fevereiro a 25 de agosto de 1961) – encerrado com sua renúncia –, durante o qual iniciou a Política Externa Independente (PEI), desenvolvida posteriormente por seu sucessor João Goulart (até março de 1964).

As inovações da política externa brasileira marcaram as gestões de cinco chanceleres, substituídos em função da instabilidade da política interna no período. Lançadas pelo chanceler Afonso Arinos, que se manteve no cargo até a renúncia de Quadros em agosto de 1961, foram continuadas no governo de João Goulart por San Tiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/1962-junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963-abril/1964).

De acordo com a postulação básica da PEI, o Brasil deveria ampliar sua autonomia no plano internacional, desvencilhando-se dos condicionamentos impostos pela bipolaridade. Além disso: as posições do país deveriam ser motivadas apenas pelos interesses nacionais e não pelas pressões das grandes potências; sublinhava-se a identificação do Brasil com outras nações do mundo subdesenvolvido, na América Latina, África e Ásia; criticava-se o colonialismo, o racismo e o armamentismo; deveriam ser intensificados os contatos com o leste europeu, com as novas nações asiáticas e africanas.

A Política Externa Independente trazia em suas diretrizes uma forte crítica ao colonialismo, como pode ser observado nos discursos de Afonso Arinos e Jânio Quadros, respectivamente:

---

[61] SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 231.
[62] MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ásio-africano*. Rio de Janeiro: GRD, 1960. p. 9.

> Portanto, o exercício legítimo de nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e liberdade. [63]
>
> Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso. [64]

Na Política Externa Independente foi elaborada, pela primeira vez, uma política voltada para a África, incluindo a criação da Divisão da África na reforma administrativa realizada no Itamaraty em 1961, e a inclusão de um capítulo no Relatório especificamente voltado para os assuntos africanos. Além das mudanças administrativas, com o objetivo de tornar os assuntos referentes ao continente africano mais presentes dentro do Itamaraty, outras medidas foram tomadas procurando gerar uma aproximação entre Brasil e África nos planos político, cultural e econômico.

No plano político, diversas embaixadas e consulados foram criados e uma série de missões atlânticas foi coordenada; no plano cultural, foram promovidos acordos culturais e um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos; e as mudanças no plano econômico foram marcadas pela inauguração de uma nova política cafeeira entre Brasil e África, com a Declaração do Rio de Janeiro, firmada entre o Brasil e a Organização Interafricana do Café. Assinada em julho de 1961, estabeleceu as bases de um sistema de consulta para a comercialização do produto, para a adoção de critérios e políticas similares de controle de produção e para o fortalecimento do setor agrícola de suas economias.[65]

Entretanto, é importante ressaltar que, embora as mudanças nas diretrizes a serem seguidas pela política externa brasileira fossem claras e bem definidas, na prática desfazer-se de Portugal não parecia tão simples. Na realidade, estabeleceu-se um dilema: de um lado, a tradicional relação entre Brasil e Portugal, de apoio regular em assuntos de política externa, e, de outro, a pressão da comunidade internacional desde o pós-guerra, somada à pressão interna de apoio aos movimentos de libertação africanos.

O conflito entre a orientação anticolonialista da PEI e a ligação histórica com Portugal se apresentou como um dos maiores desafios enfrentados pelo Itamaraty no período

---

[63] Discurso de posse de Afonso Arinos como ministro das Relações Exteriores, 1° de fevereiro de 1961. *Discursos,* Ministério das Relações Exteriores, p. 12. Arquivo Histórico do Itamaraty.
[64] Mensagem Presidencial apresentada por Jânio Quadros ao Congresso Nacional, 15 de março de 1961. Anexo à circular n. 3863, de 20 de março de 1961. AHI 119/5/14. Arquivo Histórico do Itamaraty.
[65] SARAIVA, *op. cit.,* p. 64.

e pôde ser principalmente observado durante a XV Assembléia Geral das Nações Unidas (1961), quando foi apresentado um projeto de resolução referente à situação colonial de Angola. O projeto, apresentado pelos 22 países afro-asiáticos, intimava o governo de Portugal a implementar medidas e reformas em Angola que levassem a uma gradual independência e apontava a formação de um comitê com o objetivo de observar a situação em Angola e reportar à Assembléia Geral.[66]

O Brasil se absteve na votação da proposta. Mas até a decisão por este posicionamento foram trocados diversos telegramas entre o presidente Jânio Quadros, o chanceler Afonso Arinos, o representante do Brasil nas Nações Unidas, Ciro de Freitas Vale, e o embaixador brasileiro em Lisboa, Francisco Negrão de Lima.

Através da análise destes documentos, podemos observar claramente o choque ocorrido entre a orientação anticolonialista da Política Externa Independente e os laços subjetivos que amarravam a orientação diplomática brasileira ao governo português.

Antes mesmo da apresentação da mencionada proposta, Afonso Arinos escreveu a Jânio Quadros, em 15 de março de 1961, afirmando que:

> Dada a gravidade da situação em Angola e considerando que temos com Portugal um Tratado de Amizade e Consulta, parece-me necessário e urgente conversar no mais alto nível, em caráter secreto, com o governo português, sobre o problema dos seus chamados territórios ultramarinos, tendo em vista a posição que o Brasil será chamado a adotar a respeito nas Nações Unidas. A menos que Portugal manifeste o propósito sério e inequívoco de procurar solução imediata e adequada para o problema, creio que o Brasil deve desligar-se de uma política que não se coaduna com a firme orientação anticolonialista do governo de Vossa Excelência. Mas, para isso – peço licença para repetir –, torna-se indispensável uma conversa prévia com Portugal. É o que me proponho a fazer, se Vossa Excelência assim o determinar, estendendo minha visita de Dacar até Lisboa [67]

No dia seguinte, Jânio respondeu demonstrando-se de acordo com a sugestão do chanceler e ratificando que o Brasil não se ligaria à política colonialista de Portugal na África.[68]

Entretanto, as pressões por parte do governo de Portugal não demoraram, e em 24 de março, o presidente português, Américo Tomás, enviou a Quadros um telegrama:

---

[66] Telegrama n. 231, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para o Ministério das Relações Exteriores, 14 de abril de 1961. AHI 119/5/14.
[67] Telex s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 15 de março de 1961. *Arquivo pessoal de Afonso Arinos.*
[68] Telex s/n, Jânio Quadros para Afonso Arinos, 16 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.

> Dirijo-me a Vossa Excelência num momento grave da nossa história. Uma vasta e poderosa conspiração internacional ergue-se contra Portugal na ONU, procurando destruir as fronteiras que edificamos desde o fim do século XV, e ignorar a obra de civilização que vimos realizando no ultramar português [...]. [...] eu peço a Vossa Excelência que nenhuma decisão seja tomada, que mude a orientação até hoje seguida pelo Brasil, sem que um amplo e minucioso conhecimento dos problemas ultramarinos, notadamente de Angola, se tenha verificado. [...] Ao dirigir ao mais alto magistrado do Brasil este apelo, faço-o na consciência de que os laços sagrados que unem o Brasil a Portugal transcendem os próprios governos e as atuais gerações das duas pátrias [...]. E, ainda, que a comunidade luso-brasileira – que brasileiros e portugueses historicamente criaram – constitui a salvaguarda do patrimônio comum de sangue, de idioma, de cultura, de heroísmo e de afeto que partilham por igual, fraternalmente, as duas pátrias. [69]

Percebemos, no discurso de Tomás, algumas constantes no pensamento político português da época[70], como a apresentação da obra colonial portuguesa como contínua e única, e ligada a uma idéia de "obra de civilização", nas palavras do próprio.

O presidente português se refere também à orientação de governos anteriores – que, como visto anteriormente, sempre foram alinhados a Portugal – e ao "patrimônio de afeto" que existia entre os dois países. Esta idéia de afeto entre as duas nações já havia sido expressa, no Brasil, durante o governo Kubitschek, por João Neves da Fontoura, e a idéia de comunidade luso-brasileira a que Tomás se refere fora declarada explicitamente no Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

No dia 29 de março de 1961 – após uma conversa de Quadros com o embaixador português no Brasil, Manoel Rocheta – ocorreu a primeira oscilação na postura brasileira, e após as obstinadas afirmações dos dias 15 e 16 do mesmo mês, uma nova orientação era enviada a Freitas Vale, explicitando o conflito vivenciado pela PEI:

> O presidente da República, após haver examinado detidamente, comigo, o problema de Angola, entende que a orientação do Brasil decorre, de um lado, da firme posição anticolonialista do governo, e, de outro, dos compromissos internacionais e dos vínculos de natureza especialíssima que unem Brasil a

[69] Carta, Américo Tomás para Jânio Quadros, 24 de março de 1961. AHI 119/5/14
[70] THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "raça" e "nação" nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.), *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, p. 85-106, 1996. p. 85

> Portugal. Decidiu, portanto, que Vossa Excelência deverá abster-se na votação da proposta sobre a matéria.[71]

A 1° de abril, Afonso Arinos comunicou ao presidente os planos para a previamente mencionada viagem a Portugal[72]:

> Depois dos entendimentos havidos com Vossa Excelência no dia 29, decidi, de acordo com a permissão que me foi dada por Vossa Excelência, estender minha viagem até Lisboa. [...] Segue o plano da minha exposição. Salientarei, de início, que a decisão de Vossa Excelência foi tomada no cumprimento do Tratado de Consulta e no espírito de iniciar a nova fase na maneira luso-brasileira de focalizar o problema das províncias ultramarinas de África em face da ONU e da política internacional. Indagarei, então, se Portugal estará de acordo com esta forma de encarar a questão. [...] Caso conclua seja realmente irredutível a intransigência portuguesa (hipótese que considero menos provável), não me restará senão declarar cumprido o Tratado, mas desfeita qualquer obrigação de apoio à linha portuguesa.[73]

Jânio enviou um memorando aprovando o plano no dia 3 de abril [74] e no dia 6 do mesmo mês Afonso Arinos chegava a Portugal. Após conversas com Marcelo Matias, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e Salazar[75], o chanceler voltou ao Brasil e redigiu nota expondo as conseqüências da viagem, que foi divulgada pelo Itamaraty no dia 13 de abril:

> Agora, depois de realizada a viagem do ministro do Exterior a Lisboa, e de apresentadas por ele, extensiva e francamente, ao governo de Portugal, em obediência aos termos do Tratado de Consulta, as condições que condicionam e determinam a posição brasileira, encontra-se o senhor presidente da República, depois de ouvir o ministro do Exterior, em condições de declarar que, sem quebra das fraternais vinculações que unem os dois povos, sem prejuízo da unidade de ação dos seus governos em outros assuntos que interessem à comunidade luso-brasileira, e sem embargo da nossa tradicional conduta de não-intervenção nos negócios internos dos países com que mantemos cordiais relações diplomáticas, se reserva o direito de acompanhar o desenvolvimento da situação africana com a liberdade de ação que corresponde à sua firme política de anticolonialismo,

[71] Telegrama n. 106, Ministério das Relações Exteriores para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 29 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[72] Telex s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 15 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[73] Afonso Arinos para Jânio Quadros, 1° de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[74] ARINOS FILHO, *op. cit*, 2001, p. 207
[75] Tanto a data de chegada a Portugal quanto as conversas com Matias e Salazar constam do resumo telegráfico enviado por Arinos a Jânio no dia 10 de abril de 1961. Ver ARINOS FILHO, *op.cit.,* 2001, p.207-209.

> antidiscriminação, e francamente favorável à autodeterminação de todos os povos capazes de aspirar à independência, política esta que o governo brasileiro considera a única em condições de assegurar a paz e o progresso em todo o mundo. [76]

No mesmo dia da divulgação da nota, Freitas Vale enviara um telegrama pedindo instruções definitivas sobre como deveria votar no caso de Angola [77], que foi respondido com um telegrama que encaminhava a nota[78] e outro que ratificava o primeiro, afirmando que após as conversas do ministro Arinos em Lisboa, o Brasil havia readquirido liberdade de ação e examinaria cada proposta em seus méritos[79].

Em 17 de abril, a Secretaria de Estado enviava a Freitas Vale instruções que pareciam definitivas:

> Vossa Excelência está autorizado a votar a favor das propostas afro-asiáticas sobre Angola, explicando, porém, que o Brasil teria preferido a substituição do segundo parágrafo por um simples pedido a Portugal de informações a respeito dos distúrbios ocorridos em Angola.[80]

Porém, após receber mais um apelo a favor de Portugal, feito pelo ministro das Relações Exteriores de Portugal – ao tomar conhecimento que o Brasil votaria na ONU a favor da moção afro-asiática[81] – Jânio Quadros deu novas instruções, repassadas pela Secretaria de Estado à Missão junto à ONU em 19 de abril.

> [...] por considerar excessiva, inobjetiva e conducente a dificuldades desnecessárias a comissão de inquérito proposta no segundo parágrafo operativo do projeto afro-asiático sobre Angola, o senhor presidente da República determinou que o Brasil se abstenha quando da votação do referido projeto. Nessa oportunidade, em justificação do seu voto, Vossa

[76] Telegrama n. 133, Ministério das Relações Exteriores para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 14 de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[77] Telegrama n. 226, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 13 de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.
[78] Foi deste telegrama que foi retirada a citação acima
[79] Telegrama n. 135, Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 14 de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.
[80] Telegrama n.142, Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 17 de abril de 1961. Arquivo Pessoal de Afonso Arinos
[81] Telegrama n. 97, Embaixada do Brasil em Lisboa para Ministério das Relações Exteriores, 18 de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.

> Excelência, baseando-se no comunicado publicado após o regresso de Portugal do senhor ministro de Estado, deverá, também, acentuar que a atitude do Brasil é firmemente anticolonialista, e que a nossa abstenção é motivada por todas as razões acima referidas. Por isso mesmo, na questão de Angola, o Brasil se reserva o direito de prosseguir em sua posição necessariamente evolutiva, em função dos acontecimentos e quando o assunto for novamente submetido à Assembléia.[82]

Assim, o conflito acabou resultando na abstenção brasileira na votação da referida proposta.

O debate quanto à posição que o Brasil deveria adotar, frente à proposta dos grupos afro-asiáticos na ONU, não esteve restrito aos setores da diplomacia brasileira, tendo também como palco o Congresso e a imprensa.

No Congresso, os setores de centro-esquerda, que defendiam uma política social interna mais justa e uma política externa antiimperialista, apoiavam os preceitos da Política Externa Independente. Afirmavam que o Brasil, na posição de ex-colônia, deveria lutar pela independência angolana, não fazendo sentido combater o colonialismo belga e inglês e ignorar o português, além de chamarem atenção para a possibilidade de ampliação do comércio brasileiro com Angola se acabasse o exclusivo comercial. Os setores contrários, formados principalmente pelos militares e Pela União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, "preferiam ver o Atlântico no ângulo da segurança ocidental e sob a grande área de presença do esforço conjunto do país com os Estados Unidos"[83]. Alardeavam o perigo de Angola, com sua libertação, virar palco da Guerra Fria, fornecendo uma base militar a quem passasse a influenciar a região ameaçando assim a soberania brasileira e pressionavam pelo realinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos, argumentando que a aproximação do continente africano era desnecessária e sinônimo de fortalecimento do comunismo mundial.

Jornais nacionais e estrangeiros também se dividiam entre os grupos favoráveis e contrários ao apoio brasileiro à independência das colônias africanas de Portugal. Alguns jornais estrangeiros, entre eles *The New York Times*, noticiavam qual seria a posição adotada pelo Brasil na ONU, levando o representante brasileiro à XV Assembléia a escrever ao Itamaraty pedindo informações urgentes no sentido de confirmar a veracidade das

[82] Telegrama n. 150. Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 19 de abril de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[83] SARAIVA, *op. cit.,* p.68

informações publicadas[84], um indicativo das constantes mudanças de posicionamento do Ministério.

Afonso Arinos Filho aponta que Jânio, ao decidir que o Brasil deveria votar pela abstenção quando fosse apreciada a proposta afro-asiática, foi influenciado por pressões emotivas em relação a Portugal. Mas se a ligação fortemente estabelecida com o governo português, celebrada pelos governos anteriores, parece ter sido o principal fator que influenciou a decisão do presidente, não foi o único.

Como apontado por Gonçalves[85], alguns elementos presentes nos governos anteriores perduraram durante o governo Quadros/ Goulart, dificultando a implementação da política africana. Entre eles: a atitude em favor do lusitanismo professada por intelectuais de expressiva projeção nacional (como Gilberto Freyre), a ação de diplomatas pró-Portugal, o conservadorismo da grande imprensa nacional e a ação da comunidade de imigrantes portugueses.

Os grupos conservadores no interior do governo, favoráveis a Portugal, e a comunidade portuguesa no Brasil foram responsáveis por pressões internas e deveriam ser considerados pelo presidente, principalmente na situação de instabilidade em que se encontrava a política interna brasileira – Jânio governava sem uma base política de apoio: nunca teve maioria no Congresso Nacional, e sua política econômica austera, baseada no congelamento de salários e restrição ao crédito, começava a lhe custar também o apoio popular.

Além disso, havia uma superposição de crises enfrentadas pela política externa brasileira[86], agravadas pela postura centralizadora de Jânio Quadros em relação ao Ministério das Relações Exteriores.[87]

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart se comprometeu a continuar a política exterior já iniciada, e o seu ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, mandou um claro recado para o governo português, ao afirmar que uma das diretrizes de sua política seria de "apoio à emancipação dos territórios não-

---

[84] Telegrama n. 177, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 29 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos .

[85]GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. São Paulo: USP, 1994. p. 284

[86] No dia 17 de abril de 1961, antevéspera da decisão final pela abstenção, e mesma data em que chegou o apelo feito pelo ministro de Portugal – previamente mencionado – as forças contra-revolucionárias organizadas pela CIA iniciavam a tentativa de desembarque em Cuba.

[87] Esta postura pode ser comprovada pela quantidade de memorandos enviados pelo presidente ao Ministério – chegavam a sete no mesmo dia, sobre os mais diversos assuntos.

autônomos, *seja qual for a forma jurídica* para a sua sujeição à metrópole"[88]. E em janeiro de 1962, ocorreu o primeiro voto brasileiro na ONU contrário a Portugal, durante a XVI Assembléia Geral das Nações Unidas. O voto histórico foi referente à Resolução 1.742, que visava à criação de instituições livres em Angola e o estímulo à transferência gradual de poder ao povo angolano[89]. Nesta ocasião, San Tiago Dantas era o chanceler do Brasil e Afonso Arinos o representante brasileiro à Assembléia Geral.

Contudo, deve ser ressaltado que este voto não representou uma mudança definitiva na orientação brasileira frente ao colonialismo português, uma vez que durante a XVII Assembléia Geral houve novamente uma abstenção brasileira na votação das resoluções de n. 1.807 e n. 1.808. A primeira condenava Portugal por suas atitudes contrárias aos princípios da Carta das Nações Unidas, enquanto a segunda criava um programa técnico para ajudar as colônias portuguesas na África. [90]

Como apontado por Saraiva, este "movimento pendular" da política externa expressava a própria instabilidade do governo:

> As mudanças sucessivas de primeiros ministros no fugaz regime parlamentarista, e as mudanças ministeriais no igualmente breve período presidencialista tornaram os dois anos finais da Política Externa Independente bastante turbulentos no âmbito da política interna. A externa receberia o influxo das tensões internas.[91]

Com o golpe de Estado de 1964, houve um realinhamento com as teses predominantes da Guerra Fria e o esvaziamento do discurso ideológico em favor da emancipação de todas as colônias – em vez disso, o governo procurou enfatizar as relações com os países ocidentais, criticando a "ameaça comunista" internacional. Durante o governo Castelo Branco (1964-1967), o nacionalismo independentista dos dois governos anteriores foi substituído pelo alinhamento aos Estados Unidos,[92] e em 1966, o Brasil reconheceu a tese portuguesa de que os territórios eram não-autônomos, isto é, eram províncias ultramarinas, e, portanto, não era cabível interferência nos assuntos internos de Portugal.[93]

---

[88] DANTAS *apud* MAGALHÃES, *op. cit.,* p. 109
[89] SARAIVA, *op. cit.*, p. 82.
[90] SARAIVA, *op. cit.,* p. 84.
[91] *Ibid.,* p.85
[92] *Ibid.*, p.99
[93] LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-junho de 2007.

No início da década de 1970, ainda era realizada uma forte campanha na imprensa favorável a Portugal, com o apoio de quadros do Itamaraty de extrema direita, que "consideravam os movimentos libertários africanos, dentro do contexto da Guerra Fria, perigosos agentes do comunismo internacional"[94]. Também persistia o "fácil discurso emocional – a que muitos eram sinceramente sensíveis – de que não era a hora de faltar com nosso apoio à 'mãe pátria', quando ela se encontrava praticamente isolada"[95].

A ambigüidade da política externa brasileira com relação à África só extinguiu-se em 1974, após o fim do regime salazarista e o colapso do colonialismo português. No mesmo ano, o Brasil reconheceu a independência da Guiné Bissau, primeira colônia portuguesa a tornar-se independente. De forma a expressar uma mudança na orientação brasileira com relação ao colonialismo português, o Itamaraty declarou o reconhecimento antes mesmo que a ex-metrópole o fizesse.[96]

No ano seguinte, a política externa brasileira tomou outra medida de impacto em sua aproximação com a África, ao ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência de Angola, uma vez que o "Estado angolano nascia sob o signo do socialismo de inspiração marxista-leninista e da incondicional aliança com Cuba e União Soviética" [97], com a vitória do MPLA (Movimento de Libertação de Angola).

O reconhecimento da independência angolana representava que uma aproximação de Angola – e da África portuguesa em geral – passava a ser, finalmente, privilegiada pela política externa, independentemente dos grupos de pressão – inclusive dentro do Itamaraty e no Congresso – que ainda defendiam que o Brasil deveria manter seu apoio a Portugal em sua política colonialista.[98]

Entre os que defenderam este apoio até a derrocada do colonialismo português, com a Revolução dos Cravos, em 1974, estava Gilberto Freyre. Na contramão das críticas ao governo português, que aumentavam a cada dia, Freyre intensificava sua campanha pelo apoio brasileiro à manutenção da presença portuguesa na África.

No próximo capítulo, iremos tratar como Gilberto Freyre propunha que fossem conduzidas as relações entre Brasil, Portugal e África portuguesa, através da aplicação de seu lusotropicalismo à política externa brasileira.

---

[94] BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida.* Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 241
[95] *Id., loc. cit.*
[96] LESSA; PENNA FILHO, *op. cit.*
[97] GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.
[98] SARAIVA, *op.cit.,* p. 163.

2 GILBERTO FREYRE, O LUSOTROPICALISMO E AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA

O lusotropicalismo[99] se baseava, principalmente, no talento natural do colonizador português para se adaptar aos trópicos, criando civilizações que teriam traços culturais não apenas comuns entre si, mas também únicos, visto que o português se distinguiria dos demais europeus em sua obra de colonização – não imperialista, e sim um "procriador europeu nos trópicos" [100].

Ao não dizimar a cultura local e impor a sua, mas sim se misturar à população das áreas ocupadas, transmitindo dessa forma seus valores, ao mesmo tempo em que absorvia aspectos culturais dos nativos, o colonizador luso teria sido capaz de transplantar para os trópicos valores essenciais de sua cultura. A colonização portuguesa seria, assim, marcada por características próprias, que propiciariam o sucesso luso nos trópicos, bem como a especificidade das civilizações criadas pelo português.

Este "pendor português para harmonizar valores tropicais com os europeus"[101] se aplicaria também à botânica, à arquitetura e até à culinária. Ao visitar uma quinta em Portugal, Freyre observa a presença de diversas plantas tropicais, que já se encontrariam ajustadas à paisagem e, na culinária, observa que o prato português "tende a harmonizar valores que separados deixam de atrair o paladar e a própria vista"[102], se referindo à canja como um prato lusotropical (assimilado da Índia pelo português).

A ética cristã do colonizador luso teria originado o que Freyre aponta como "o fato central da história da colonização portuguesa: a rápida e generalizada mistura de raças e de culturas"[103]. E seria o "sentido simbiótico de relações, menos europeu que cristão – sociologicamente cristão –, com as populações, terras e culturas ou civilizações tropicais"[104] que permitiria a integração portuguesa nos trópicos, originando sociedades miscigenadas, democráticas racial e socialmente[105], ao contrário do que ocorreria nas demais áreas de colonização européia.

---

[99] O lusotropicalismo seria a teoria desenvolvida pela ciência denominada lusotropicologia

[100] FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 43

[101] *Id. Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p.113

[102] *Id., loc. cit.*.

[103] *Ibid.,* p.70

[104] FREYRE, Gilberto. O Brasil, nação hispânica no trópico. *O Cruzeiro.* Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

[105] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

> Conheço de perto várias áreas africanas e outras tantas asianas [sic] onde se vêm verificando contatos de europeus com não-europeus nos trópicos. Vi até onde chegam os extremos de ódio entre homens de cor diferente. Os extremos de miséria de uns e o esplendor de outros. [106]

Para Freyre, a ausência de preconceito racial em relação a outros povos seria natural ao português médio, diferentemente dos demais europeus, nos quais esta característica se manifestaria somente em alguns poucos. A correlação entre o português e a ausência de preconceito manifesta-se em suas obras a ponto de citar o "profundo lusismo" a que chegou um inglês, ao casar-se com a filha de um homem negro.[107]

Esta especificidade do povo português se refletiria em sua "obra de civilização" – que não podia ser comparada ao colonialismo praticado pelos demais países –, que teria dado origem a um "mundo português", formado pelos territórios colonizados por Portugal , que, mesmo com sua cultura própria, teriam sempre traços de cultura comum.

2.1 O Lusotropicalismo

Desde a sua dissertação "Vida Social no Brasil nos meados do século XIX"[108], apresentada à Universidade de Columbia em 1922, Freyre já apontava a especificidade do português, ao referir-se aos alemães que se estabeleciam no sul do Brasil como "brancos que ao contrário dos portugueses, não se misturaram logo, nem facilmente, com gentes de cor".[109]

Se a suposta ausência de preconceito racial do português e sua tendência à miscigenação eram apenas mencionadas por Freyre em sua dissertação de mestrado, em *Casa Grande e Senzala*, escrito 11 anos depois, um capítulo inteiro é dedicado à especificidade do colonizador português, seu talento natural para se desenvolver nos trópicos e de se misturar aos nativos, permeando também todo o livro.

Esta especificidade da colonização portuguesa perpassa toda sua produção bibliográfica, até mesmo por considerá-la definidora da sociedade brasileira – seríamos uma

---

[106] *Id., loc.cit*.
[107] FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 65.
[108] FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª ed. (1ª ed. 1964). São Paulo: Global, 2008.
[109] *Id. Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª ed. (1ª ed. 1964). São Paulo: Global, 2008. p. 65.

extensão da população ibérica e compreender o português seria também uma forma de compreender o Brasil[110].

O próprio caráter patriarcal da sociedade brasileira, objeto de estudo em sua famosa trilogia – *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* –, é considerado por Freyre uma herança da colonização portuguesa e, mais do que isso, um exemplo da capacidade do colonizador português de se adaptar aos trópicos.

> O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. A casa-grande de engenho [...] não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou "transoceanismo", tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação.[111]

Assim, apesar do livro *O mundo que o português criou*, escrito em 1940, ser considerado o marco inicial da dedicação de Freyre ao desenvolvimento de sua teoria lusotropical, suas origens já estavam presentes em obras anteriores e as características únicas do colonizador português já eram definidas em *Casa Grande e Senzala*:

a) a *mobilidade*, que permitiu que um "pessoalzinho ralo, insignificante em número [tenha] conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras"[112]
b) a *miscibilidade*, processo a qual "nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses", e que teria permitido, mais que a

[110] FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. 3ª ed. (1ª ed. 1947). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 41
[111] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª ed. (1ª ed. 1933). São Paulo: Global, 2006. p.35
[112] *Ibid.*, p. 70

mobilidade, aos portugueses compensarem a "deficiência em volume humano para a colonização em larga escala"[113]

c) a *aclimatabilidade*, que de acordo com Freyre dever-se-ia à similaridade entre o clima português e o clima africano:

> [...] estava assim o português prediposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos: seu deslocamento para as regiões quentes da América não traria as graves perturbações da adaptação nem as profundas dificuldades de aclimatação experimentadas pelos colonizadores de clima frio.[114]

d) a *plasticidade*, traço que permitiria ao colonizador português absorver traços da cultura local, modificando a sua e aumentando a sua capacidade de adaptação.

As obras de Freyre que têm como tema principal o lusotropicalismo são *O mundo que o português criou* (1940), *Aventura e Rotina* (1953), *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953), *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) *e O luso e o trópico* (1961).

O mundo que o português criou reúne conferências lidas em universidades estrangeiras, uma na Universidade de Londres e três em universidades portuguesas, durante o ano de 1937. Neste livro, já estão presentes pilares do lusotropicalismo que serão constantes nas obras seguintes, como a especificidade da colonização portuguesa, marcada pela "constante interpenetração de valores culturais diversos e de abundante miscigenação" e que originou povos "essencialmente portugueses em seus estilos de vida mais característicos".

Além disso, um ponto importantíssimo é o fato do cerne do livro ser a idéia da existência de um mundo português, formado pelos territórios colonizados por Portugal e que se encontraria unido por um "conjunto de valores essenciais de cultura", que sobreviveria "à desarticulação do império simplesmente político" e resistiria "à pressão de outros imperialismos meramente econômicos ou políticos" [115]. Esta idéia será um dos maiores alvos dos críticos posteriormente, com a eclosão da luta de libertação africana – desenvolverei este ponto adiante.

---

[113] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* São Paulo: Global, 2006. p. 71

[114] *Ibid.* p. 72

[115] FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou.* Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. p. 32

Aventura e rotina[116] não se trata de uma reunião de conferências, mas sim de uma espécie de diário de viagem, escrito durante a viagem de Freyre por Portugal e pelas colônias portuguesas, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952.

De acordo com o próprio, esta viagem teria lhe oferecido a oportunidade de comprovar sua teoria, fortalecendo também a idéia da existência de um "mundo português" e é importante ressaltar que foi a partir de então que Freyre começou a utilizar o termo lusotropical – até então utilizava termos como luso-brasileiro ou luso-afro-brasileiro.

> A viagem por tantas terras marcadas por presença portuguesa [...] serviu também para confirmar, em mim, critérios de estudo e audácias de generalização esboçadas em antecipação do que acabo de ver com meus próprios olhos e tocar com os próprios dedos. Mais de uma vez minha impressão foi a do *déjà vu,* tal a unidade na diversidade que caracteriza os vários Portugais espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses Portugais diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão "lusotropical" para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos.[117]
>
> Na verdade, creio ter encontrado nesta viagem a expressão que me faltava para caracterizar aquele tipo de civilização lusitana que, vitoriosa nos trópicos, constitui hoje toda uma civilização em fase ainda de expansão; [...] Essa expressão – lusotropical – parece corresponder ao fato de vir a expansão lusitana na África, na Ásia, na América, manifestando evidente pendor, da parte do português, pela aclimação como que voluptuosa e não apenas interessada em áreas tropicais ou em terras quentes.[118]

O formato de diário de viagem é especialmente interessante, assim como o inegável esforço do autor em encontrar "traços lusotropicais" em tudo que vê: desde os jardins até a culinária – o português teria, de acordo com Freyre, o hábito de fazer misturas harmonizando os diferentes ingredientes, provenientes de diversas partes do mundo.[119] No trecho a seguir pode-se observar estes dois traços marcantes do livro:

---

[116] O nome do livro faz referência a duas características do colonizador português "aventura de dissolução e rotina de conservação. Confraternização com o exótico e ao mesmo tempo perpetuação do tradicional" FREYRE, Gilberto. *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira.* Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940. p. 7

[117] FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 29

[118] FREYRE, Gilberto. *Em torno de um novo conceito de tropicalismo.* Coimbra, 24 jan. 1952. p. 6

[119] FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 113.

> Visita ao Jardim do Ultramar. A família me acompanha. [...] Uma lição prática de sociologia da vida vegetal a acompanhar a sociologia do homem e a do próprio animal no sentido português de estabelecer-se, conservar-se e desenvolver-se convivência harmoniosa entre indivíduos ou grupos de diversas origens. Este Jardim do Ultramar é uma miniatura do que o português realizou em escala monumental.[120]

Além de *Aventura e Rotina,* a viagem de Freyre deu origem a outro livro: *Um brasileiro em terras portuguesas*, lançado no mesmo ano do anterior, que reúne conferências e discursos proferidos por seu autor durante a viagem, além de um apenso com "saudações portuguesas a Gilberto Freyre" – discursos, saudações e brindes feitos por autoridades portuguesas. Este livro, assim como *O luso e o trópico* (1961), foram na realidade "encomendados" e publicados por organismos do Estado português: o primeiro pela Junta de Investigações do Ultramar e o segundo pela Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no âmbito do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos.

O livro *O luso e o trópico* (1961) – única novidade seria a maior ênfase dada ao "parenteso sociológico do português civilizador dos trópicos com o árabe ou o maometano". Além disso, é recheado de referências historiográficas.

É importante ressaltar que nos intervalos entre a publicação destes livros, Freyre publicou diversos artigos e proferiu algumas conferências que abordavam temas centrais do lusotropicalismo, ou falando especificamente sobre sua teoria. Um exemplo é o livro *Interpretação do Brasil* (1947), não apenas uma "tentativa de interpretar o Brasil, como tal, porém como expressão pioneira de um novo tipo de cultura e de civilização"[121]. Este livro foi relançado em 1963 com um novo título, *Novo mundo nos trópicos.*

2.2 Por que sou e não sou político[122]: a atuação parlamentar de Freyre

Cabe aqui discorrer brevemente sobre a atuação política de Freyre, uma vez que as propostas que apoiou como deputado estavam de acordo com as idéias que constituiriam mais tarde o lusotropicalismo.

---

[120] Idem. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p.50.
[121] Idem. *Novo mundo nos trópicos.* 4ª ed (1ª ed. 1963). Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
[122] O título deste capítulo faz uma referência ao livro de Freyre *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.

A eleição de Freyre à Câmara dos Deputados esteve diretamente ligada ao seu envolvimento na luta contra o Estado Novo, iniciado com o apoio ao movimento estudantil pernambucano, com o qual entrou em contato em 1944, na Faculdade de Direito de Pernambuco. A partir de então, passou a participar de outras manifestações de combate à ditadura de Getúlio Vargas organizadas pelos estudantes.[123] O acontecimento de maior destaque na luta estudantil ocorreu em 3 de março de 1945, durante um comício em frente ao *Diário de Pernambuco*, que devido a uma emboscada organizada por forças do governo, culminou em duas mortes. Uma delas foi a do estudante Demócrito de Souza Filho, que se encontrava ao lado de Freyre no momento em que foi atingido. O acontecimento teve grande repercussão, provocando enorme indignação em todo o país, e a participação ativa de Freyre nesta manifestação fez com que ele fosse escolhido pelo movimento estudantil pernambucano como seu candidato a Deputado Federal nas eleições realizadas em 1945.[124]

Eleito para a Câmara dos Deputados, Freyre participou também dos debates constituintes de 1946. Sua atuação parlamentar foi condizente com as teorias que havia desenvolvido, o que pode ser observado em dois momentos específicos – que dizem respeito ao tema desta dissertação.

O primeiro foi um discurso proferido por Freyre de apoio à emenda proposta por Aureliano Leite (UDN), deputado por São Paulo, que defendia um status diferenciado para o imigrante português, com privilégios em relação às outras nacionalidades de imigrantes:

> [...] para os brasileiros os portugueses não são estrangeiros: são portugueses. Esta é a realidade sociológica que cabe à Constituição consagrar e confirmar no interesse do desenvolvimento das relações entre o Brasil, Portugal e as comunidades neoportuguesas da África, da Ásia e das ilhas: comunidades que cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e de população orientadas por tradições e destinos comuns e servidas pela mesma língua também transnacional ou sobrenacional, e por isto mesmo nem nacionalmente portuguesa nem nacionalmente brasileira, mas sobrenacionalmente portuguesa.[125]

A única crítica ao seu discurso, durante a sessão, partiu do deputado Carlos Prestes, que rebateu a proposta com a seguinte ressalva: “se bem que o povo português seja

---

[123] MARINHO, Ricardo José de Azevedo. *Gilberto Freyre Político*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 10.

[124] Ao compor sua chapa para o Senado e a Câmara Federal, a UDN concedeu ao movimento estudantil, pioneiro em Pernambuco na luta contra o Estado Novo, o direito de indicar um candidato a deputado.

[125] Discurso pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte durante a sessão de 17 de junho de 1946.

dos mais atrasados da Europa". No geral, o discurso de Gilberto Freyre foi recebido com muitos aplausos e comentários elogiosos, o que demonstrava como os laços simbólico-culturais que uniam o Brasil a Portugal eram fortes naquele momento.

O apoio a esta lei estava diretamente ligado à sua tese lusotropical, que entendia os territórios de colonização e ocupação portuguesas como integrantes de um mesmo mundo, de um mesmo bloco, ligados por uma cultura comum. Além disso, Freyre manifesta também, em seu discurso, a idéia de que o Brasil deveria contribuir para a manutenção desta cultura, que se encontraria ameaçada.[126] E, devido ao grande número de imigrantes que deveriam vir para o Brasil nos próximos anos, aplaudia a proposta do deputado Aureliano Leite: para que o "lastro de cultura comum", a lusitana, não sofresse "depressão excessiva ou perigosa".

No livro Interpretação do Brasil, publicado em 1947, apenas um ano após este discurso, Freyre repetia sua predileção pelo imigrante português manifestada na Câmara dos Deputados:

> Alguns observadores do assunto acham que o agricultor italiano adapta-se particularmente bem ao modo de vida brasileiro. Mas quer do ponto de vista político, quer do econômico e cultural, o mais acertado para o Brasil é admitir o maior número possível de imigrantes agrícolas precedentes de Portugal; [...] são o tipo de imigrantes de que o país necessita para base ou lastro – o lastro de cultura tradicional – de uma nova camada de imigração européia.[127]

O segundo momento que nos cabe ressaltar foi o apoio de Freyre à proposta da Lei 1.390/1951, contra a discriminação racial, apresentada por Afonso Arinos, na época deputado por Minas Gerais sob a legenda da UDN e que ficaria posteriormente conhecida pelo nome de seu autor.

Dois fatos teriam motivado Arinos a criar este projeto de lei:[128] o primeiro foi a discriminação sofrida por seu motorista negro, impedido de entrar em uma confeitaria no Rio de Janeiro. À sua mulher, de descendência alemã, e aos seus filhos, a entrada fora permitida, mas o motorista fora proibido de acompanhá-los.

---

[126] Esta idéia havia sido anteriormente desenvolvida por Freyre em conferência apresentada no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. FREYRE. Gilberto. *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira.* Recife: Officina do Diário da Manhã, 1940.

[127] FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos.* 2ª ed. (1ª ed. 1971). Rio de Janeiro, Editora Topbooks/UniverCidade, 2000. p.194

[128] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 560.

O segundo fato foi a recusa de um hotel paulista em hospedar a bailarina negra americana Katherine Dunham, acontecimento que gerou grande repercussão, e ao qual Freyre se referiu em seu discurso de apoio à lei:

> Se é certo que um hotel da capital de São Paulo recusou acolher como seu hóspede a artista norte-americana Katherine Dunham por ser pessoa de cor, o fato não deve ficar sem uma palavra de protesto nacional nesta Casa. Pois entre nossas responsabilidades de representantes da nação brasileira está a de vigilância democrática na qual tanto se fala hoje nos discursos mas que nem sempre é praticada nos momentos precisos. Este é um momento – o ultraje à artista admirável cuja presença honra o Brasil – em que o silêncio cômodo seria uma traição aos nossos deveres de representantes de uma nação que faz do ideal, se não sempre da prática, da democracia social, inclusive a étnica, um dos seus motivos de vida, uma das suas condições de desenvolvimento. [...] O que o Brasil tem de mais cristão, de mais democrático, de mais brasileiro nos seus estilos de convivência humana seria abandonado para que em lugar desses estilos se instituíssem aqueles que são precisamente o desdouro, o vitupério, a vergonha de civilizações tecnicamente mais adiantadas que a nossa.[129]

De acordo com o próprio Arinos, o apoio de Freyre à sua proposta de lei foi de fundamental importância, devido ao "prestígio sem reservas (sem as objeções mais tarde suscitadas por sua obra)"[130] que este dispunha naquele momento, afirmando que "a apresentação do projeto, acompanhada do discurso de Freyre, provocou desde logo a mais simpática repercussão."[131]. Contudo, ao comentar a atuação parlamentar de Gilberto Freyre em suas memórias, Arinos escreveria:

> Pode-se dizer que todo mundo vivia à espera de qualquer coisa que Gilberto deveria fazer, mas não fez. [...] o grande escritor não deixou, do seu trânsito pela Câmara do meu tempo, marca verdadeira do que é capaz, e que todos nós tínhamos o direito de esperar dele.[132]

---

[129] FREYRE, Gilberto. *Negação de hospedagem a Katherine Dunham*. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1950.
[130] FRANCO, *op. cit,* p. 561.
[131] *Ibid*., p. 562.
[132] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 419.

Candidato à reeleição em 1951, Freyre não conseguiu se eleger. E em seu discurso intitulado *Adeus a Câmara,* afirma não ser um político, mas sim um escritor por vocação, que teria sido conduzido à política pelas circunstâncias:

> Quanto a mim, não morri em batalha de que desejasse, como indivíduo, participar; nem em busca de vitória que desejasse, como indivíduo, desfrutar. Sabem os pernambucanos que em 50 como em 45 só o excepcional das circunstâncias me afastou de minha vocação, que é a de escritor, para lutar nas ruas e nos comícios por causa política, normalmente aos cuidados dos políticos. A princípio, em 45, em batalhas que chegaram a ser sangrentas, ao lado da mocidade mais brava da minha terra; antecipando-nos, ela e eu, aos políticos, lutamos corpo a corpo contra o policialismo então desvairado. Depois, em batalha quase burocraticamente eleitoral a que fui arrastado pela mão dos moços mais livres do Recife, como seu candidato a deputado federal. Candidato que não pediria um voto. Que, simples escritor e homem pobre, não saberia negociar votos com eleitores, nem confabular com donos de eleitores.[133]

Esta imagem que Freyre constrói de si mesmo já podia ser observada em suas declarações duas décadas antes. Em carta que escreveu a Manuel Bandeira, quando exercia o cargo de chefe de gabinete do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, Freyre afirmou que o fazia apenas pela necessidade: "Mais um ano e meio e estou livre dessas complicações de governo e de enfrentar oposições sem escrúpulo – coisas que pedem bala e alicate. Não posso ficar em política. Acabaria mal."[134]

Mas a visão que Freyre tinha da sua passagem pela política seria mais bem explicitada em artigo escrito por ele em 1951, em resposta a jornalistas que o definiam como "desencantado com a política", após não conseguir ser reeleito:

> Puro engano. Não estou de modo algum desencantado com a política ou sequer desapontado com os políticos. E isto por um motivo muito simples: nunca a política me encantou. Nunca os políticos me fascinaram. E quem não estava encantado por alguma coisa não pode tornar-se um desencantado dessa mesma coisa.
> Passei pela política – é possível que volte a atravessá-la – animado do mesmo espírito de aventura – aventura no bom sentido da palavra – que me tem animado a outras experiências. E não me arrependo de mais essa

[133] FREYRE, Gilberto. Adeus a Câmara. In: *Quase política: 9 discursos e 1 conferência mandados publicar por um grupo de amigos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.
[134] FREYRE *apud* MARINHO, *op. cit.*, p. 26.

> experiência na vida. Foi fecunda. Alargou-me os contatos com a realidade e com a natureza humana.[135]

A preocupação em não ser visto como político talvez estivesse ligada ao seu esforço em ser visto como um "escritor o quanto possível independente. Independente de compromissos com instituições, credos, academias e mesmo universidades"[136]Embora não tenha mais ocupado nenhum cargo após aquele de deputado federal entre 1946 e 1951, sua atuação política continuou, ainda que não oficialmente. A partir da década de 1950 e principalmente durante a década de 1960, observa-se o deslocamento de seu interesse, em perspectiva crítica, para o campo da política externa brasileira, ao defender a manutenção do apoio à presença portuguesa na África.

2.3 O papel do Brasil no mundo português

Na década de 1940, no livro *O mundo que o português criou* e na conferência *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*[137] Freyre já apontava o papel do Brasil na defesa dos valores do mundo português, e a partir da década de 1960 – conforme o debate sobre o colonialismo luso ganha maior destaque nos fóruns internacionais, como as Nações Unidas –, ganhará destaque em seus artigos e conferências a importância da união entre os territórios colonizados por Portugal e o papel que deveria ser desempenhado pelo Brasil, que teria:

> [...] nítidas responsabilidades de caráter não somente cultural, em geral, como político, em particular, para com esse mundo, voltado tanto para o Portugal de sempre – do qual também os brasileiros continuam a necessitar – como para a força jovem e para a civilização triunfante em espaço tropical e através de considerável miscigenação que o esforço brasileiro representa sob a forma de um exemplo e de uma proteção: uma proteção americana que reforce a portuguesa, sem confundir-se com as imperialmente européias. Proteção contra os imperialismos que hoje procuram afirmar-se em espaços tropicais. [138]

---

[135] FREYRE, Gilberto. Desencantado com a política. *Diário de Pernambuco.* Recife, 17 de junho de 1951.
[136] Em torno de um novo conceito de tropicalismo – p. 6
[137] FREYRE, Gilberto. *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife: Officina do Diário da Manhã, 1940. Esta conferência foi realizada no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, em 02/06/1940, em sessão promovida pelo governo português.
[138] FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico.* Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o luso-tropical. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961. p. 19

Além do livro *O luso e o trópico*, uma versão mais bem acabada de sua tese lusotropical, diversos artigos foram escritos por Freyre manifestando a mesma idéia e as mesmas obrigações brasileiras, entre eles *O Brasil, líder da civilização tropical*, *O Brasil, nação hispânica no trópico* e *O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico*.

Nestas obras, escritas em 1961, Freyre afirma que o Brasil teria como obrigação assumir o papel de

> [...] líder de uma articulação de forças que comece a reunir as populações de formação lusitana, em particular, e as de formação hispânica, em geral, situadas em espaços tropicais, sob uma unificadora "consciência de espécie", que se traduza em atitudes e até em atos de solidariedade característicos de uma vasta comunidade com vários e fortes interesses em comum[139]

O mundo lusotropical ou "o mundo que o português criou" seria constituído pela "unidade de sentimento e de cultura formada por Portugal e pelas várias áreas de colonização portuguesa na América, na África, na Ásia e nas ilhas"[140], e pelo fato de se estar unido por um conjunto de valores culturais, existiria independentemente do *status* político.

Este papel de líder do "complexo lusotropical de civilização" caberia ao Brasil por ser "a mais criadora e a mais dinâmica das modernas civilizações que se desenvolvem nos trópicos"[141], e pelo fato de estar em "nosso tipo de civilização a solução mais adequada aos problemas de encontro de europeus com não-europeus em regiões tropicais e quase tropicais"[142]. Além disso, faz referência a artigo de Roger Bastide, que estaria de acordo com suas idéias de que teria o Brasil "se tornado potência demasiado grande para limitar seu destino à América do Sul", possuindo um "papel a desempenhar no mundo de hoje", como mediador entre europeus e não-europeus.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a realização de maior destaque na política externa havia sido a proposta de criação da Operação Pan-Americana (OPA), através da qual se pretendia projetar o Brasil no mundo como líder da região e chamar a atenção dos Estados Unidos para os problemas econômicos da América Latina.

---

[139] *Id.* O Brasil, líder da civilização tropical. *O Cruzeiro.* Rio de Janeiro, 1 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.
[140] *Id. O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 32
[141] *Id. loc. cit.*
[142] FREYRE, Gilberto. O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. *O Cruzeiro.* Rio de Janeiro, 22 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

Neste contexto, podemos compreender a referência ao destino maior do Brasil, que não deveria limitar-se à América do Sul. Assim, Freyre ressalta que, ao assumir aquela que seria sua responsabilidade como líder da civilização lusotropical, o Brasil não comprometeria "suas pretensões à potência média". Afinal, se a posição de líder sul-americano era, para o governo JK, o meio de conseguir um maior destaque no cenário internacional, Freyre sugere que esta posição de destaque também poderia ser obtida através do papel de líder da civilização lusotropical e como mediador entre países europeus e não europeus.

Quanto às "iniciativas de renovação da política exterior do Brasil" do governo Jânio Quadros, ao se referir ao desenvolvimento de uma política específica para o continente africano, Freyre lamenta que esta renovação tenha sido acompanhada pelo "simplismo" de considerar a "presença portuguesa no Oriente e na África entre aquelas formas cruamente 'colonialistas' de relações de europeus com não-europeus". Neste ponto, de acordo com Freyre, o Itamaraty estaria sendo "injusto com a gente portuguesa", além de falho em seu apoio aos africanos – "genuinamente lusotropicais", e aos quais a presença portuguesa na África seria muito mais vantajosa do que a sua substituição por racistas e imperialistas europeus – que estariam por trás das lutas de libertação das colônias africanas.[143]

Freyre recorre ao depoimento de um visitante estrangeiro – técnica recorrente em seus livros – para ilustrar o que já afirmara, mas partindo de relato que poderia ser considerado "neutro". Assim, narra que o dinamarquês Jorgen Norredan, após visitar diversas partes da África, afirmara ter encontrado em Angola a região com maior democracia nas relações entre europeus e não-europeus.[144] Seria exatamente este sistema de civilização racial e socialmente democrático, criado pelos portugueses na África, que estaria em risco, uma vez que o desejo de independência não viria dos próprios nativos, que se considerariam, inclusive, portugueses, não interessando a eles, por esse motivo, separar-se de Portugal.[145] Estes movimentos seriam motivados por grupos imperialistas, com pretensões de absorver os territórios portugueses, submetendo-os à sua cultura racista e antidemocrática[146].

Ao retratar os movimentos de libertação da África portuguesa como motivados por "novos imperialistas de garras prontas para absorverem Angola e descaracterizarem

---

[143] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.
[144] *Ibid.*
[145] *Id. Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p.363.
[146] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

Moçambique, através de falsos libertadores que nem angolanos são; que em vez de português falam francês e inglês; estranhos a Moçambique; nascidos fora de Angola"[147], e caracterizar os grupos nacionalistas como racistas, Freyre afirma que, ao combater os movimentos de libertação africanos, o Brasil não estaria apoiando uma política colonialista, mas sim protegendo a África portuguesa, permitindo o desenvolvimento de uma civilização marcada pela democracia social e racial, como a que teria sido desenvolvida pelos portugueses no Brasil.

Por isso, criticava o apoio aos movimentos de independência africanos, crescentes no Brasil, e parte das diretrizes da Política Externa Independente:

> [...] ridícula - supremamente ridícula - a solidariedade que certos diplomatas, certos políticos e certos jornalistas do Brasil de hoje pretendem, alguns do alto de responsabilidades oficiais, que parta de uma população em grande parte mestiça, como a brasileira, a favor de afroracistas. Que afinidade com esses afroracistas, cruamente hostis ao mais precioso valor democrático que vem sendo desenvolvido pela gente brasileira - a democracia racial - pode haver da parte do Brasil? Tais diplomatas, políticos e jornalistas, assim procedendo, ou estão sendo mistificados quanto ao afroracismo, fantasiado de movimento democrático e de causa liberal, ou estão sendo eles próprios mistificadores dos demais brasileiros. [148]

Assim, apesar de desenvolvido como teoria sociológica e apolítica, o lusotropicalismo, por vezes, adquiriu um papel político. Isto ocorreu ao ser aplicado, pelo próprio Freyre, às relações entre Brasil, Portugal e África.

> Impossível separar-se, de todo, no conceito de lusotropicalidade, o que é científico do que, no plano científico, possa desdobrar-se em orientação política para as relações quer do Portugal europeu com as suas populações tropicais do Oriente e da África, quer do Portugal com o Brasil e do próprio Brasil com o mundo de língua portuguesa fixado em regiões tropicais[149]

---

[147] *Ibid.*

[148] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

[149] FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico.* Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o luso-tropical. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961. p. 18

Conforme aumenta a pressão da comunidade internacional contra o colonialismo – refletindo-se, inclusive, na política externa brasileira –, aumenta também o número de obras produzidas por Freyre ressaltando a importância da manutenção da herança cultural lusotropical. Entretanto, sempre valorizando a importância da preservação da cultura sobre a manutenção do status político. Sua restrição à independência das colônias é justificada pelo temor, comum na época e partilhado, inclusive por Afonso Arinos[150] e San Tiago Dantas[151], de que ao se tornarem independentes, as colônias portuguesas na África pudessem perder sua herança cultural lusotropical, afastando-se então do Brasil e do "mundo português".

Naturalmente, este discurso poderia ser interpretado – e o foi – como uma forma de legitimar a manutenção do colonialismo português na África.

2.4 O suposto apoio de Freyre ao salazarismo e as críticas suscitadas pelo lusotropicalismo

O lusotropicalismo foi duramente criticado, pois os elogios de seu autor ao caráter colonizador português iam além da experiência brasileira: estendiam-se ao atual colonialismo português na África. Para Freyre, a colonização portuguesa no continente africano era traduzida como "a obra ultramarina de Portugal"[152], que em vez de combatida, deveria ser incentivada.

A viagem realizada ao ultramar português em 1951, a convite de Sarmento Rodrigues, fez com que as críticas a Freyre aumentassem, pois embora ele insistisse no caráter apolítico da viagem, os elogios feitos ao governo português e ao seu governante foram abundantes no livro *Aventura e Rotina*, escrito logo após a mesma.

A limitação imposta a Freyre pelo governo salazarista aos territórios que poderia visitar – apontada por Alberto da Costa e Silva, que havia vivenciado a mesma situação, ao acompanhar o embaixador Negrão de Lima em viagem a Angola, em 1961[153] e demonstrada por Rampinelli[154] e Castelo[155] através da análise de telegramas trocados entre o Ministério do

---

[150] FRANCO, *op. cit.,* p. 1004

[151] SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996. p. 84

[152] FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p.51

[153] COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 18.

[154] RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 62-63

Ultramar português e as autoridades coloniais – é negada pelo autor em seu relato da viagem, no livro *Aventura e Rotina*, provavelmente para evitar que esta fosse interpretada como um condicionamento à sua pesquisa. O ponto curioso é que na primeira edição do livro, Freyre entra em contradição, ao negar esta limitação em um momento e a admitir em outro. E então, ao escrever o prefácio da segunda edição (1980), nega com veemência que a mesma tenha ocorrido.[156] Reproduzo estas três passagens, na ordem mencionada acima:

> O convite recebido por mim do ministro do Ultramar não poderia ser mais nitidamente apolítico. Nem mais nitidamente apolítica poderia ter sido minha resposta a esse convite excepcional que de início me colocou na situação de homem de estudo a quem se pediu que visse o Ultramar Português com inteira independência e até com olhos sociologicamente clínicos.[157]
>
> Impossível tanta demora no Dundo[158], tenho de contentar-me em procurar ver o mais possível dentro dos meus limites de tempo. Em procurar ver o que me mostram e entrever o que vêm escondendo dos meus olhos, não só aqui como noutros lugares por mim já visitados, autoridades ou patriotas empenhados em que eu veja só o que lhes parece honroso para Portugal.[159]
>
> Daí o à-vontade do convidado nessas viagens. Sua independência nas observações. Sua liberdade para os contatos os mais diversos – e não apenas os desejados ou programados por elementos do então e, aliás, honrado governo de Portugal.[160]

Este limite de tempo no Dundo a que Freyre se refere, era parte da manipulação realizada pelo Ministério do Ultramar, através de um controle rigoroso que abrangia o itinerário, a escolha das pessoas que deveriam acompanhá-lo, a seleção dos lugares nos quais se hospedaria, e até mesmo a programação das conferências[161]. Rampinelli aponta que nos:

---

[155] CASTELO, Cláudia. CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961).* Porto: Afrontamento, 1999. p. 88-91

[156] Esta negação estaria presente, a partir de então, em todas as obras de Freyre que se referiam a este assunto.

[157] FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 41.

[158] Capital da província angolana da Luanda Norte

[159] Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.* 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001. p.380.

[160] *Ibid.*, p. 25.

[161] RAMPINELLI, *op. cit.,* p. 62.

> [...] vários telegramas despachados pelo ministro ultramarino às autoridades coloniais, Freyre é sempre elogiado como "grande lusófilo", "observador independente, mas muito afeiçoado [a] Portugal [e que] tem exercido ação notável no Brasil [...] na defesa da cultura portuguesa" e "um dos mais notáveis amigos", mas que, no entanto precisava ser dirigido.[162]

E em trecho de um telegrama enviado por Sarmento Rodrigues a Salazar, é inegável esta manipulação:

> Creio já ter ido ao encontro de Vossa Excelência quanto à ida do dr. Gilberto Freyre a Timor. Deixei-o dissuadido de ir lá e agora vejo pelo projeto de programa que acabam de me enviar que ele eliminou Timor e Macau. Ora quanto a Macau é que já não há razão. O que eu quis foi não mostrar Timor.[163]

Assim como um telegrama enviado ao MNE pelo Consulado de Portugal em Bombaim, que explicita as instruções a serem seguidas pelos funcionários encarregados por guiar o escritor: "Com referência ao telegrama de V. Exa. nº 8, prof. Gilberto Freyre seguiu hoje Goa via marítima não tendo quaisquer contatos nossos adversários."[164]

Difícil crer que Freyre não estava ciente desta manipulação, como indica uma das passagens de *Aventura e Rotina* citada anteriormente, o que foi apontado em uma das críticas relacionadas à viagem de Freyre.

A jornalista Raquel de Queirós, do jornal *O Cruzeiro*, afirmou que ao passar por Angola, o sociólogo pouco ou nada viu da realidade dessa terra africana, acrescentando que ele provavelmente não foi enganado, por ser "homem muito agudo, muito acostumado a enxergar longe [...]; o que houve, talvez, é que ele tinha as vistas voltadas para o passado, e só o passado cuidado de examinar"[165].

E as críticas foram abundantes também em Portugal: o jornalista português Antônio Simões Junior, em artigo escrito em 1952, chega se referir a um "enterro democrático do intelectual brasileiro Gilberto Freyre, que antes se acobertava sob a capa de sociólogo". A questão principal de seu artigo é, segundo o próprio, as declarações concedidas por Freyre sobre a liberdade de expressão em Portugal. De acordo com Simões, essas declarações não apenas não correspondem à realidade, como "significam, além disso, um soez insulto ao povo

[162] *Id*., *loc. cit.*
[163] CASTELO, *op. cit.*, p. 89
[164] *Id., loc. cit.*
[165] QUEIRÓS *apud* RAMPINELLI, *op. cit.,* p. 65.

português que luta encarniçadamente contra uma das ferozes tiranias que tem assolado a Península Ibérica". A viagem realizada por Freyre também foi alvo de suas críticas:

> O Sr. Sociólogo esteve em Lisboa, no Porto, em Cabo Verde, na Guiné, em Angola, em Moçambique, em Goa e em muitos outros pontos da África e do Oriente. Que viu nessas plagas por onde andou? Não o sabemos; somente a sua consciência poderá dizer. Não sabemos o que viu, mas sabemos o que declarou à imprensa, e isso nos basta para ajuizar acerca da sua idoneidade moral. (...)
> Claro que este representante da reação não podia volver de Portugal à sua pátria disposto a dizer ao povo brasileiro o que era esse mundo de lágrimas, desditas e esperanças, por ele percorrido. Se o fizesse perderia a confiança que nele depositam os dirigentes portugueses, e nunca mais lhe seria possível viajar de graça, adulado como um grande senhor, pelas nulidades da nossa época.[166]

Afora as críticas específicas à sua viagem, era muito criticada a sua postura de suposto apoio ao colonialismo português de uma maneira geral, principalmente por intelectuais dedicados a escrever sobre a política externa brasileira, especialmente as relações do Brasil com a África. Entre eles, destacamos Afonso Arinos e José Honório Rodrigues.

Arinos, numa crítica que se aproximava à de Raquel de Queirós, escreveu em suas memórias:

> O que me deixa perplexo, diante da obra de Gilberto Freyre, é exatamente o chocante contraste entre a inventiva justa, penetrante e abrangente que ele revela na análise da formação histórico-social brasileira, e as suposições extremamente discutíveis que arrisca na observação do fato político institucional contemporâneo. [...] Só posso explicar tal contraste recordando o despreparo de que Gilberto padece no Direito Público e a sua inadaptação à política ativa [...]. Despreparo e inadaptação que o desarmam para o julgamento e a compreensão dos acontecimentos do seu tempo. [...] Atualíssimo falando do passado, inatual observando o presente. Talvez a falta de experiência política o leve a teorizar sobre o presente, em vez de interpretá-lo, como o fez com o passado. E essa teorização é que o afastaria da realidade. É também levado pela teorização sociológica que ele tomou tão inaceitável posição no problema do colonialismo português, quando tudo indica o fim próximo do mercantilismo luso-quinhentista na África.[167]

---

[166] SIMÕES JÚNIOR, Antônio. O sr. Gilberto Freyre e a verdade sobre Portugal. In: *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
[167] FRANCO, *op. cit.,*. p. 419.

José Honório Rodrigues, autor do clássico *Brasil e África: outro horizonte*, publicado em 1961, não poupou críticas a Freyre, afirmando que *Casa Grande & Senzala*, ao "acentuar os proveitos, os benefícios, as excelências da obra portuguesa no Brasil"[168], teria contribuído para uma orientação da política externa brasileira baseada nos laços fraternos que uniriam as duas nações, enquanto a idéia de comunidade luso-brasileira, presente no Tratado de Amizade e Consulta, teria sido inspirada pelo livro de Freyre *O mundo que o português criou.* Rodrigues classifica este pensamento como retardatário, considerando que "ceder por amizade, por sangue, por falarmos a mesma língua, é coisa inconcebível em matéria internacional"[169].

2.4.1 A recepção e a apropriação do lusotropicalismo pelo governo português

Não podemos cair no erro – recorrente –, de reduzir o lusotropicalismo a uma teoria criada com o objetivo de apoiar o colonialismo português na África – embora tenha sem dúvida servido a este fim.

Primeiramente, devemos apontar que a valorização da colonização portuguesa já se insinuava desde a dissertação de mestrado de Freyre, escrita em 1922, estando presente em grande parte de seu livro Casa Grande e Senzala, de 1933 e a idéia de um mundo português, unido pelos traços culturais em comum, já era tema do livro O mundo que o português criou, de 1940. Ou seja: precede a discussão sobre o colonialismo português na África.

Além disso, o lusotropicalismo estava longe de ser uma unanimidade em Portugal inicialmente – durante as décadas de 1930 e 1940 – e mesmo posteriormente, quando passa a ser frequentemente citado por Salazar para defender o colonialismo português na África, ainda era visto com ressalvas pelos próprios formuladores da política colonial portuguesa.

Como apontado por Castelo[170], nos anos 30 e 40, o pensamento de Freyre não recebe qualquer aceitação oficial junto do regime português. Afinal, era uma época de afirmação do império e dos valores da raça (uma suposta raça portuguesa), que deveria ser imposta a povos quase selvagens. Considerava-se que a miscigenação tinha conseqüências negativas e gerava seres biologicamente inferiores, levando os ideólogos do colonialismo

---

[168] RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 355

[169] *Ibid., loc. cit.*

[170] CASTELO, *op. cit.*, p. 84

português a defender a "colonização étnica", através do "povoamento das colônias africanas por uma população branca numerosa, de ambos os sexos, para evitar a mistura racial"[171].

Assim, o livro Casa Grande e Senzala – ao enfatizar e valorizar justamente a grande miscigenação ocorrida nos territórios colonizados por Portugal – será criticada e considerada "de pouco valor científico"[172].

A própria idéia de trocas culturais entre colonizador e colonizado, com a fusão de elementos diversos em uma nova civilização lusotropical, defendida por Freyre em *O mundo que o português criou*, era incompatível com a concepção imperial portuguesa, de acordo com a qual Portugal tinha o dever histórico de impor às "raças inferiores" os valores da civilização ocidental e do cristianismo, sem sofrer entretanto qualquer modificação em sua cultura. O processo deveria ser impositivo e unilateral – "a possibilidade de se realizar em África uma simbiose étnica e cultural equilibrada repugnava ao exacerbado nacionalismo lusitano"[173].

O único aspecto do pensamento de Gilberto Freyre bem visto pelos colonialistas do regime era o que dizia respeito à capacidade especial dos portugueses para a colonização. E será sobre este ponto que o salazarismo se debruçará a partir década de 1950 para defender as críticas ao colonialismo português.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a questão racial passou a estar no topo das discussões, num momento em que a Europa ainda se recuperava dos horrores do nazismo, que com seu arianismo havia promovido o extermínio de milhões de judeus. Na América, o sul dos Estados Unidos ainda possuía leis racistas e segregacionistas, e no próprio continente africano a discriminação racial era legalizada no *apartheid*[174].

Diante deste contexto mundial, Freyre reafirmava a democracia racial brasileira, resultado da colonização portuguesa, como um exemplo único, postulando que "os lusotropicais do Brasil pode[ria]m dar lições de democracia étnica tanto aos democratas apenas políticos dos Estados Unidos como aos democratas apenas econômicos da União Soviética."[175]

Ao legitimar "historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um outro, calcado nos valores culturais, civilizacionais e

---

[171] ALEXANDRE *apud* CASTELO, *op. cit*., p. 84
[172] FERREIRA *apud* CASTELO, *op. cit.,* p.85
[173] CASTELO, *op. cit.,* p. 86
[174] O apartheid foi uma política de segregação racial que vigorou na África do Sul entre 1948 e 1994. Esta política impunha diversas restrições aos negros, como o não acesso ao voto e a proibição de se candidatarem a cargos públicos. Além disso, casamentos inter-raciais também eram proibidos.
[175] FREYRE, Gilberto. Atualidade de uma idéia brasileira. *O Cruzeiro***.** Rio de Janeiro, 20 out. 1962. Pessoas, Coisas & Animais.

cristãos"[176], a tese de Freyre validava a presença portuguesa na África e a manutenção de seu império colonial. Era, portanto, extremamente interessante para o governo português, que introduziu o estudo da mesma no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), criado com a finalidade de formar uma elite para administrar as colônias. O Ministério dos Negócios Estrangeiros – equivalente português ao nosso Ministério das Relações Exteriores – também passou a difundir as obras de Freyre, utilizando-as com o objetivo de justificar a colonização portuguesa.

Mas, mesmo neste momento, o lusotropicalismo não é totalmente aceito pelos principais formuladores da política colonial portuguesa, como Marcelo Caetano[177], que não aceita dois aspectos fundamentais do lusotropicalismo: a mestiçagem biológica e a reciprocidade cultural. Concorda somente com a idéia do talento único do português e de sua especificidade na colonização de áreas tropicais.[178]

Outro ponto a ser ressaltado é o fato da valorização do ultramar português e a idéia de um império indivisível, formado por Portugal e pelas colônias, anteceder o governo salazarista e, mesmo durante este período, não eram exclusivos aos que apoiavam a ditadura de Salazar, sendo também compartilhados pelos opositores do regime.

Durante a I República portuguesa (1910-1926), oficiais como Armando Cortesão e Nórton de Matos eram absolutamente intransigentes quanto à integridade do império português, que consideravam território nacional. Durante o Estado Novo, ambos faziam parte da oposição ao salazarismo, embora defendessem a manutenção dos territórios ultramarinos. Como apontado por Ramos,

> Quando a soberania portuguesa no ultramar começou a ser internacionalmente contestada, os ultramarinistas da oposição dividiram-se entre a colaboração pontual com o governo de Salazar e as críticas à condução da política externa e ultramarina. Mas com a guerra em África, a partir de 1961, muitos opositores de Salazar no campo da esquerda republicana ou da direita monárquica sentiram-se, subitamente, forçados a alinhar com o governo em nome da integridade da nação.[179]

[176] RAMPINELLI, *op. cit*., p. 60.
[177] Ministro das colônias entre 1944 e 1947 e chefe de governo (sucessor de Salazar) entre 1968 e 1974
[178] CASTELO, *op. cit.,* p. 95
[179] RAMOS, Rui. A erudição lusitanista perante a guerra (C.1960 - C.1970): algumas observações sobre a polêmica entre Charles Boxer e Armando Cortesão. IN: Teresa Pinto Coelho (coord.). Os descobrimentos portugueses no mundo de língua portuguesa – 1880-1972. Lisboa: Ed. Galileu, 2005. p. 201

Castelo também chama atenção para a "quase convergência da elite nacional em torno da defesa da integridade da 'nação pluricontinental portuguesa' até finais dos anos 60"[180]. De acordo com a autora, com exceção de dois partidos (o MUD-Juvenil e o PCP), que reconheceram o direito à independência das colônias portuguesas na década de 1950, a "oposição democrática" só tomaria posição pública a favor da autodeterminação nas eleições de 1969.

2.5 Culturalismo e pragmatismo: a presença do lusotropicalismo na política externa brasileira

Ao analisarmos o discurso de Freyre, quanto aos laços simbólico-culturais que uniriam Brasil a Portugal, constatamos que este se assemelhava ao de João Neves Fontoura, ministro lusófilo do governo Kubitschek:

> A solidariedade que prende os brasileiros aos portugueses, fazendo que grande parte dos problemas portugueses sejam preocupações brasileiras, não é política no sentido restrito da palavra: é de outra espécie. Vai a outra profundidade. Desce a raízes. Projeta-se apoliticamente para o futuro.[181]

Mas embora a linha seguida pela política externa durante as décadas de 1940 e 1950, baseada em critérios simbólico-culturais – no que dizia respeito à relação entre Portugal e Brasil – tenha sido influenciada pelo discurso freyreano, esta não estava completamente de acordo com a tese lusotropical desenvolvida pelo sociólogo pernambucano, nem mesmo com suas idéias sobre como deveriam ser estabelecidas as relações entre Portugal, Brasil e África.

O termo "comunidade luso-brasileira", presente no Tratado de Amizade e Consulta, serve de exemplo para demonstrar as discordâncias entre a política externa daquela década (1950) e o pensamento de Freyre. Em uma de suas conferências, Freyre criticou o termo comunidade luso-brasileira, que refletiria uma comunidade da qual apenas Portugal e Brasil participariam, propondo que fosse substituído por comunidade lusotropical.[182] Não só o Tratado, como também as linhas gerais seguidas pela política externa brasileira deste período,

---

[180] CASTELO, *op. cit.,* p. 14

[181] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

[182] FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

foram criticadas por Freyre, que cobrava um maior interesse do Itamaraty na África. Paradoxalmente, o que Freyre propõe não é a manutenção pura e simples do colonialismo português, mas a integração do africano no luso-brasileiro. Ou, em termos mais radicais, é como se Freyre quisesse editar uma geografia do afeto na qual o componente luso se dissolvesse em um trópico, como um tropo promissor, formado por brasileiros e africanos, apartando-se de uma "Europa" que, arrogante, imperialista e racista, renegaria e inferiorizaria Portugal.

De qualquer forma, é inegável a influência do pensamento de Freyre na diplomacia brasileira, a ponto de se encontrar presente até mesmo entre aqueles que reivindicavam o término do apoio ao colonialismo português.

Curiosamente, os formuladores da política externa brasileira utilizavam o mesmo discurso culturalista de Freyre para justificar a necessidade de uma aproximação da África e o apoio aos movimentos de independência africanos. Este discurso esteve presente na política africana no Brasil desde a sua formulação, na gestão dos chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas (1961-1962) e encontrava-se ainda presente em 1974 – na gestão de Gibson Barboza (1969-1974), quando se efetivou o desligamento de Portugal.

Em artigo sobre a política externa brasileira publicado na revista Foreign Affairs, em 1961, Jânio Quadros afirma que a África "representa hoje uma nova dimensão da política externa brasileira"[183], justificando esta aproximação pelo fato de "estarmos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais"[184].

No discurso de posse de Afonso Arinos – como chanceler, em 1961 – podemos observar como o seu discurso se aproxima daquele desenvolvido por Freyre:

> O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influencias autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocharam para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a

[183] QUADROS, Jânio. Nova política externa do Brasil. In: FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 155

[184] *Id., loc. cit.*

> nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo.[185]

Em outro momento – ao abrir o debate no plenário das Nações Unidas, durante a XVI Assembléia Geral (1962) – Arinos, como chefe da delegação brasileira, destacou a responsabilidade do Brasil com os movimentos de independência africanos, reafirmando, ao mesmo tempo, os laços que uniam Brasil e Portugal:

> Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos, que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica.
> Nisso tudo, tem o Brasil um grande interesse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguesa venham a desaparecer na África [...].
> O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha da história e [...] encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos.[186]

San Tiago Dantas também expressou o receio de que a independência de Angola pudesse afastá-la do espaço da língua portuguesa, devido à influência francesa das fronteiras e de algumas tendências dos movimentos de libertação e dos seus líderes.[187]

E mesmo Gibson Barboza, com sua postura extremamente crítica ao colonialismo português – chegando a confrontar o embaixador português no Brasil acerca de uma campanha "bem orquestrada" na imprensa contra a viagem que faria à África[188] – também utilizava o discurso culturalista como elo de ligação entre Brasil e África:

---

[185] Discurso de posse de Afonso Arinos como ministro das Relações Exteriores, 1° de fevereiro de 1961. *Discursos,* Ministério das Relações Exteriores, p. 11. Arquivo Histórico do Itamaraty.
[186] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU. In: FRANCO, Álvares da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 268.
[187] DANTAS *apud* SARAIVA, *op. cit.,* p. 88.
[188] BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida.* Rio de Janeiro: Record, 1992. p.242.

> Para uma aproximação realista com a África, procurei levar em conta certos fatores culturais e afetivos. Partia da convicção de que chegara o momento, para o Brasil, de colocar em novas bases as suas relações com o continente africano. [...]
> No caso da África Atlântica, a vizinhança com o Brasil não é só geográfica; é também espiritual e sentimental. E não se diga que estes são valores secundários no mundo moderno e no plano das relações internacionais. O fato político é influenciado, também, por fatores espirituais, pela identidade ou semelhança de história, língua e costumes.[189]

Nestes trechos, pode-se identificar a presença de elementos da tese lusotropical, como a miscigenação – característica da colonização portuguesa, que teria criado no Brasil uma democracia racial; a cultura comum que ligaria as áreas colonizadas por Portugal e a importância de sua manutenção; a responsabilidade do Brasil de manter a cultura portuguesa e o seu papel como elo entre a África e o Ocidente.

E Gibson se refere à influência de Freyre de forma mais direta, ao narrar sua viagem à África, em 1972:

> À África não chegávamos como estranhos. Todo brasileiro, qualquer que seja a sua origem étnica, possui um pouco de africano em sua forma de sentir, de pensar, de se comportar (...). Talvez não tenhamos consciência clara disso – e é bom que assim o seja, num país de mestiços pelo sangue, mas, sobretudo, como o provou sobejamente Gilberto Freyre, de mestiços pela cultura.[190]

Assim, muitas idéias do lusotropicalismo foram incorporadas ao discurso dos diplomatas brasileiros, sem que isso implicasse, entretanto, numa defesa ao colonialismo português. Pelo contrário.

Freyre considerava que os brasileiros possuiriam "deveres de solidariedade para com os povos que pertencem ao seu mesmo tipo de civilização específica", e, por isso, deveriam começar "a pensar, a sentir e a agir como um povo em grande parte responsável pelo destino de outros povos, separados de nós por grandes distâncias físicas porém próximos

[189] *Ibid.*, p. 277.
[190] *Ibid.,* p.276.

de nós pelas formas de cultura"[191]. E neste ponto o discurso de Afonso Arinos e Mario Gibson Barboza estava de acordo com o de Freyre.

Entretanto, enquanto Freyre considerava que a permanência de Portugal na África e a luta contra os movimentos de independência africanos eram a melhor forma de proteger os valores lusos e cristãos, os formuladores da política africana no Brasil pensavam exatamente o oposto: a melhor forma de conservar essa herança cultural seria concedendo a independência, pois quanto mais se prolongasse a guerra de libertação, maior seria a probabilidade de surgirem ressentimentos contra Portugal, o que os levaria a rejeitar a herança lusotropical.

No capítulo seguinte, veremos como Afonso Arinos combinou culturalismo e pragmatismo em sua forma de pensar as relações entre Brasil, Portugal e África portuguesa e como isto se traduziu na formulação da política externa brasileira durante sua atuação no Ministério das Relações Exteriores.

[191] FREYRE, Gilberto. O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. *O Cruzeiro.* Rio de Janeiro, 22 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

3 AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO: UM INTELECTUAL NA POLÍTICA

> [...] derrubador de odiosas linhas de cor e prejuízo (irmãos de pele diversa já podem sentar-se à mesa nacional, a teu chamado), criador de nova atitude do país perante os grandes, humano e humanista Afonso [192]

Se no Brasil a Política Externa Independente pode ser considerada uma espécie de *turning point* em nossa relação com a África, isso se deve em grande parte a Afonso Arinos de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores durante o governo Jânio Quadros e responsável por dar forma e coesão às idéias do presidente sobre como deveria ser conduzida a política externa brasileira.

Durante o curto período em que ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (o tempo que durou o governo de Quadros: janeiro-agosto/1961), defendeu veemente a condenação ao colonialismo, inclusive o português – sem que isto significasse, entretanto, uma visão meramente pragmática das relações entre Brasil e Portugal. Assim, embora reconhecesse a existência de laços de natureza simbólica unindo Brasil e Portugal, ressaltava, ao mesmo tempo, que a amizade com a antiga metrópole não poderia interferir na política externa brasileira.

> O fato de termos ligações indestrutíveis com o povo português não pode obrigar o Brasil a seguir a linha da política africana portuguesa nas Nações Unidas. [...] Nossa amizade com Portugal não deve interferir em nossos interesses e responsabilidades.[193]

Como demonstra a afirmação de Arinos, pragmatismo e culturalismo podem, sim, andar juntos: a valorização dos laços culturais que nos unem ao povo português não precisa vir acompanhada, necessariamente, por um apoio automático à política externa deste país. Da mesma forma que a condenação ao colonialismo português não significa a negação da importância da herança portuguesa e sua permanência.

---

[192] ANDRADE, Carlos Drummond de. A Afonso Arinos, setentão. IN: *Discurso de primavera e algumas sombras.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
[193] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da crise brasileira.* (1ª ed. 1965). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 345

3.1 Conflitos entre o intelectual e o político

Membro de uma tradicional família mineira de políticos, intelectuais e diplomatas, neto de Virgílio Martins de Melo Franco[194] e Cesário Alvim[195] e filho de Afrânio de Melo Franco – de quem parece ter seguido os passos –, deputado, senador e ministro das Relações Exteriores[196]. O tio, de quem herdou o nome, foi escritor da Escola Regionalista e membro da Academia Brasileira de Letras e dois de seus irmãos, Caio e Afrânio Filho, foram embaixadores e diplomatas de carreira. Mas entre seus irmãos o que teve maior influência em sua carreira foi, sem dúvida, Virgílio de Melo Franco, líder revolucionário na década de 1930, deputado federal e fundador da União Democrática Nacional, a quem Afonso Arinos atribui seu ingresso na política.

> A política em mim não era propriamente uma vocação, embora, de certa maneira, fosse um destino, não direi imposto, mas sugerido pelo meu irmão mais velho, Virgílio. Ele é que me induziu a participar da política, pleiteando uma cadeira na Câmara dos Deputados. Até então, o meu interesse pela política vinha do estudo e do convívio com a história, se a gente pode dizer assim. [...] Cresci ouvindo meu pai e seus amigos contarem as lutas políticas das quais participavam, assim como episódios que haviam envolvido tanto a família dele quanto a de minha mãe. Tudo isso fazia com que a atmosfera política se juntasse à história política; era um ambiente ao mesmo tempo político e cultural.
> Mas eu não tinha intenção de fazer política. Essa foi uma decisão tomada por meu irmão Virgílio.[197]

Arinos demonstra frequentemente conflito ao falar sobre sua carreira política, evitando retratar-se como um político, e sim como um intelectual que foi levado à política.

Sua carreira intelectual precedeu a política: em 1930 (então com 25 anos), publicou o seu primeiro livro, *Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas*, e quatro anos depois obteve a atenção da crítica com o livro *Introdução à realidade brasileira*, seu primeiro trabalho de análise política, seguido pelos ensaios *Preparação ao nacionalismo – carta aos que têm 20 anos* (1935) e *Conceito de civilização brasileira* (1936). E nos anos que

[194] Deputado provincial no Império e senador estadual em Minas entre 1892 e 1923.
[195] Deputado Geral por Minas e Presidente da Província do Rio de Janeiro e, depois da proclamação da República, governou Minas de 1889 a 1890 e de 1890 a 1892.
[196] Foi também ministro da Viação no governo Delfim Moreira (1918-1919) e embaixador do Brasil na Liga das Nações (1924-1926)
[197] CAMARGO, Aspásia. (Org.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos.* Brasília: Senado Federal/CPDOC/FGV/Dom Quixote, 1983. p. 53

precederam sua posse na Câmara, Arinos ainda publicou 12 outros volumes. Além disso, assumiu o cargo de consultor jurídico do Banco do Brasil, foi professor de história do Brasil na Universidade do Distrito Federal e em cursos promovidos pelo governo brasileiro e pelo Conselho da Universidade do Brasil no Exterior, sendo também nomeado, em 1946, professor do Instituto Rio Branco. Além disso, foi eleito, em 1958, para a Academia Brasileira de Letras – no mesmo ano que assumiu seu primeiro mandato no Senado Federal.

Entretanto, apesar de sua extensa publicação bibliográfica, e de sua recusa em ser visto como político, Arinos dedicou-se intensamente à política, numa carreira que contou com cinco mandatos no Parlamento Brasileiro – três na Câmara dos Deputados e dois no Senado Federal[198].

3.2 A carreira política

Antes de abordar a atuação de Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores, abordarei sua carreira política até aquele momento, por considerar que sua atuação no parlamento e no Itamaraty se misturam, por terem sido inegavelmente influenciadas uma pela outra. Se no Congresso seu pendor internacionalista o levou a participar de comissões sobre assuntos de política externa, à frente do Ministério das Relações Exteriores e como representante do Brasil nos fóruns internacionais seu conhecimento em direito constitucional e sua experiência como orador na tribuna certamente o favoreceram.

O *Manifesto dos Mineiros*, concebido por Odilon Braga e Arinos, em 1943, pode ser considerado a inserção deste nas atividades políticas, embora fosse ocupar o primeiro cargo político somente três anos depois.

O manifesto, divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais e com 92 signatários[199], foi a primeira manifestação pública defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país, com milhares de exemplares do documento distribuídos de mão em mão ou jogados por baixo das portas das casas.

A resposta do governo aos signatários do manifesto, pertencentes a famílias de grande tradição social e política em Minas Gerais, não foi através de perseguição policial, e sim da demissão dos que trabalhavam em empresas privadas, sob pressões exercidas pelo

[198] Deputado Federal, 1947-1951, MG/UDN; Deputado Federal, 1951-1955, MG/UDN; Deputado Federal, 1955-1959, MG/UDN; Senador, 1959-1967, GB/ UDN; Senador (Constituinte), 1987-1990, RJ/PFL.

[199] Entre os signatários incluíam-se, além de Arinos e Odilon Braga, Artur Bernardes, Pedro Aleixo, Milton Campos, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini e Virgílio de Melo Franco, responsável também por parte da redação do documento.

governo, e do afastamento daqueles que ocupavam cargos públicos – caso de Arinos, que perdeu todas as suas fontes de renda, já que as mesmas eram provenientes de entidades ligadas à União (era consultor jurídico do Banco do Brasil, escrevia artigos para o jornal *A manhã* e crônicas para a *Rádio Nacional*).

Como primeiro documento pedindo o fim da ditadura, o *Manifesto dos Mineiros* abriu caminho para que outros viessem a público, como a *Carta aos Brasileiros*, divulgada por Armando de Sales Oliveira em dezembro de 1943 e a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores, de janeiro de 1945.

Além da participação no Manifesto dos Mineiros, Arinos também participou da criação da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição à ditadura, criado no escritório de Virgílio de Melo Franco no Rio de Janeiro, em 1945, cujo nome foi dado por Arinos. Naquele mesmo ano Vargas foi derrubado pela insurreição militar de 29 de outubro de 1945, na qual Virgílio foi o principal articulador civil.

Em 1946, Arinos iniciou sua carreira parlamentar, quando disputou a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, obtendo a primeira suplência da bancada mineira da UDN, onde prestou assessoria a alguns dos constituintes. No ano seguinte, tornou-se deputado federal quando o deputado Milton Campos assumiu o governo de Minas Gerais. Este seria o primeiro de seus cinco mandatos no Parlamento Brasileiro. Com o retorno de Vargas ao poder, em 1951, passou a mover intensa oposição ao governo, sendo alçado à posição de vice-líder de seu partido e da oposição na Câmara na legislatura seguinte (1952), alcançando a liderança um ano depois. Em 1958, trocou a Câmara pelo Senado, elegendo-se senador pela UDN do então Distrito Federal (hoje cidade do Rio de Janeiro), em uma votação recorde para a época (400 mil votos).[200] Em 1961, Afonso Arinos se ausentou do cargo para assumir como chanceler durante o governo Jânio Quadros, retornando em 1963 e cumprindo seu mandato até 1967 e, após um hiato de vinte anos, retornou para o seu segundo mandato em 1987, que não chegou a terminar, falecendo em 1990.

3.2.1 Câmara dos Deputados

A atuação de Arinos na Câmara dos Deputados, assim como, posteriormente, no Senado, foi marcada pela dedicação aos assuntos relacionados à política externa brasileira – além da óbvia influência paterna em seu interesse pelo tema desde jovem, Arinos já havia

[200] LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 15

ocupado um cargo diplomático como secretário da delegação brasileira durante a Conferência Internacional do Desarmamento realizada em 1932, em Genebra, além de ser também professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco desde 1946.

Assim, podemos citar, entre outros, o seu papel de relator do anteprojeto de declaração a ser apresentado no 1° Congresso da União Latina (1951); a atuação decisiva em dois assuntos de extrema importância para a política externa brasileira: a aprovação do Acordo de Assistência Militar Brasil - Estados Unidos e o projeto de lei fixando normas para o envio de tropas ao exterior e a presença na delegação do Brasil à 10ª Conferência Interamericana (1954).

Mas afora a participação ativa nas matérias de política externa, dois momentos devem ser destacados em sua trajetória na Câmara dos Deputados: o projeto de lei contra a discriminação racial, que seria posteriormente denominada Lei Afonso Arinos e o discurso pedindo a renúncia do presidente Vargas.

A lei 1.390/1951, que leva seu nome, é apontada por Arinos como "a iniciativa de maior repercussão social, e seguramente a mais duradoura historicamente, de toda a minha vida parlamentar"[201], acrescentando que "na modéstia de minhas realizações políticas, se fiz alguma coisa importante, foi realmente esta."[202]

A idéia de criar este projeto de lei teria partido de duas situações[203]: a discriminação sofrida por seu motorista negro, impedido de entrar em uma confeitaria no Rio de Janeiro, embora à sua mulher, de descendência alemã, e aos seus filhos, a entrada tenha sido permitida, e a recusa de um hotel paulista em hospedar a bailarina negra americana Katherine Dunham, acontecimento que gerou grande repercussão na imprensa. Ao narrar estas situações, em suas memórias, Arinos acrescenta que

> [ ] isto era demais, no Brasil, sobretudo considerando-se que os agentes da injustiça eram quase sempre gringos, ignorantes das nossas tradições e insensíveis aos *nossos velhos hábitos de fraternidade racial*[204]

[201] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 559
[202] FRANCO, *loc. cit.*
[203] *Ibid.,* p. 560.
[204] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 561

Percebemos em seu discurso uma reprodução do mito da democracia racial, tão propagado no Brasil desde o início do século XX[205], e que teve em Gilberto Freyre um de seus maiores defensores.

O célebre escritor pernambucano – na época deputado federal por Pernambuco também sob a legenda da UDN – foi, inclusive, um dos que apoiaram o projeto de lei apresentado por Arinos, que ressaltou a importância deste apoio, "dada a sua grande autoridade de estudioso do problema sociológico do negro no Brasil",[206] e além de sua assinatura no projeto de lei, Freyre contribuiu também com um discurso[207] após a apresentação do projeto.

Curiosamente, a lei por pouco não ficou conhecida como Lei Getúlio Vargas – embora o mesmo tenha hesitado em assinar a lei contra a discriminação racial[208] –, devido a jornais e rádios governistas, que se referiram assim à lei, logo a mesma fora aprovada. Entretanto, houve uma reviravolta, fazendo com que a lei recebesse o nome com o qual é conhecida até hoje:

> Alguns grandes nomes das letras e do jornalismo tomaram espontaneamente minha defesa, em termos que eu mesmo não poderia fazer.
> O *Diário de Notícias,* no dia seguinte ao da publicação oficial, estampou o texto da nova lei, sob a seguinte manchete de página inteira: "Sancionada pelo presidente da República a Lei Afonso Arinos". Foi, assim, o jornal do meu velho amigo Orlando Dantas o primeiro que me deu a honra de juntar meu nome à lei. Antes da transcrição, o *Diário* estampa uma nota, na qual sugere que a lei tome meu nome e recorda que o seu texto corresponde ao meu projeto, sem emendas.[209]

A este artigo se seguiram outros, dos escritores Rachel de Queiroz, Osório Borba e Raul Pilla, para citar alguns, ficando a lei redigida por Afonso Arinos, que passou pelo Congresso sem nenhuma alteração, definitivamente conhecida pelo nome de seu autor. Esta lei se encontra em vigor ainda hoje, caracterizando como contravenção penal o preconceito de raça e de cor e prevendo, de acordo com o caso, punição pecuniária, perda do cargo e prisão de três meses a um ano.

---

[205] Para maiores informações sobre o tema, ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
[206] FRANCO, *op. cit.,* p.561
[207] FREYRE, Gilberto. *Negação de hospedagem a Katherine Dunham.* Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1950.
[208] FRANCO, *op. cit.* , p. 563
[209] *Ibid.,* p. 563-564

Além da lei, o segundo momento famoso e citado até hoje, que certamente entrou para a história do Congresso, e do Brasil, foi o discurso realizado por Arinos em 1954, pedindo a renúncia de Vargas, que se suicidaria 11 dias depois.

O célebre discurso, proferido no dia 13 de agosto de 1954 e intitulado *Mas, que é a verdade?*, foi uma resposta a um discurso feito por Vargas no dia anterior, extremamente agressivo contra os que procuravam esclarecer sua responsabilidade no atentado da rua Toneleros.[210]

Em seu discurso, Arinos discorreu sobre as descobertas feitas até aquele momento sobre o crime, que apontavam o envolvimento da guarda presidencial e foi além, insinuando o envolvimento do próprio presidente, encerrando com um apelo pela renúncia de Vargas.

> O que posso assegurar à Câmara com absoluta certeza [...] é estar inteiramente provado, de acordo com documentos que oportunamente virão a público, que antes de as forças militares, que procedem à investigação, terem descoberto o nome do último dos criminosos envolvidos neste assunto, já a guarda do presidente da República, pressentindo que ele seria, afinal, preso, lhe dava fuga oficialmente e tomava a iniciativa de protegê-lo com essa fuga. Isso ficou fora de dúvida. Eu aqui pretendo limitar a minha revelação e as minhas conclusões àquele campo objetivo que não possa ser posto em dúvida e inquinado de paixão porque, na verdade, se estivesse disposto a abandonar-me ao desenvolvimento natural do meu raciocínio, eu poderia, com muito bons fundamentos, chegar a responsabilizar o próprio governo pelo que está acontecendo. Na verdade, se eu tivesse a leviandade do Sr. Presidente da República, ao nos acusar infundadamente de mentirosos; se quisesse retrucar com essa leviandade incompatível com a magnitude e com a importância do seu cargo, eu teria muito mais razão do que S. Ex[a]., que nos chamou de mentirosos, para responder que dos fatos chegados a meu conhecimento se poderia perfeitamente concluir que as investigações não paravam mais no Palácio do catete, que as investigações transpuseram as portas do mesmo palácio, que as investigações vão além das salas públicas do palácio, alcançaram os próprios aposentos da intimidade presidencial.
> [...]
> E eu falo ao homem. E eu falo ao homem Getúlio Vargas e lhe digo: lembre-se da glória da sua terra e dos ímpetos do seu povo; [...] lembre-se dos homens deste país e tenha a coragem de ser um desses homens, não permanecendo no governo, se não for digno de exercê-lo.[211]

---

[210] Atentado ocorrido na madrugada do dia 05 de agosto, na rua Toneleros, contra Carlos Lacerda, principal opositor ao então presidente Getúlio Vargas, que resultou na morte do segurança do jornalista major da Aeronáutica Rubens Vaz. Lacerda foi apenas ferido, com um tiro no pé, acusando publicamente Vargas pelo crime.

[211] FRANCO, *op. cit.,* p. 701-702 e 704

Em suas memórias, Afonso Arinos afirma só ter percebido o impacto do seu discurso a partir da reação dos membros da Câmara, que vieram lhe parabenizar após o mesmo:

> Lembro-me de que desci meio atordoado, mal ouvindo as palmas que me saudavam, mal distinguindo os companheiros entre os que me recebiam de pé, festejando o que eu dissera. Só tive noção exata do impacto que acabara de causar quando percebi que o emotivo, o corajosos deputado paulista Pereira Lima me abraçou chorando. Logo depois outro acercou-se e me e disse: "Você derrubou o governo". Muito tempo depois, Café Filho e Gustavo Capanema disseram-me o mesmo: "Seu discurso derrubou o governo".[212]

O suicídio de Vargas, onze dias após o seu discurso na Câmara, marcaria Arinos, que chegaria a descrever o episódio como um "trauma pessoal"[213].

3.2.2 Senado Federal

Eleito para o Senado em 1958, Arinos foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e seu primeiro discurso, em março de 1959, foi sobre o asilo diplomático que o embaixador brasileiro em Portugal, Álvaro Lins, concedera a Humberto Delgado.

O asilo gerou um problema para as relações entre Brasil e Portugal, pois o governo português – não signatário de qualquer convenção que reconhecesse o instituto do asilo diplomático –, negava-se a conceder salvo-conduto para Delgado deixar o país. E apesar das hesitações do presidente Kubitschek, simpatizante de Salazar, Álvaro Lins fincava pé na exigência do salvo-conduto, de acordo com as tradições diplomáticas e os compromissos jurídicos do governo brasileiro.

Ao proferir o discurso sobre este caso, Arinos debateu longamente a crise que se criara nas relações entre Brasil e Portugal, abordando tanto os aspectos legais do caso – que conhecia muito bem, por ter sido delegado do Brasil na Comissão Jurídica da X Conferência Interamericana, onde se firmara a Convenção sobre Asilo Diplomático, que rege, até hoje, aquele instituto característico do Direito Internacional latino americano, e na qual participara,

---

[212] *Ibid.,* p. 705

[213] CAMARGO, Aspásia. (Org.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos.* Brasília: Senado Federal/CPDOC/FGV/Dom Quixote, 1983. p. 150

justamente, da elaboração do dispositivo regulador da matéria[214] – quanto a questão das relações especiais com Portugal. Coerente com a postura que adotaria dois anos depois, como ministro das Relações Exteriores, no referente às relações com Portugal, Arinos, mesmo reconhecendo a especificidade da relação com aquele país, "nação soberana a qual nos ligam tantos sentimentos filiais"[215], ressaltou, contudo, que a postura brasileira não poderia ser determinada por isto. Assim, deveríamos:

> [...] evitar que o nosso empenho, o nosso esforço, o nosso cuidado, o nosso zelo na manutenção da integridade dessas relações [...], nos levem ao ponto de vacilar, de abandonar, de nos demitirmos daquelas funções específicas à soberania brasileira, e que dizem respeito à integridade da nossa posição na defesa das nossas tradições e das nossas responsabilidades continentais.[216]

3.3 Afonso Arinos e o Ministério das Relações Exteriores

Embora sempre tenha demonstrado interesse pelos assuntos de política externa, Arinos nunca abraçou, como profissão, a carreira seguida por tantos familiares – era filho, sobrinho, irmão, cunhado e pai de diplomatas –, tendo dedicado efetivamente pouco tempo ao Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, poucos influenciaram tanto quanto ele a direção seguida pela política externa brasileira e sua postura no concerto das nações, inaugurando uma atuação sem alinhamentos automáticos, modelo que seria seguido a partir daquele momento.

Antes de ocupar a pasta das Relações Exteriores, Arinos havia comparecido, como consultor jurídico, à Conferência Internacional do Desarmamento de Genebra (1932) e havia integrado a delegação brasileira à X Conferência Interamericana (1954). Após o cargo de chanceler durante o governo Jânio Quadros, chefiou a delegação brasileira junto a XVI e a XVII sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas (1961 e 1962) e voltou brevemente a ocupar a posição de chanceler durante o gabinete Brochado da Rocha (julho-setembro 1962).

---

[214] ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente – Um legado de Afonso Arinos.* São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 119
[215] *Ibid.,* p. 121
[216] *Id.,loc. cit.*

Em janeiro de 1961, Arinos deixou a presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado para ocupar o cargo de chanceler, já exercido por seu pai, o embaixador Afrânio de Melo Franco[217].

Em discurso de despedida do Senado, Arinos declarou que ingressava no Executivo "com maiores sentimentos de honra e apreensão que de satisfação ou ventura", pois sabia que o aguardavam "penosas tarefas, árduos trabalhos, longos sofrimentos", mas entendia que era esta "a missão do homem público", que com o "despojamento total de si mesmo, com o abandono de quaisquer reivindicações e interesses, entrega-se humildemente à execução de sua rude tarefa"[218].

Arinos parecia prever as dificuldades que enfrentaria como ministro – desde o desafio em administrar as constantes intromissões do presidente às críticas que viriam de diversos setores e ultrapassariam a política externa, chegando a ataques pessoais.

3.3.1 Arinos na chancelaria: as inovações e as críticas

Afonso Arinos mantinha contatos diretos com Jânio Quadros desde 1954[219], e havia apoiado a candidatura do então governador de São Paulo à presidência da República junto à União Democrática Nacional, além de ter participado da campanha eleitoral – na parte de planejamento e respondendo, pela imprensa, a ataques contra sua candidatura.

Em março de 1960, Quadros convidou Arinos para integrar a comitiva que o acompanharia em uma viagem a Cuba, realizada a convite de Fidel Castro. A iniciativa era importante, pois propiciaria ao candidato à presidência a oportunidade de contato com o primeiro ministro cubano – tinha-se consciência de que a questão de Cuba seria um dos temas principais na política externa brasileira. Mas a visita transcorreu sob cautela e sem engajamentos formais de ambos os lados, pois para Fidel a eleição de Jânio Quadros, embora provável, ainda não estava definida, enquanto este receava que uma aproximação mais explícita com a revolução cubana poderia lhe custar parte do eleitorado conservador[220].

Como previa Quadros, a Revolução Cubana foi um dos mais importantes temas de política externa do seu governo, ganhando grande repercussão – principalmente após a visita ao Brasil de Adolf Berle Jr., representante americano enviado com o objetivo de angariar o

---

[217] Ministro das Relações Exteriores durante o governo provisório de Vargas, de outubro de 1930 a dezembro de 1933.
[218] FRANCO, *op. cit*., p. 875
[219] LEITE BARBOSA, C.A. *Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros.* São Paulo: Atheneu, 2007. p. 69
[220] LEITE BARBOSA, *op.cit.,* p. 58

apoio brasileiro na invasão, planejada pelos Estados Unidos, à Baía dos Porcos. Baseando-se na posição de defesa dos princípios de autodeterminação dos povos, de não-intervenção e de respeito ao Direito Internacional, Quadros negou o apoio brasileiro à invasão americana.

Arinos afirma ter desconfiado durante a viagem de que Jânio o convidaria para ser ministro das Relações Exteriores[221], embora o convite oficial tenha sido realizado somente após sua eleição, e de, acordo com ele, devido à necessidade "de um nome repousante, ou pelo menos de confiança ao elemento conservador, fazendo uma política anticonservadora"[222]. Assim, Jânio esperava que o nome de Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores fornecesse, sobretudo, "respaldo jurídico e confiabilidade à implementação de uma política externa renovadora"[223].

Entre as inovações daquela que seria denominada posteriormente Política Externa Independente[224], e seriam alvo de ferozes críticas, estavam a ampliação das relações do Brasil, incluindo a aproximação com a África e o Leste Europeu e o fim do chamado "alinhamento automático", ou seja, a orientação para que, em fóruns internacionais como as Nações Unidas, o representante brasileiro votasse acompanhando a posição de um determinado país – com respeito à Guerra Fria, as instruções eram: votar com a delegação dos Estados Unidos contra a Postura da União Soviética; votar com a orientação da França na questão da Argélia. Qualquer assunto referente a Angola, votar com Portugal.

O fim do alinhamento automático foi elogiado por João Vilas Boas, então líder da UDN no Senado, que após o discurso de despedida de Arinos, se manifestou favorável à linha que o governo pretendia seguir. Em seu discurso, Vilas Boas relatou sua experiência como representante brasileiro em uma missão internacional, quando, ao procurar o chanceler brasileiro para pedir-lhe instruções, saiu decepcionado, após ser orientado simplesmente a "votar de acordo com os nossos amigos, os Estados Unidos da América do Norte"[225]. Após este relato, acrescentou:

> Estou certo de que, com Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores, as comissões e representações designadas para, no estrangeiro,

[221] CAMARGO, *op. cit.*, p. 169
[222] *Ibid.,* p. 162
[223] LEITE BARBOSA, *op. cit.*, p. 70
[224] O termo, cunhado por San Tiago Dantas, não era totalmente do agrado de Arinos, que, embora o utilize em suas memórias, o faz com uma ressalva, apontando ser esta uma expressão "que não é exata, porque a política externa, por sua natureza, é coordenada, mas eu a emprego porque ela se tornou simbólica da reação contra o entreguismo internacional e os seus notórios agentes brasileiros." FRANCO, *op. cit.,* p. 953
[225] FRANCO, *op. cit.,* p. 875

> falarem em nome do Brasil, não partirão sem receber elementos capazes de instruir a manifestação do nosso pensamento e de nos orientar com segurança sobre a política internacional[226]

A posição de Vilas Boas era exceção dentro do partido, pois, conforme Arinos narra em suas memórias:

> [...] foi entre os meus correligionários que comecei a encontrar a mais cruel incompreensão. O espírito reacionário da UDN não demoraria a reivindicar a volta às 'normas do Itamaraty', de sermos instrumentos de decisões alheias.[227]

Esta mudança na política externa brasileira também o tornaria alvo de críticas no Itamaraty – onde partia dos "embaixadores mais antigos", que o consideravam "um bárbaro, que estava escangalhando com tudo, quebrando todos os credos"[228] – e na imprensa.

Contudo, de acordo com Arinos, sua experiência no Congresso o teria tornado mais hábil para lidar com as constantes críticas e pressões que enfrentaria como ministro – esta percepção apareceria em dois momentos durante a entrevista concedida ao CPDOC: ao ser perguntado sobre a diferença de orientação entre ele e Araújo Castro – o primeiro diplomata profissional a ocupar o ministério, depois de uma série de políticos –, Arinos afirma que Castro, apesar de muito competente, "não tinha aquela confiança que tem o político no exercício da pasta", declarando faltar "ao diplomata profissional um pouco dessa segurança"[229].

E sobre a resistência que sentiu no Itamaraty, afirmou, no entanto, nunca ter sentido:

> [...] nenhuma resistência pessoal, até mesmo porque eu não deixaria. Eu estava habituado à luta parlamentar, que me fizera mais aguerrido. Depois, eu tinha uma característica absolutamente incomum no Itamaraty: eu falo. O essencial para o Itamaraty é ficar calado, enquanto que, para um orador parlamentar, o essencial é falar.[230]

---

[226] *Id., loc. cit.*
[227] FRANCO, *op. cit.,* p. 813
[228] CAMARGO, *op. cit.,* p. 173
[229] CAMARGO, *op. cit.,* p. 185
[230] *Ibid.,* p. 173

As críticas não pareciam, de fato, ameaçar nenhuma mudança de posição por parte do ministro, de acordo com relato de José Honório Rodrigues, que, embora fosse extremamente crítico no que se referia às hesitações na política externa brasileira nas relações com a África, elogiou a forma como Arinos lidou com as críticas provenientes da imprensa:

> [...] os ataques da imprensa, partidos especialmente dos criptocolonialistas que julgavam indiscutível o compromisso do Brasil para com Portugal, não podiam abalançar a convicção democrática do ministro, especialmente quando se considera que mais adiante, no processo histórico brasileiro, a histeria e a inquietação vão se apossar de certos setores da opinião pública, no mais desabrido, no mais nervoso combate à política externa de Jânio Quadros, às vésperas de sua renúncia..[231]

De fato, Arinos relata que só o que teve:

> [...] de sofrer em matéria de ataques, perfídias e incompreensões a propósito de nossa política com Portugal (que não era senão um reflexo inevitável dos nossos pontos de vista sobre a África) daria para amargurar um homem menos confiante nas suas idéias e com menor capacidade de desdém.[232]

Entretanto, acreditava estar "imprimindo à ilustre Casa a sua autêntica fisionomia brasileira, seguindo as suas genuínas tradições", com uma orientação "de rigorosa conformidade com a soberania, o prestígio e os interesses do Brasil – e também, a longo prazo, com os interesses do povo português", desenvolvendo uma política que correspondia a uma "etapa necessária da evolução nacional".[233]

3.3.2 O colonialismo e os laços com Portugal

> O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com

[231] RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 387
[232] FRANCO, *op. cit.,* p. 957
[233] FRANCO, *op. cit.* , p. 964

> a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo.
> [...]
> Portanto, o exercício legítimo da nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade, através de apoio às formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, do esforço, enfim, pelo progresso das áreas e povos economicamente subdesenvolvidos.[234]

No discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, Arinos destacava a posição anticolonialista a ser seguida pela política externa brasileira, utilizando um discurso culturalista para justificar a aproximação do continente africano, assim como um possível papel de mediador a ser desempenhado pelo Brasil entre o mundo afro-asiático e as potências ocidentais.

Com o decorrer da XV Assembléia Geral das Nações Unidas, e o crescente destaque dado aos movimentos de libertação no continente africano, Arinos propôs ao presidente Quadros estender a viagem que realizaria a Dacar[235] até Lisboa, para, em cumprimento com o Tratado de Amizade e Consulta, "conversar no mais alto nível, em caráter secreto, com o governo português, sobre o problema dos seus chamados territórios ultramarinos, tendo em vista a posição que o Brasil será chamado a adotar a respeito nas Nações Unidas"[236].

Esta viagem foi criticada por aqueles que pediam o fim do apoio brasileiro à política colonialista portuguesa, como José Honório Rodrigues, que escreveu:

> A viagem à Corte do ministro – esquecidos o presidente e o ministro de que, se havia Comunidade, a cabeça estava aqui e não lá, e que cabia ao Sr. Salazar nos consultar e não nós a ele – representou uma das maiores fraquezas e contradições da política de Jânio Quadros.[237]

---

[234] Discurso de posse de Afonso Arinos como ministro das Relações Exteriores, 1° de fevereiro de 1961. *Discursos,* Ministério das Relações Exteriores, p. 12. Arquivo Histórico do Itamaraty.
[235] Com esta visita ao Senegal, para representar o governo durante as comemorações de independência daquele país – que se tornara independente da França no ano anterior – Arinos tornou-se o primeiro chanceler brasileiro a visitar o continente africano
[236] Telex s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 15 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[237] RODRIGUES, *op. cit.,* p. 380

De fato, embora o tratado firmado entre o governo português e o brasileiro, em 1955, estipulasse, em seu artigo primeiro, que ambas as partes deveriam se consultar sobre problemas internacionais de interesse comum, não determinava de que forma deveria ocorrer a consulta.

Entretanto, o próprio Telex no qual propunha sua viagem – não divulgado na época –, já deixava clara a forte posição anticolonialista de Arinos, que ao traçar a linha de ação a ser seguida pelo Brasil, afirmava que:

> A menos que Portugal manifeste o propósito sério e inequívoco de procurar solução imediata e adequada para o problema, creio que o Brasil deve desligar-se de uma política que não se coaduna com a firme orientação do governo de Vossa Excelência[238]

A viagem a Lisboa é um exemplo do esforço de Arinos em conciliar a posição anticolonialista com a valorização das relações com Portugal, que embora mutuamente excludentes para os mais radicais, coexistiam para Arinos. Em outro telex enviado para Jânio Quadros, expunha como pretendia proceder em conversa com o governo português:

> Meu pensamento, caso vá, é o de, em conversa com o próprio chefe do governo, mostrar-lhe a necessidade da nossa evolução, principalmente quanto a Angola. A nova atitude dos Estados Unidos a este respeito talvez propicie uma mudança de posição do próprio governo português no sentido de considerar Angola território não autônomo e prepará-lo para autodeterminação mais ou menos nos moldes franco britânicos. Não ignoro que a atitude portuguesa é mais rígida e reacionária sendo de se notar que a estrutura do império colonial está inclusive prevista na legislação constitucional. De qualquer forma poderíamos tentar o diálogo e em caso de resistência intransponível liberamo-nos de qualquer compromisso.[239]

Assim, pretendia, durante sua viagem, tentar convencer o governo português a implementar medidas que levassem à autodeterminação de Angola – sugestão que apresentou durante conversa com Marcelo Matias, ministro português dos Negócios Estrangeiros, e que descreveu em relatório enviado ao presidente Quadros.

---

[238] Telex s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 15 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[239] Telex secreto s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 16 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos

Relatou que após manifestar o ponto de vista do governo brasileiro – de impossibilidade em apoiar, a partir daquele momento, qualquer posição portuguesa que não atendesse à realidade do rumo irreversível no sentido da independência dos povos africanos[240] – e ouvir longa exposição de Matias, defendendo a posição portuguesa nas Nações Unidas, concluiu a conversa, dando por cumprido o Tratado de Amizade e Consulta, embora tivessem chegado a um impasse. Matias, concordando, perguntou, entretanto, se não haveria uma forma de resolver o impasse, dando a oportunidade a Arinos de apresentar a proposta "como que atendendo à solicitação do ministro, o qual a declarou digna de consideração". [241]

No entanto, a proposta seria recusada por Salazar – com quem conversou três dias após o encontro com Matias –, que alegaria a "impossibilidade de autogoverno imediato"[242] e o risco de "neocolonialismo final, por parte das potências extra-européias (URSS e EUA)"[243].

Após retornar ao Brasil, Arinos publicou uma nota na qual dava por cumprido o Tratado de Amizade e Consulta e afirmava a liberdade de ação adquirida pela política externa brasileira para acompanhar o desenvolvimento da situação africana e agir de acordo com seu firme princípio anticolonialista, ressaltando, contudo, que o fazia "sem quebra das fraternais vinculações que unem os dois povos"[244] (brasileiros e portugueses).

Com a renúncia de Jânio, que pôs fim ao seu breve período como ministro das Relações Exteriores, a próxima oportunidade que Arinos teria para se manifestar a respeito deste assunto seria durante a XVI Assembléia Geral das Nações Unidas (1961), a qual compareceu como chefe da delegação brasileira.

Ao abrir o debate sobre a questão de Angola, pronunciou o seguinte discurso:

> Ao definir a sua atitude, perante a Assembléia Geral, no debate da situação de Angola, a delegação do Brasil o faz com plena consciência de suas *especiais responsabilidades nesta questão*.
> Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da *história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.*
> O segundo fator é o *anticolonialismo brasileiro*, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada

[240] Esta posição, assim como os pontos a serem discutidos nas conversas com o governo português constam do telegrama s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 1° de abril de 1961. Arquivo pessoal Afonso Arinos.
[241] Relatório secreto, s/n, intitulado "Negociações em Lisboa". Arquivo Pessoal Afonso Arinos
[242] *Loc. cit.*
[243] *Loc. cit.*
[244] Telegrama n.133, Ministério das Relações Exteriores para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 14 de abril de 1961. Arquivo pessoal Afonso Arinos

> tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.
> *O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal*, que nos vem da história do passado; *mas afirma nitidamente a sua posição anticolonialista*, que lhe é imposta pelo que um grande escritor português do século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira, chamou a "História do Futuro".[245]

No ano seguinte, durante a XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, Afonso Arinos, novamente como chefe da delegação brasileira, faria seu último discurso ante o plenário da ONU, reafirmando os mesmos princípios que tinha defendido até agora, no concernente ao problema colonial:

> A delegação do Brasil está sempre convencida de que, na luta pela paz, a solução que será dada ao problema colonial desempenha um papel de primeiro plano. Ela já o afirmou, e insiste, ainda, neste ponto: a era do colonialismo está ultrapassada historicamente, e só resta liquidar seus resíduos. Mas, precisamente porque são resíduos, é necessário tratá-los com o maior cuidado e a maior eficácia, para que o colonialismo não venha ajuntar outros males ao que já produziu. O colonialismo, em nossos dias, é um arcaísmo histórico e sociológico, cujo desaparecimento pacífico só poderá ser benéfico para os estados e as coletividades humanas. Sua extinção retirará da sociedade contemporânea elementos políticos, econômicos, sociais e emocionais que põem em perigo a paz e a segurança internacionais.
> [...]
> A grande maioria das Nações Unidas sabe, aliás, que razões de natureza diversa colocam a delegação do Brasil em uma posição particular no concernente aos territórios sob administração portuguesa. A propósito, o Brasil deseja exprimir, de novo, dois anelos ardentes: primeiro, que o debate a desenvolver-se perante a quarta comissão seja desprovido de qualquer elemento passional; em seguida, que se encontre uma fórmula para Portugal aceitar um diálogo construtivo com as Nações Unidas, para efetivo proveito dos territórios que administra, no sentido da realidade contemporânea. Este sentido, aliás, é o da própria história de Portugal, que soube aceitar a marcha do Brasil para a independência, sem comprometer o conjunto dos laços estreitos que unem os dois países.[246]

---

[245] Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU, 15 de janeiro de 1962. FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
[246] ARINOS FILHO, *op. cit.,* p. 410-411

Ao analisar os discursos e a linha de ação adotada por Arinos, em suas conversas com representantes do governo português, podemos perceber que, embora defendesse o fim do colonialismo, preferia que este ocorresse de forma pacífica, através do envolvimento de Portugal no processo, implementando medidas que levassem à descolonização e não através de lutas violentas de libertação.

Arinos acreditava que esta seria a melhor forma de preservar a cultura portuguesa em Angola e garantir um bom relacionamento futuro entre os dois países, afastando, também o risco de "uma satelitização dos países negros da África pela União Soviética".[247] Acreditava também que o Brasil, devido à sua formação, se encontraria numa posição particular, possuindo até mesmo uma parcela de responsabilidade no debate da situação de Angola, o que o levaria a realizar constantes apelos a Portugal para que implementasse medidas que levassem à descolonização angolana. Entretanto, a preferência pela participação de Portugal no processo não excluía o apoio aos movimentos de independência, caso a primeira opção se mostrasse inviável.

Além disso, cabe ressaltar também que o discurso de Arinos encontrava-se repleto de argumentos culturalistas, tanto no que dizia respeito à necessidade da aproximação brasileira dos países africanos e a condenação ao colonialismo, quanto na reafirmação dos laços com Portugal. Alegava que o Brasil, na posição de ex-colônia e de país formado por um povo mestiço e destacada democracia racial, não poderia jamais se posicionar contra os movimentos de independência africanos, ao mesmo tempo em que reafirmava a inalterável amizade com Portugal, resultante de nossa história e da cultura herdada daquele país.

A posição de Arinos, que procurava conciliar os preceitos anticolonialistas da política externa brasileira e a ligação histórica com Portugal, foi mal interpretada mais de uma vez.

Um dos exemplos foi o seu discurso à XVI Assembléia Geral, que desagradou tanto ao nascente grupo de países africanos nas Nações Unidas – que o considerou desastroso[248], devido à exortação feita pelo representante brasileiro a Portugal para que assumisse "a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente" –, quanto ao representante português na Assembléia, Vasco Garin, que se retirou do recinto durante o discurso[249].

---

[247] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 957
[248] SARAIVA, *op. cit.,* p. 82
[249] *Id., loc. cit.*

No Brasil, entretanto, a posição defendida por Arinos na Assembléia, que incluiu o voto a favor do projeto de resolução n. 1.742 – que criava instituições livres em Angola e estimulava a transferência gradual de poder ao povo angolano – foi vista como uma reafirmação dos valores anticolonialistas da política externa independente. Ao retornar ao país, e ser convocado pelo Senado a esclarecer o voto brasileiro e suas conseqüências para o relacionamento brasileiro com Portugal, Arinos argumentou que o voto era fruto da crença nos princípio democráticos.[250]

Embora a utilização de um discurso culturalista fosse frequente entre os intelectuais e diplomatas que defendiam uma maior aproximação do continente africano, o discurso de Arinos, embora também se utilizando de fatores culturais, se diferenciava por buscar conciliar a posição anticolonialista adotada pela política externa independente com a valorização das relações com Portugal.

[250] *Ibid.,* p. 83

CONCLUSÃO

Na presente dissertação, procurei analisar de que forma Afonso Arinos de Melo Franco e Gilberto Freyre apreenderam o dilema enfrentado pela política externa brasileira, entre 1950 e 1975, entre laços de lealdade tradicionais que o Brasil possuía com Portugal e a crescente pressão internacional contra o colonialismo português.

Embora inicialmente pretendesse retratar a visão de Freyre sobre as relações entre Portugal, Brasil e África como um contraponto à visão de Arinos, considerando que a primeira representaria a natureza simbólico-cultural desta relação, em oposição à abordagem pragmática da segunda, a evolução da pesquisa demonstrou que o culturalismo e o pragmatismo estavam presentes em ambos os discursos.

Na realidade, os dois partilhavam um discurso culturalista no que dizia respeito à relação do Brasil com a África e até mesmo aos laços simbólicos que nos ligariam a Portugal, levando-os a acreditar num papel de destaque a ser exercido pelo Brasil no referente às colônias africanas.

Entretanto, divergiam em um ponto fundamental: enquanto Freyre procurava diferenciar "a obra ultramarina de Portugal" do colonialismo praticado pelos demais países europeus, Arinos não fazia esta distinção.

Esta divergência refletia-se no que cada um julgava ser o papel do Brasil nas relações com a África e Portugal: para o sociólogo pernambucano, a permanência de Portugal na África seria a única forma de proteger os valores lusos e cristãos, e por este motivo o Brasil não deveria apoiar os movimentos de libertação, que seriam movidos por nações imperialistas que tinham o objetivo de substituir Portugal na África; o político mineiro pensava exatamente o oposto, defendendo que a melhor forma de conservar essa herança cultural seria através da autodeterminação das colônias, pois quanto mais se prolongasse a guerra de libertação, maior seria a probabilidade de surgirem ressentimentos contra Portugal, o que os levaria a rejeitar a herança cultural portuguesa. Para ele, a política externa brasileira teria o dever de apoiar a libertação das colônias, e embora preferisse que esta ocorresse por meios pacíficos, com a implementação de medidas, por Portugal, que levassem ao autogoverno, não condenava os movimentos de libertação africanos.

Estas seriam as contribuições de dois destacados intelectuais brasileiros, que teriam fornecido argumentos para a discussão que ganharia destaque em diversos setores da sociedade brasileira, tendo como palco também o Congresso, a imprensa e o Itamaraty.

Afinal, qual deveria ser a posição adotada pelo Brasil, país herdeiro historicamente e culturalmente tanto da África quanto de Portugal, no tocante aos movimentos de libertação das colônias portuguesas no continente africano?

Se por um lado as ligações de caráter simbólico que possuía com a antiga metrópole tivessem sempre norteado a política externa brasileira, a nova ordem mundial, com o fim dos impérios coloniais e a pressão crescente pelo anticolonialismo, tornaria a tradicional posição adotada pela política externa brasileira cada vez mais insustentável.

A partir de 1961, com a criação da primeira política voltada para o continente africano, que trazia uma forte orientação de combate ao colonialismo, e a eclosão da luta de libertação em Angola, o conflito sobre a posição a ser adotada pela política externa brasileira se tornaria mais agudo, podendo ser observado, sobretudo, durante as sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, onde, frequentemente, levaria a delegação brasileira a se abster na votação de propostas que condenavam o governo português e o obrigavam a prestar informações sobre suas colônias e implementar medidas que levassem à descolonização. Este conflito seria tão forte que só chegaria ao fim em 1974, com o colapso do colonialismo português.

Os fatores históricos e culturais que teriam permeado as reflexões acerca das relações entre Portugal, Brasil e África, durante o chamado *dilema brasileiro* discutido neste trabalho, continuariam presentes a influenciar na formulação da política entre estes países.

Aquela idéia da necessidade de estreitar os laços entre estes países, unidos por traços de cultura comum, como forma de valorizar e fortalecer esta cultura, permaneceria presente, do que seria um exemplo o *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta* (2000), assinado entre os governos do Brasil e de Portugal em 22 de abril de 2000, por ocasião do "quinto centenário do fato histórico da descoberta do Brasil"[251] e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2006, da qual são países membros Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

[251] Decreto 3.927 de 19 de setembro de 2001. Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

NOTAS BIOGRÁFICAS

- **Aranha, Oswaldo Euclides de Souza (1894-1960)**

Advogado e político, combateu a insurreição de 1923 ao lado das forças situacionistas gaúcha e em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Riograndense (PRR). Participou ativamente da revolução de 1930, e após empossado o novo governo, foi nomeado para a pasta da Justiça e Negócios Interiores e, posteriormente, para o Ministério da Fazenda – que voltaria a ocupar no segundo governo Vargas.

Em 1934, assumiu o posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos e embora tenha manifestado desagrado com a opção ditatorial adotada a partir de 1937, com a decretação do Estado Novo, manteve sua colaboração com o governo, assumindo o Ministério das Relações Exteriores no ano seguinte. Em 1947, Oswaldo Aranha foi chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas, ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade e foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. Durante o governo Juscelino Kubitscheck, chefiou novamente a delegação brasileira na Assembléia Geral das Nações Unidas (1957), manifestando-se contrário à orientação seguida em relação à África. Em carta ao presidente Kubitscheck aconselhava a revisão da política externa, com um maior envolvimento na descolonização e o fim do alinhamento automático – antecipando alguns dos preceitos que seriam postos em prática durante a chamada Política Externa Independente.

- **Barboza, Mário Gibson Alves (1918-2007)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e diplomata. Foi chefe de Gabinete do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco (1961) e no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi ministro das Relações Exteriores, sendo, até então, junto de João Augusto de Araújo Castro e Vasco Leitão da Cunha os únicos diplomatas de carreira que tinham chefiado o Itamaraty. Durante o período em que foi chanceler, buscou promover uma aproximação com o continente africano, a exemplo da política que havia acompanhado como chefe de gabinete de Arinos, baseando-se na afinidade cultural como elo de ligação entre Brasil e África.

- **Fontoura, João Neves da (1889-1963)**

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, pertenceu, junto com Getúlio Vargas e outros, ao Bloco Acadêmico Castilhista, vinculado ao Partido Republicano Riograndense (PRR), agremiação amplamente hegemônica na política do Rio Grande do Sul durante a República Velha. Foi eleito para os cargos de deputado estadual (1921), vice-presidente do Rio Grande do Sul (1927) e deputado federal (1928), sempre na legenda do PRR. Em 1930, alinhou-se no interior da Aliança Liberal à corrente, também composta por Oswaldo Aranha, que defendia o caminho insurrecional para evitar a posse de Júlio Prestes. Com a posse de Vargas na presidência, foi nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil, cargo que ocuparia novamente durante o Estado Novo.

Em 1936, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e a partir do início da década de 40, passou a desempenhar missões diplomáticas junto a organismos latino-americanos. Foi embaixador do Brasil em Portugal (1943-1945) e duas vezes ministro das Relações Exteriores – durante o governo Dutra e no segundo governo Vargas.

- **Lima, Francisco Negrão de (1901-1981)**

Formado em Direito, foi eleito deputado constituinte por Minas Gerais, em 1933, na legenda do Partido Progressista (PP), reelegendo-se em 1935.

Em 1937, foi enviado pelo governador mineiro Benedito Valadares aos estados do Norte e Nordeste do país naquela que ficaria conhecida como a "missão Negrão de Lima", com o objetivo de sondar a opinião dos governadores daquela região quanto à permanência de Vargas no poder além do período previsto constitucionalmente. Quando o golpe finalmente se consumou, instaurando-se a ditadura do Estado Novo, Negrão de Lima foi nomeado chefe de gabinete do novo ministro da Justiça, Francisco Campos. Nos anos seguintes assumiria algumas vezes a direção interina do ministério durante os períodos de ausência do titular.

Durante o governo Juscelino Kubitscheck, foi nomeado prefeito do Distrito Federal (1956-1958) e em seguida assumiu a pasta das Relações Exteriores (1958-1959). Em dezembro de 1959, foi designado embaixador do Brasil em Portugal, substituindo Álvaro Lins. A diferença de percepção entre os dois sobre a postura brasileira em relação à situação colonial era clara: Negrão de Lima definiu sua missão em Portugal como uma questão de "amor".

- **Lins, Álvaro de Barros (1912-1970)**

Advogado, professor, ensaísta, crítico literário e membro da Academia Brasileira de Letras (1955). Foi redator e diretor do Diário da Manhã (1937 a 1940), colaborador do Suplemento Literário do Diário de Notícias e dos Diários Associados (1939-1940) e redator-chefe do Correio da Manhã (1940-1956). Convidado pelo Ministério das Relações Exteriores, escreveu uma biografia do Barão do Rio Branco e lecionou a cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Lisboa, em missão oficial, de 1952 a 1954.

Durante o governo Juscelino Kubitschek, foi chefe da Casa Civil e, posteriormente, embaixador do Brasil em Portugal entre 1956 e 1959, quando pediu exoneração do cargo por discordar sobre a forma que eram conduzidas as relações com Portugal – acreditava que o Brasil deveria adotar uma posição mais ativa e favorável à independência das colônias européias e portuguesas. Foi o presidente da 1ª Conferência Inter-americana da Anistia para os Exilados e Presos Políticos da Espanha e de Portugal, realizada na Faculdade de Direito de São Paulo (1960) e chefiou a delegação brasileira no Congresso Mundial da Paz realizado em Moscou (1962).

- **Lins e Silva, Evandro (1912-2002)**

Jurista, jornalista, escritor e político brasileiro. Participou da fundação da UDN (União Democrática Nacional), que reunia a oposição a Vargas, passando posteriormente a integrar uma aliada da UDN, a Esquerda Democrática, que se converteria no PSB (Partido Socialista Brasileiro).

Durante o governo João Goulart, foi Procurador Geral da República, chefe do Gabinete Civil e ministro das Relações Exteriores, sendo então indicado pelo presidente para o Supremo Tribunal Federal, onde tomou posse em setembro de 1963 e concedeu sistematicamente *habeas corpus* aos presos processados pelo regime militar, até ser aposentado em 1969 com base no AI-5.

- **Portella, Eduardo Mattos (1932-)**

Professor, advogado e membro da Academia Brasileira de Letras (1981). Integrou o gabinete civil do presidente Juscelino Kubitschek, foi ministro da Educação no governo

João Figueiredo (1979-1980), secretário de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (1987-1988), coordenou a pasta de Educação, Cultura e Comunicação da Comissão de Estudos para a Constituição de 1988, ligada à presidência da República e ocupou a vice-presidência e a presidência da Conferência Mundial da UNESCO de 1997 a 1999. Hoje é o diretor do Fundo para Cultura e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Durante o governo Jânio Quadros contribuiu com estudos sobre o continente africano e a criação de planos na área cultural visando a uma maior aproximação com a África e foi diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA).

- **Rodrigues, José Honório (1913-1987)**

Professor, historiador, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras (1969). Aos 24 anos conquistou o *Prêmio de Erudição* da Academia Brasileira de Letras por seu primeiro trabalho em historiografia, *Civilização holandesa no Brasil* (1937).

Em 1961, escreveu o clássico livro *Brasil e África: outro horizonte*, um estudo sobre as relações entre Brasil e África, que abrangia os aspectos político e econômico e clamava por maior atenção e apoio da política externa brasileira ao continente africano, criticando a forma como as relações com Portugal impediam o desenvolvimento de uma política coerente em relação à África.

- **Vale, Ciro de Freitas (1896-1969)**

Advogado e diplomata brasileiro, foi ministro interino das Relações Exteriores nos governos de Getúlio Vargas (janeiro-março/1939), e Eurico Gaspar Dutra (maio-junho/1949). Embaixador do Brasil na Alemanha nazista entre 1939 e 1942, negava visto aos judeus, que considerava imigrantes indesejáveis. Representou o Brasil como embaixador em diversos outros países (Cuba, Romênia, Canadá, Argentina e Chile) e chefiou a delegação brasileira nas sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas entre 1955 e 1961. Assim como Oswaldo Aranha, não concordava com as instruções que lhe eram passadas sobre a posição que deveria adotar na Assembléia Geral das Nações Unidas, criticando a escolha pela abstenção na proposta referente às colônias portuguesas na África em carta ao presidente Jânio Quadros.

REFERÊNCIAS

Fontes:

1) Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro

a) Maço AHI 119/5/14 - correspondências do Ministério das Relações Exteriores referentes ao ano de 1961.

Discurso de posse de Afonso Arinos como ministro das Relações Exteriores, 1° de fevereiro de 1961. *Discursos,* Ministério das Relações Exteriores.

Mensagem Presidencial apresentada por Jânio Quadros ao Congresso Nacional, 15 de março de 1961. Anexo à circular n. 3863, de 20 de março de 1961.

Telegrama n. 231, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para o Ministério das Relações Exteriores, 14 de abril de 1961. AHI 119/5/14.

Carta, Américo Tomás para Jânio Quadros, 24 de março de 1961. AHI 119/5/14

b) Arquivo Pessoal Afonso Arinos

Telex s/n, Afonso Arinos para Jânio Quadros, 15 de março de 1961.

Telex s/n, Jânio Quadros para Afonso Arinos, 16 de março de 1961. Arquivo Pessoal Afonso Arinos.

Telegrama n. 60, Embaixada brasileira em Portugal para Ministério das Relações Exteriores, 25 de março de 1961.

Telegrama n. 106, Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 29 de março de 1961.

Telegrama n. 177, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 29 de março de 1961.

Telegrama n.190, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 31 de março de 1961.

Telegrama n. 226, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Ministério das Relações Exteriores, 13 de abril de 1961.

Telegrama n.133, Ministério das Relações Exteriores para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 14 de abril de 1961.

Telegrama n.142, Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 17 de abril de 1961.

Telegrama n. 97, Embaixada do Brasil em Lisboa para Ministério das Relações Exteriores, 18 de abril de 1961.

Telegrama n. 150. Ministério das Relações Exteriores para Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 19 de abril de 1961.

Relatório secreto, s/n, sem data, intitulado "Negociações em Lisboa".

2) Obra de Afonso Arinos de Melo Franco:

A alma do tempo: memórias de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

3) Obras de Gilberto Freyre:

Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51ª ed. (1ª ed. 1933). São Paulo: Global Editora, 2006.

O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940a.

Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira. Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940b.

Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. 3ª ed. (1ª ed. 1947). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Adeus à Câmara. In: *Quase política: 9 discursos e 1 conferência mandados publicar por um grupo de amigos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

Negação de hospedagem a Katherine Dunham. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1950.

Desencantado com a política. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de junho de 1951.

Em torno de um novo conceito de tropicalismo. Coimbra, 24 jan. 1952

Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. 3ª ed. (1ª ed. 1953). Rio de Janeiro: Editora Topbooks/UniverCidade, 2001.

Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

Em tôrno de alguns túmulos afro-cristãos. Salvador: Livraria Progresso; Editora e Universidade da Bahia, 1959.

O Brasil, líder da civilização tropical. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

O Brasil, nação hispânica no trópico. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1961. Pessoas, coisas e animais.

O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o luso-tropical. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.

Atualidade de uma idéia brasileira. *O Cruzeiro***.** Rio de Janeiro, 20 out. 1962. Pessoas, Coisas & Animais.

Homem, cultura e trópico. Recife: Imprensa Universitária, 1962a.

O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962b.

Vida social no Brasil nos meados do século XIX. 4ª ed. (1ª ed. 1964). São Paulo: Global Editora, 2008.

Novo mundo nos trópicos. 2ª ed. (1ª ed. 1971). Rio de Janeiro, Editora Topbooks/UniverCidade, 2000.

O Brasil como nação hispanotropical: suas constantes e suas projeções transnacionais. São Paulo, 10 out. 1975. Conferência proferida no Club Athletico Paulistano.

Bibliografia Secundária

ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas Relações: Brasil-Portugal no Século XX*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

ALBERTI, Verena. "Idéias" e "fatos" na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco. IN: *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1994.

ALENCASTRE, Amilcar. *O Brasil, a África e o Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Paralelo, 1980.

ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A Afonso Arinos, setentão. IN: *Discurso de primavera e algumas sombras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente – Um legado de Afonso Arinos.* São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações: uma teoria de Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2002.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida.* Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil: 1912 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho J. *O Brasil e o mundo ásio-africano*. Rio de Janeiro: GRD, 1960.

BITELLI, Júlio G. A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses. IN: DANESE, Sérgio França (org.). *Ensaios de história diplomática do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

BÔAS, Gláucia Villas. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. IN: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Gilberto Freyre em quatro tempos.* Bauru: EDUSC, 2003

CAMARGO, Aspásia. (Org.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos.* Brasília: Senado Federal/CPDOC/FGV/Dom Quixote, 1983.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961).* Porto: Afrontamento, 1999.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática,1993.

CERVO, Amado L. & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

CERVO, Amado. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império Português.* Lisboa: Teorema, 1985.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DANTAS, San Tiago. *Política externa independente.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FONSECA JR. Gelson. *Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980).* In: FONSECA JR., Gelson e LEÂO, Valdemar Carneiro (Org.). *Temas de Política externa Brasileira*. Brasília: FUNAG, 1989.

Fundação Alexandre de Gusmão. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FREYRE, Fernando de Mello. "Gilberto Freyre: ontem e hoje, além do apenas moderno." IN: KOSMINSKY, *Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. Gilberto Freyre em quatro tempos.* Bauru: EDUSC, 2003.

FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Ásia,* n. 29, 271-316, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). *Diplomacia Brasileira e Política Externa*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek.* São Paulo: USP, 1994.

_____. Brasil e Portugal: Diplomacia e Política. In: SANTOS, Gilda. (Org.). *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces – Revista Convergência Lusíada*, n. 17, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000.

_____; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional. In: 2º Colóquio do Polo de Pesquisa Relações Luso-Brasileiras. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.10, n. 19, p. 41-66.

HIRST, Mônica. O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954). Cena Internacional, v.5, n.3, jun.2003.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra.* Viseu: Publicações Europa-América, 1972.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEITE BARBOSA, C.A. *Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros.* São Paulo: Atheneu, 2007.

LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-junho de 2007.
LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África*). São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Descolonização e lutas de libertação nacional. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Aarão e ZENHA, Celeste. *O século XX – o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1960.

MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo e "duplo vínculo" das relações raciais: o colonialismo português em Moçambique. IN: *Territórios da língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas.* Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1 a 5 de setembro de 1996 / coordenação Gláucia Villas Boas. – Rio de Janeiro: IFCS, 1998.

_____. Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. *Afro-Ásia*, n. 28, 97-124, 2002.

MARINHO, Ricardo José de Azevedo. *Gilberto Freyre Político.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ásio-africano*, 2ª edição. Rio de Janeiro: GRD, 1960.

MUNANGA, Rabengele e SERRANO, Carlos. *A Revolta dos Colonizados*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlantico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960.* Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RAMOS, Rui. A erudição lusitanista perante a guerra (1960-1970): algumas observações sobre a polêmica entre Charles Boxer e Armando Cortesão. IN: COELHO, Teresa Pinto (Coord.). *Os descobrimentos portugueses no mundo de língua inglesa (1880-1972).* Lisboa: Editora Colibri, 2005.

RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Formação da África Contemporânea*. São Paulo, Atual, 1987.

_____. A política brasileira para a África. *Humanidades*, Ano IV, n. 13, maio/julho, 1987.

_____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Editora UnB, 1996.

SCHIAVON, Carmem G. Burget. *Estado Novo e Relações Luso-brasileiras (1937-1945).* Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930- 1964.* Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

_____. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Maria de Lourdes. Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan./jun. 2003.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "raça" e "nação" nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.), *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, p. 85-106, 1996.

_____. *Ecos do Atlântico Sul – Representações sobre o terceiro império português.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEBER, Max. A política como vocação. IN: GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Orgs.). *Ensaios de sociologia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ANEXO 1

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores,
Afonso Arinos de Melo Franco

Brasília, em 1º de fevereiro de 1961.

Senhores,

Ao assumir o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores, para o qual fui convocado pela honrosa confiança do ilustre presidente Jânio Quadros, não me iludo sobre as pesadas responsabilidades que me aguardam no exercício da função.

Só mesmo a consciência de modestos atributos que, mercê de Deus, nunca me faltaram – o senso da responsabilidade e a dedicação ao trabalho – permitiu-me atender, sem vacilar, ao convite do preclaro chefe de Estado.

Secular e gloriosa é a história desta pasta, Senhor Ministro, história que Vossa Excelência realçou com a sua inteligência, cultura, tato e larga experiência da vida política, acrescendo novos títulos àqueles que fazem com que o Brasil confie no Itamaraty e dele se orgulhe.

O Ministério do Exterior vem sendo, na verdade, desde a independência, uma casa na qual homens eminentes têm sabido representar a nossa civilização em contínuo progresso; afirmar a nossa soberania em crescente consolidação; defender os nossos interesses que evoluem e se transformam com as mutações históricas; exprimir, em suma, nos contatos com a comunidade das nações, os traços da nossa personalidade, hoje plenamente desenvolvida e consciente dos seus direitos e deveres. Por outro lado, em diversas oportunidades, no Império e na República, os gestores da nossa política externa souberam representar fielmente a vocação pacífica do nosso povo, manifestada em tantos episódios, nos quais estadistas e diplomatas brasileiros foram a voz que aconselha, a inteligência que orienta, a força, em suma, que intercede entre os desavindos para restabelecer o bom entendimento ou a paz.

O vertiginoso progresso técnico-científico contemporâneo não alargou somente as fronteiras do conhecimento especulativo, senão que ampliou, também, de forma terrífica, o poder material do homem, rompendo, por isso mesmo, os antigos quadros jurídico-políticos que regiam a vida das sociedades humanas, hoje incertas e sem rumo diante da penosa

gestação do mundo de amanhã. Daí a contradição do nosso tempo, de que não se livra nenhum povo e nenhum regime de governo.

O conflito de fatores econômico-sociais gera a contradição de teses e soluções, sejam elas puramente doutrinárias, como, também, técnicas e governativas. Num ambiente mundial e histórico em tão constante e imprevisível movimento, poucos serão os valores permanentes da política internacional. É claro que estes valores se subordinam ao objetivo final daquela política, que é o interesse nacional de cada país. Por outro lado, a natureza desses valores depende da formação histórica, da cultura e dos sentimentos predominantes de cada comunidade nacional, como também dos elementos ligados aos seus interesses, destino, missão civilizadora e forma de vida.

O primeiro valor marcante da formação brasileira é o sentimento inato da independência nacional, ou seja, a própria tradição de soberania do Estado brasileiro. Não devemos esquecer, contudo, que o Estado brasileiro soberano tem-se afirmado historicamente, desde a independência, vinculado à democracia, que é o único sistema de governo capaz de respeitar os elementos transcendentes da dignidade humana, dentro da instituição estatal. Como bem disse Nabuco, o Império, assegurando-nos o mecanismo da democracia parlamentar, evitou-nos a moléstia infantil do caudilhismo continental. Além de historicamente democrático, o Brasil é também um país pacífico, melhor diríamos, um país pacifista, sempre disposto a resolver e a contribuir para que se resolvam pacificamente os dissídios internacionais de qualquer natureza. Temos, assim, o tríptico de valores que devem presidir ao planejamento da política internacional do nosso país: soberania, democracia, paz.

O governo que se inaugura, sintetizado na forte individualidade do presidente Jânio Quadros, sente-se apto a praticar uma política internacional plena e vigorosamente obediente a essas diretrizes. A moderna noção de soberania transpôs a fase de simples afirmação polêmica de um Estado diante dos demais, para assumir uma conceituação dinâmica e operativa, cheia de conseqüências. A soberania de um Estado jovem como o Brasil não se limita, hoje, à sua exclusão da influência política de outra autoridade, especialmente de outro Estado, senão que significa a preocupação do Estado com o desenvolvimento nacional, estimulando as forças econômicas, culturais e sociais internas, e afastando ou neutralizando as influências externas que se oponham a tal desenvolvimento, ou o entorpeçam, sejam elas políticas, sejam também econômicas e, portanto, representativas não propriamente de Estados estrangeiros, mas de grupos e organizações econômicas alienígenas e internacionais.

A concepção atual da soberania, a que vimos de nos referir, exige uma grande autonomia nas atitudes da nossa diplomacia, inclusive no quadro das organizações

internacionais, porque a nossa posição, nestes grandes palcos do mundo, deve corresponder ao que somos verdadeiramente, como povo, como cultura e como expressão econômica e social.

A nossa contribuição ao mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos, só será efetiva na medida em que representarmos, dentro dele, a parcela de autenticidade que nos cabe; em que assumirmos a responsabilidade de exprimir as aspirações e reivindicações que estamos no dever e em condições de manifestar. O reconhecimento da autonomia e autenticidade das nações – como as da América Latina, ou as novas do mundo afro-asiático – é um enriquecimento para o mundo livre, ao passo que a tentativa de enquadramento desses povos tão cheios de problemas e características peculiares em um sistema, que lhes é artificial, de normas e responsabilidades, é o meio certo de criar, dentro deles, naturais reservas e resistências. Na medida em que somos diferentes e temos problemas específicos, o atendimento desses problemas e o reconhecimento daquelas diferenças são os únicos meios capazes de integrar e fortalecer o mundo livre.

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos; nem preconceitos contra os brancos, como acontece com os povos predominantemente de cor. A nossa Constituição possui uma explendente disposição vedativa de tais preconceitos e, se me coubesse algum motivo de satisfação pelos meus doze anos de deputado, este seria, seguramente, o da autoria da lei que incluiu no Código Penal a norma genérica da Constituição. Portanto, o exercício legítimo da nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade, através de apoio às formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, do esforço, enfim, pelo progresso das áreas e povos economicamente subdesenvolvidos. Se, por um lado, somos país com visíveis aspectos de subdesenvolvimento econômico e técnico, o que nos leva a inegável aproximação de interesse com o mundo afro-asiático, por outro, somos um povo convictamente democrático, sendo que, no campo do

direito político e, agora, na prática do regime, o nosso amadurecimento institucional é admirável.

O espetáculo das últimas eleições, da apuração, do reconhecimento e da posse de Jânio Quadros na Presidência, a par de instrutivo para o mundo é, por igual, uma lição e uma advertência para os políticos nacionais.

Revelou a magnífica maturidade do povo brasileiro para o exercício efetivo, e não apenas formal, da democracia e ensinou aos ideólogos superados, aos obstinados sectários e aos escravagistas intelectuais, que o nosso povo pode e quer resolver os seus problemas dentro da liberdade política. A esmagadora vitória de Jânio Quadros foi expressão desta advertência de que o povo brasileiro repele as ditaduras de qualquer tipo, personalistas, caudilhistas, de classe ou de partido. Nós, no Brasil, não carecemos de tais processos e livres, como somos, no cenário internacional combateremos sempre livremente. Esta palavra, liberdade, perdeu a sua conotação romântica do século passado; limitou os excessos individualísticos que lhe comprometiam o sentido humano e enriqueceu-se de novos tons sociais e coletivos, mas conservou o núcleo de significado eterno, que é o valor da personalidade. Por esta nova liberdade humana, social e coletiva, é que pugna a política internacional do Brasil, país anticolonialista, anti-racista e convicto da necessidade do desenvolvimento como base da democracia. Isto corresponde a deixar bem claro que, se os nossos interesses muitas vezes são os mesmos dos novos países subdesenvolvidos, a forma de abordá-los e resolvê-los pode variar, exatamente em função do nosso amadurecimento democrático.

Ainda aqui, a vida e a figura de Jânio Quadros exprimem muito bem o que estou salientando. Sua carreira e sua pessoa de estadista são a revelação brasileira mais forte dessas novas significações da democracia social.

O pacifismo é, afinal, a construção jurídica e política de um sistema de garantias e soluções para o convívio internacional e, especialmente, continental. Já foi a atividade predominante da democracia brasileira. Alexandre de Gusmão, Barbacena, Paulino de Sousa, São Vicente, Paraná, os dois Rio Branco, Ruy, Nabuco, Mangabeira, Melo Franco, Aranha, aí estão, na Colônia, no Império e na República, alguns grandes nomes, para só falar dos mortos, que ajudaram a construir o monumento da nossa escola diplomática pacifista. A técnica da paz evoluiu, porém, como todos os demais aspectos da política internacional.

O penoso esforço dos juristas e diplomatas se concentra, hoje, em harmonizar, no direito e na prática, princípios tão conflitantes como o da não-intervenção e o da solidariedade coletiva; o da soberania do Estado e o da autoridade dos organismos internacionais, sendo

certo que, sem o funcionamento adequado de todas essas peças contraditórias, o mecanismo da paz pode entrar em colapso, com as conseqüências previsíveis na nossa época de poder ilimitadamente destruidor. Neste terreno delicado, deveremos atuar com tato e prudência, seguindo os nossos interesses, que coincidem perfeitamente com as nossas tradições.

O Brasil está perfeitamente evoluído e capaz de equilibrar, para seu uso, a não-intervenção com a solidariedade coletiva, a soberania do Estado com a adesão aos organismos internacionais, sendo que, quanto a este último aspecto, a norma da Constituição Federal é magnífica de concisão, eficácia e clareza. O problema está em que outras nações, continentais ou não, com as quais mantemos semelhança de situações econômico-sociais, não tendo encontrado o equilíbrio político-democrático, não conseguem, tampouco, situar-se equilibradamente na utilização daqueles instrumentos, até certo ponto contraditórios. É, sem dúvida, a falta de maturação democrática, que leva certos governos à necessidade de enfatizar demasiado o princípio da não-intervenção, em detrimento da solidariedade coletiva; ou o da soberania do Estado, em prejuízo da eficácia dos organismos internacionais. Por isto, repetimos, a nossa ação deve ser prudente, refletida, de forma a salvaguardar, tanto quanto possível conjuntamente, os nossos interesses, o desenvolvimento e emancipação dos povos atrasados e a causa da paz.

Os nossos interesses, situados prioritariamente, coincidem, como disse há pouco, nesses assuntos, com as nossas tradições. O respeito ao ato jurídico, a não-intervenção, o reconhecimento da solidariedade coletiva como um freio às agressões, a defesa da liberdade humana, no seu mais amplo significado, estes e outros princípios presidiram à integração territorial do Brasil, ao fortalecimento da sua independência e soberania, à expansão da sua autoridade internacional. Sem perda nem enfraquecimento destes princípios, sustentadores da nossa política externa, haveremos de aplicá-los em campo cada vez mais largo.

É pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações diplomáticas e comerciais com todos os Estados do mundo, que manifestem desejo de conosco manterem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito desta orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, não pode nem deve ela ser interpretada como dirigida contra ninguém. Estamos certos de contribuir, com esta conduta, para a causa da paz e da democracia no mundo.

Não poderia aqui referir o caminho a ser trilhado para atingirmos os objetivos propostos. Alguns dados, contudo, são indispensáveis. Em primeiro lugar, menciono a colaboração com o Congresso, base de toda política externa em qualquer país democrático. Homem do Legislativo, no qual servi por doze anos, como deputado, e dois, como senador,

não são novas nem improvisadas minhas idéias sobre a importância da função do Congresso na política internacional. Ela decorre da presença dos problemas mundiais na vida de cada um de nós, do interesse que esta presença desperta no homem da rua, o qual se transmite ao Poder Legislativo brasileiro. É, pois, com sincera e antiga convicção, que conto com todas as correntes políticas da Câmara e do Senado para, através das suas críticas, sugestões e apoio, prestigiarem a ação do governo da República, no delicado terreno da política internacional, no qual, se as divergências de opinião são salutares, o arrefecimento das paixões é esforço elementar e patriótico, para o bem do país. A continuidade da política brasileira é outro ponto que não esquecemos, principalmente no tocante a iniciativas acertadas, como o da chamada Operação Pan-Americana, do presidente Kubitschek. Esse movimento veio chamar a atenção do continente para as estreitas relações entre o subdesenvolvimento e os riscos que assaltam a democracia. Quando tive a honra de saudar o presidente Eisenhower, em nome do Senado brasileiro, não deixei de dar a opinião da nossa corrente, então oposicionista, a respeito.

Não é demais, portanto, que aqui a repita. Outro aspecto de que devemos cuidar, desde logo, é o da reforma dos serviços do Itamaraty, em tramitação na Câmara, através de mensagem do governo passado, enriquecida por brilhante colaboração daquela casa. Era natural que o novo governo tivesse a sua palavra sobre a organização da pasta. Não poderei entrar, neste momento, em pormenores; apenas direi que o nosso esforço será no sentido de adaptar a lei aos desígnios do presidente Jânio Quadros. Queremos que o aparelho administrativo seja bastante amplo, forte e flexível para permitir a presença do Brasil nos moldes exigidos pelas nossas necessidades e propósitos.

Por outro lado, pretendemos aparelhar o governo a tornar mais justa e democrática a carreira diplomática, respeitando o que for necessário nas suas tradições, existentes em todos os países e regimes, mas extinguindo, tanto quanto possível, o protecionismo e a emulação pessoal, premiando o mérito, amparando a dedicação e a experiência, criando normas sadias e genéricas para o ingresso e o acesso, exterminando, em suma, na medida do possível, o sistema de influências camarárias, de prestígios pessoais e de injustiças. Isto não representa prevenção nem hostilidade a quem quer que seja, nem abalo de situações consolidadas, mas, apenas, a ação determinada pela colocação do serviço público acima das conveniências pessoais, para bem de um corpo de funcionários que possui alguns dos melhores valores do quadro de funcionários brasileiros.

O presidente Jânio Quadros pretende também – e esta é uma responsabilidade do Brasil que muito me honro de proclamar – extinguir qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado, no serviço do Itamaraty.

Contamos também com a imprensa, rádio e televisão, e agradecemos o seu apoio, tão necessário à compreensão popular dos objetivos e processos da política internacional. Não receamos as suas críticas porque sei que os profissionais brasileiros são, como eu, patriotas, e nada farão conscientemente em prejuízo do nosso país.

Ao corpo diplomático estrangeiro endereço os meus respeitos. Habituado, desde a mocidade, aos ambientes diplomáticos; honrando-me de ser filho, irmão e pai de diplomatas, que serviram e servem com dignidade ao país, sei dos méritos e fraquezas da carreira que, como em todas as carreiras civis e militares e não diferentemente delas, são méritos e fraquezas das pessoas humanas. Sei, assim, a colaboração valiosa que o ilustre corpo diplomático estrangeiro, ao qual reitero as minhas saudações, pode dar para a solução de tantos problemas do nosso governo, através da compreensão, lealdade e firmeza dos entendimentos e tratativas.

Meus Senhores, o êxito dos governos depende do dom total dos homens públicos ao serviço da pátria. Esta humilde submissão do homem à sua tarefa, com esquecimento de quaisquer aspirações individuais, mesmo as mais nobilitantes, como a ambição de nomeada, respeito e glória, foi a escola em que me eduquei, foi a mais valiosa herança que me legou meu pai, a quem hoje recordo, com amor, no momento em que me invisto das funções que ele outrora exerceu. É recordando a sua memória e esperando a proteção divina, que alço, agora, a minha esperança de bem servir ao Brasil.

ANEXO 2

Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional

CAPÍTULO IV

Política Externa do Brasil

I. Diretrizes gerais

A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância, país disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico, genuinamente renovador, sem ser rebelde, livre de compromissos externos anacrônicos ou oportunistas e já tendo alcançado uma significação, nas relações internacionais,que lhe dá considerável possibilidade de ação e conseqüente responsabilidade, o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e à segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. Pelo contrário. Mais claramente do que nunca, vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos.

Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos.

O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos. O interesse no desenvolvimento econômico é

comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o norte e o sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico leste-oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontrará grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos nada se possa fazer demais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte-sul; nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.

Concentrando energia no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos. A do Brasil não é das menores e não será esquivada. Temos uma contribuição a dar, pelo que somos e pelo que queremos.

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz.

O conflito leste-oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam as expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de convivência sincera, de coexistência leal.

II. Nações Unidas

Além da reativação das relações bilaterais com os países socialistas, em bases de respeito mútuo e visando ao incremento do comércio, o Brasil considera essencial à diminuição da tensão mundial uma política de fortalecimento das Nações Unidas. Para o governo brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um superestado, é mais do que a soma de seus Estados membros e não foi feita para ser utilizada por eles, isoladamente ou em grupos, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interesses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão deste ou daquele bloco,

mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apóia todos esses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromisso com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior. O que o governo brasileiro deseja para seu povo é o que deseja para todos os outros. Naturalmente ressalvadas as limitações de correntes da natureza das relações entre nações soberanas, a honestidade de propósitos com que o governo brasileiro, emanação do povo, se coloca ao serviço desses princípios éticos, na órbita interna, é a mesma que orienta sua ação no âmbito externo.

Essa posição brasileira não é, de modo algum, incompatível com um *consensus* ético mínimo, indispensável à convivência sincera e leal que propugnamos.

A sinceridade é da essência de uma ordem pacífica no mundo, e o respeito pela opinião alheia. Tendo indicado a atitude do governo no que tange às grandes questões de alcance econômico, o conflito leste-oeste, o desenvolvimento dos povos pobres e a paz, cumpre agora examinar as linhas de ação que se oferecem, no que concerne aos problemas que afetam cada grande região do mundo.

III. Países socialistas

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Foram, por isso, tomadas providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária e prosseguem os estudos para normalizar nossas relações com todos os países.

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o governo que a delegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popularda Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.

Nesta área, como em todas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior relevância: todas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

IV. Europa

A todo mundo afetam a paz e a estabilidade da Europa. Ninguém pode descuidar-se do problema da normalização das relações entre os dois grandes blocos de poder na sua fronteira mais viva, que biparte o continente europeu. Não é possível desconhecer aqui os interesses vitais de uma parte e de outra, sem pôr em risco a possibilidade de uma convivência sincera.

O governo brasileiro acredita que uma das questões críticas, que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interesse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas-chaves da tensão mundial e desejamos reafirmar que nossa posição sobre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o governo de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

Poucos acontecimentos poderão contribuir mais para a paz e a prosperidade do mundo que o substancial progresso econômico verificado na Europa ocidental nos últimos anos. Ligados a essa região por tantos laços, em que sobreleva o vínculo perene com o povo português, consideramos indispensável que o progresso europeu resulte em trocas comerciais mais abundantes e num apoio decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Não serão, a longo prazo, vantajosos para a própria Europa os esforços de integração econômica a que ora se dedica, se deles decorrer a indiferença pelas grandes possibilidades da cooperação com a América Latina.

Os interesses europeus, há que sublinhar, se ajustam complementarmente aos interesses brasileiros, de aumentar suas relações de troca com o Velho Continente e dele absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensável, para tanto, que as pautas de importação e exportação sejam atualizadas, levando em conta a rápida e crescente industrialização brasileira. É indispensável, por outro lado, que os mecanismos europeus de financiamento, que prosseguem submetidos à restritiva regulamentação da Convenção de Berna, sejam adaptados às novas exigências mundiais de financiamentos a prazo longo.

O mercado brasileiro constitui, hoje, um dos mercados em maior expansão do mundo e reflete a demanda de uma população crescente, que conta setenta milhões de

habitantes e cuja renda *per capita* é igualmente crescente. Este mercado sempre esteve aberto à oferta internacional e sempre foi particularmente sensível à tradição de qualidade da indústria européia. O incremento da procura de bens de produção, determinado pelo rápido desenvolvimento brasileiro, entretanto, torna necessária a adoção de esquema de financiamento por mais longo prazo de parte dos países que queiram acompanhar a expansão de nossas compras.

O governo empreenderá as necessárias gestões, junto aos países europeus, no sentido de promover a adoção de formas de financiamento a prazo longo, compatíveis com o nosso mútuo interesse na aplicação do intercâmbio comercial e na sadia aplicação, na aceleração do desenvolvimento brasileiro, da poupança européia.

V. Mundo afro-asiático

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços e pontos que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de todas as raças, em que a cor, a religião, a filiação política são irrelevantes e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais – repetimos, todos, sem exceção – atinjam sua independência, no mais breve prazo possível e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio, por motivos apenas de proximidade geográfica.

Nenhuma satisfação maior para o governo, no cenário mundial, do que ver aproximar-se o dia em que um povo de rara significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingirá sua independência. O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhas conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais: queremos ajudar a criar, no hemisfério sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam – de um e de outro lado do Atlântico – são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil. O governo está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem, desde já, o respeito em que os temos e a relevância que lhes atribuímos. Precisamos conhecer-nos melhor. Projeta-se o envio de missão especial de observação, que possa formar impressão de conjunto desses países, consultar os desejos de seus líderes e de seus povos e esclarecer o governo com maior precisão. O Ministério das Relações Exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África.

O governo aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não podemos dar-lhes ajuda material significativa. Mas temos a vivência – eles e nós – de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicas e experiências. Temos, os brasileiros, uma sociedade multirracial tão harmoniosa e integrada, que talvez não nos seja difícil a compreensão e o respeito em que toda boa amizade deve fundar-se.

A presente situação do Congo contrista a opinião pública e o governo do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquele país, quando os meios e poderes suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do secretariado da organização, seu órgão permanente de contatos e execução. O Brasil está convencido da responsabilidade de todos os Estados-membros das Nações Unidas de cooperarem honesta e eficazmente a fim de que a nova nação africana supere as lutas fratricidas – e os crimes em seu curso cometidos – e atinja a liberdade, estabilidade, total independência e indestrutível unidade, a que tem direito. O

Congo é dos congoleses e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que [*lhes*] permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país – ou grupo de países – obtenha vantagem para sua posição internacional específica.

VI. Política continental

As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no hemisfério ocidental são, evidentemente, maiores de que em qualquer outra região.

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de norte a sul, amigável e cooperativo diálogo sobre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação – por todo país latino-americano – de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.

O Brasil manter-se-á fiel ao sistema interamericano e tudo fará para vitalizá-lo. Como foi reconhecido pela Ata de Bogotá, na qual estão consagrados os principais pontos práticos e teóricos da Operação Pan-Americana, a solução dos problemas que afligem o continente dependerá substancialmente do progresso econômico. Esse progresso econômico não será estimulado enquanto não se decidirem os governos da América a passar do plano das formulações teóricas para o terreno da execução prática de medidas adequadas. Por isso, é firme propósito do governo brasileiro cuidar, desde logo, dessas providências concretas. Já no Itamaraty estão sendo elaboradas propostas definidas e objetivas com esse fim.

A disposição atual do governo norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido governo e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão interministerial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar em bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do norte.

O governo brasileiro confia em que o governo norte-americano, como os das demais repúblicas do continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acelere, que a agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.

O governo brasileiro adotou política que envolve consideráveis sacrifícios, para desenvolver o país em bases reais e ordenadamente. Espera compreensão e apoio. Juntamente com outros países da América Latina, o Brasil tem-se empenhado num esforço sério, que este governo levará avante, para criar uma zona de livre comércio, capaz de estimular a prosperidade intra-regional.

Pretende o governo realizar os esforços que se façam necessários e adotar as providências ao seu alcance, para que a execução do Tratado de Montevidéu venha a abrir, a cada Estado, o mais amplo e mais racional aproveitamento de suas potencialidades, do que resultará o desenvolvimento mais rápido e mais seguro de suas perspectivas econômicas.

Importa, assim, proceder, de um lado, a razoável especialização, dentro da zona de livre comércio e, de outra parte, a adequada concentração de recursos de capital e de tecnologia, para atacar empreendimentos demasiadamente amplos para cada um dos países membros, isoladamente.

Deve-se mencionar, nesta última linha de idéias, a conveniência da instalação e operação de institutos tecnológicos, que aumentem rapidamente o patrimônio de conhecimentos técnicos da América Latina.

Quanto aos atuais acontecimentos, que perturbam as relações interamericanas, o governo brasileiro confia em que as nações irmãs neles envolvidas encontrarão, em breve e de acordo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que eles requerem.

O Brasil estará sempre pronto a prestar, em qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa comunidade fraterna tem de ser o de evoluir rapidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.

O governo brasileiro está disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais, quanto às questões de âmbito mundial.

Essas, em termos muito gerais, as observações que cabe fazer sobre a política exterior que o governo se propõe adotar e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
2. ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;

4. expansão do comércio externo brasileiro;
5. apoio decidido ao anticolonialismo;
6. luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. fidelidade ao sistema interamericano;
11. continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela constitua a garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

ANEXO 3

Artigo – Nova política externa do Brasil

Jânio Quadros

O interesse demonstrado na posição do Brasil em assuntos internacionais é, em si mesmo, uma prova da presença de uma nova força no cenário mundial. Naturalmente meu país não surgiu por mágica, nem está momentaneamente entregue a uma exibição mais ou menos bem sucedida de sede de publicidade. Quando me refiro a uma "nova força" não estou aludindo a uma força militar, mas ao fato de que uma nação, até aqui quase desconhecida, está pronta a fazer valer, no jogo de pressões mundiais, o potencial econômico e humano que representa e o conhecimento nascido da experiência que temos o direito de acreditar ser valiosa.

Somos uma nação de proporções continentais, ocupando quase a metade da América o Sul, relativamente próxima da África e tecnicamente de raízes indígenas, européias e africanas. Dentro da próxima década nossa população atingirá perto de cem milhões de habitantes e a rápida industrialização de algumas regiões do país faz prever a nossa transformação em uma potência econômica.

Estamos ainda, atualmente, afligidos pelos males do subdesenvolvimento, que tornam a maior parte do nosso país cena de dramas quase asiáticos. Temos áreas assoladas pela miséria que são superpopulosas e vastas regiões – as maiores do mundo – ainda por conquistar. E, no entanto, grandes cidades estão se transformando em centros industriais e comerciais da maior significação.

Se somente agora o Brasil está sendo ouvido em assuntos internacionais, é porque, ao assumir o poder, resolvi tirar proveito das conseqüências da posição que atingimos como nação. Nós fôramos injustificadamente relegados a uma posição obscura, enquanto – mesmo em nosso próprio hemisfério – havia erros e problemas se acumulando em nosso caminho, que punham a perder o nosso próprio futuro. Abandonamos a diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros, e, para proteger nossos direitos, colocamo-nos na primeira linha, convencidos que estávamos de nossa capacidade para contribuir com nossos próprios meios para a compreensão entre os povos.

Antes de iniciar uma análise objetiva da política externa do Brasil, o leitor me permitirá, espero, uma apresentação de certo modo subjetiva dos meus pontos de vista. Servirá para esclarecer as razões ocultas pelas quais tomamos certas posições em relação a

problemas mundiais. Para dizer a verdade, a política externa de uma nação, em si, deve ser a corporificação dos ideais e interesses comuns que governam sua existência.

As aspirações idealistas são definidas pela determinação implícita ou explícita dos objetivos a alcançar. Refletem os interesses e todas aquelas circunstâncias econômicas, sociais, históricas e políticas que em dado momento influenciam a escolha de objetivos imediatos e a escolha de meios e modos de ação.

Os ideais da comunidade são o cenário à frente do qual se desenrola o drama nacional e são a eterna fonte de inspiração da verdadeira liderança. Infiltram-se, geralmente, nos meios e recursos usados para fazer cumprir as decisões políticas. Uma política nacional – como instrumento para a ação – parece às vezes voltar-se contra o impulso fundamental que a criou, para melhor servi-lo; mas em função da própria essência dessa política, a verdade de certas realidades não pode ser refutada. Para se assegurar que é viável a formulação da estratégia nacional, os desejos e ideais populares não podem ser ignorados, mas a verdade é que muito freqüentemente as táticas precisam ser neutralizadas e despidas do seu conteúdo idealista ou sentimental para satisfazer interesses urgentes e reforçar os ideais da própria comunidade.

Há dois momentos na vida das nações quando a liberdade completa é permitida, na expressão do que poderia ser chamado uma ideologia nacional: quando atravessam a miséria absoluta, como a única consolação romântica que resta à população, e quando nadam em abundância, como um dever imposto à nação pela multiplicidade de interesses assegurados, mas nunca inteiramente satisfeitos.

Uma nação que não é mais tão pobre ou desprotegida que possa se entregar ao luxo de sonhos consoladores, mas está em luta contra sérios obstáculos para conseguir a plena posse da sua riqueza e para desenvolver as possibilidades da sua própria natureza, deverá ficar sempre na arena – alerta, atenta e vigilante. Essa nação não pode perder de vista seus objetivos, mas deve evitar prejudicá-los por se submeter a políticas que, embora em consonância com ideais remotos, não satisfazem no momento os seus verdadeiros interesses.

Não pode haver dúvida de que o Brasil, graças a seu tremendo esforço nacional, está dando passos gigantescos para romper a barreira do subdesenvolvimento. O ritmo do crescimento nacional fala por si e estou convencido de que, no final do meu mandato, o ritmo de progresso do país será tal que tornará a explosão populacional não mais uma perspectiva sombria, mas um fator adicional e decisivo para o avanço no processo de desenvolvimento econômico.

Não temos o direito de sonhar. Em lugar disso, nosso dever é trabalhar – mas ao mesmo tempo confiar e esperar – e trabalhar com os pés firmemente plantados no chão.

Com o tempo, a política externa do Brasil refletirá a necessidade de progresso desenvolvimentista. Naturalmente, por detrás das decisões que somos forçados a tomar para enfrentar os problemas de crescimento material, inerentes ao desejo do povo brasileiro de liberdade econômica, social, política e humana, está o entrelaçamento das necessidades materiais da nação. Mantendo sempre em mente os nossos objetivos, precisamos escolher, dentre as fontes de inspiração de nosso país, as que melhor podem ser mobilizadas para ajudar o esforço nacional.

Em conseqüência da formação histórica, cultural e cristã, tanto quanto a situação geográfica, nossa nação é predominantemente ocidental. Nosso esforço nacional é dirigido para a obtenção de sistema de vida democrático, tanto política como socialmente. Poderá não ser inútil frisar aqui que nossa dedicação à democracia é maior do que a de outras nações da nossa esfera cultural. Tornamo-nos, assim, o exemplo mais bem sucedido de coexistência racial e integração conhecido na história.

Os ideais comuns de vida e organização acercam-nos das maiores nações do bloco ocidental e, em muitos pontos, o Brasil pode, em posição de destaque, associar-se a esse bloco. Essa afinidade é sublinhada pela nossa participação no sistema regional interamericano, que envolve obrigações políticas específicas.

No entanto, na situação atual, não podemos aceitar uma posição nacional predeterminada, exclusivamente na base das premissas acima. É inegável que temos outros pontos em comum, com a América Latina em particular e com os povos recentemente emancipados da Ásia e África, que não podem ser ignorados, porque se encontram nas bases do reajustamento da nossa política e sobre eles convergem muitas das linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira. Se é verdade que não podemos relegar nossa devoção à democracia a um lugar secundário, não é menos verdade que não podemos repudiar laços e contactos oferecendo grandes possibilidades para a complementação nacional.

O grau de intimidade das relações do Brasil com os países vizinhos do continente e com as nações afro-asiáticas, embora baseado em motivos diferentes, tende para o mesmo fim. Entre estes, na maioria dos casos, estão motivos históricos, geográficos e culturais. O fato comum a todos eles é o de que nossa situação econômica coincide com o dever de formar uma frente unida na batalha contra o subdesenvolvimento e todas as formas de opressão.

Disso tudo, naturalmente, certos pontos se destacam que podem ser considerados básicos para a política externa do meu governo. Um deles é o reconhecimento da legitimidade da luta pela liberdade econômica e política.

O desenvolvimento é um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais procuramos ter relações mais íntimas e a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo dessa meta. É, ainda, à luz desses determinantes políticos que hoje consideramos de primeira importância o futuro do sistema regional interamericano. O crescimento da América Latina, como um todo, e o resguardo da soberania de cada nação do hemisfério são as pedras fundamentais de uma política continental, no entender do governo brasileiro.

Os enganos criados por um equacionamento errado dos problemas continentais são mais do que conhecidos. O auxílio insuficiente ou mal dirigido aumentou as divergências regionais. Nações que enfrentam graves problemas em comum – isto é, todas as nações da América Latina – precisam fazer um levantamento das suas necessidades e fazer os seus planos de acordo com isso. Os latino-americanos estão interessados, não na prosperidade dos pequenos grupos dirigentes, mas na prosperidade nacional como um todo, o que deverá ser perseguido a todo custo, sem levar em consideração os riscos.

Os Estados Unidos precisam compreender que hoje enfrentam um desafio do mundo socialista. O mundo ocidental precisa mostrar e provar que não é somente o planejamento comunista que promove a prosperidade das economias nacionais. O planejamento democrático precisa também fazer o mesmo, com a assistência dos que são economicamente capazes, se o sistema político de uns perplexos dois terços do mundo ocidental vai evitar o risco de uma bancarrota.

Não podemos frisar com demasiada freqüência a que ponto a pobreza nos separa da América do Norte e das principais nações européias do mundo ocidental. Se, pelo sucesso alcançado, elas representam aos olhos dos povos subdesenvolvidos o ideal de realização de uma elite de origem cultural européia, vai, no entanto, se enraizando nas mentes das massas a convicção de que esse ideal, para uma nação sem recursos e prejudicada nas suas aspirações de progresso, é uma ironia. Que solidariedade pode existir entre uma nação próspera e um povo desgraçado? Que ideais comuns podem, no curso do tempo, suportar a comparação entre as áreas ricas, cultivadas, dos Estados Unidos e as zonas assoladas pela fome no nordeste do Brasil?

Pensamentos como este criam irrevogavelmente em nós um sentimento de solidariedade com esses povos invadidos pela miséria que, em três continentes, lutam contra interesses imperialistas que, sob o pálio das instituições democráticas, induzem ao erro –

senão destroem – as tentativas para organizar economias populares. Quando nações, competindo com o grupo democrático, fazem oferta de auxílio econômico, desinteressado, real ou falso, esse problema parece mais agudo, sob a pressão do conflito de interesses.

Neste ponto, poderia ser apropriado fazer referência aos preconceitos ideológicos das democracias capitalistas, sempre prontas a depreciar a idéia de intervenção estatal em países onde ou o Estado controla e governa o crescimento econômico – o que se tornou uma questão de soberania– ou nada é realizado. Não estamos em posição de permitir a liberdade de ação de forças econômicas em nosso território, simplesmente porque essas forças, controladas do exterior, fazem o seu próprio jogo e não o de nosso país. O governo brasileiro não tem preconceitos contra o capital estrangeiro – longe disso. Estamos em grande necessidade da sua ajuda. A única condição é que a nacionalização gradual dos lucros seja aceita, pois de outro modo eles não são mais um elemento de progresso, mas tornam-se apenas uma sanguessuga, alimentando-se do nosso esforço nacional. Saibam que o Estado, no Brasil, não entregará esses controles, que beneficiarão nossa economia ao canalizar e assegurar a eficiência do nosso progresso.

O desequilíbrio econômico é, sem dúvida, o mais crítico de todos os fatores adversos que afligem o sistema regional interamericano e, dele, se originam quase todos os demais. Meu governo está convencido de estar lutando pela recuperação do pan-americanismo e de que isso deve começar pelos setores econômico e social. Politicamente, estamos tentando dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da autodeterminação e da não-intervenção, e são esses os princípios que nos guiam em relação às Américas, assim como ao resto do mundo.

A questão de Cuba, ainda dramaticamente presente, nos convenceu, de uma vez por todas, da natureza da crise continental. Ao defender com intransigência a soberania de Cuba contra interpretações de um fato histórico que não pode ser controlado *a posteriori*, acreditamos ajudar a despertar continente para a verdadeira noção das suas responsabilidades. Defendemos nossa posição a respeito de Cuba, com todas as suas implicações. A atitude do Brasil foi, sem dúvida, compreendida por outros governos e, à medida que ganha terreno, o inteiro sistema regional mostra sinais de regeneração na avaliação das responsabilidades de cada nação-membro.

O governo dos Estados Unidos, através dos seu recentes programas de ajuda, deu um passo importante em direção à revisão de sua política continental, clássica e inoperante. Esperamos que o presidente Kennedy, a quem não faltam as qualidades da liderança, leve a revisão da atitude do seu país até o último limite e varra do caminho os consideráveis

obstáculos que restam na rota para uma comunidade continental verdadeiramente democrática.

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. As nações da América Latina que se tornaram politicamente independentes no curso do século XIX tiveram o processo de desenvolvimento econômico retardado por circunstâncias históricas e a África, que apenas recentemente se tornou politicamente livre, junta-se a nós, neste momento, na luta comum pela liberdade e pelo bem-estar.

Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos. Enquanto pudermos dar, às nações do Continente Negro, um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica.

A atração exercida pelo mundo comunista, pelas técnicas comunistas e pelo espírito das organizações comunistas sobre os países que acabam de se libertar do jugo capitalista, é do conhecimento de todos. De um modo geral, todas as nações subdesenvolvidas, inclusive as da América Latina, são suscetíveis a esse apelo. Não deve ser olvidado que, enquanto a independência das nações latino-americanas era inspirada por um movimento de libertação com raízes na Revolução Francesa, a autonomia obtida pelas novas nações asiáticas e africanas foi precedida por uma onda de esperança, provocada pela revolução socialista na URSS, entre as classes e povos oprimidos de todo o mundo. O movimento de libertação afro-asiático ergueu-se contra o domínio de nações que compõem – se não encabeçam – o bloco ocidental.

Esses fatores históricos são de importância decisiva e devem ser tomados em consideração ao estimar o papel que um país como o Brasil pode representar na tarefa de reavaliar as forças dinâmicas que estão atuando no novo mundo de hoje, na Ásia e na África.

Por muitos anos, o Brasil fez o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas. Essa atitude – que somente agora começa a desaparecer – deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Círculos mal-informados, excessivamente impressionados com as maneiras de agir européias, contribuíram para um erro que deve ser

atribuído mais ao desprezo dos compromissos mais profundos de nosso país do que à malícia política.

Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto. Portanto, tudo conduz a uma necessária mudança de posição com respeito ao colonialismo, que, sob todos os seus disfarces – mesmo os mais transparentes – enfrentará, de agora em diante, a oposição determinada do

Brasil. Essa é a nossa política, não apenas no interesse da África, não por uma solidariedade platônica, mas porque está de acordo com os interesses nacionais brasileiros. Estes, até certo ponto, são ainda influenciados pelas mais ocultas formas de pressão colonialista, mas pedem uma aproximação com a África.

Poderia acrescentar que o soerguimento dos níveis econômicos dos povos africanos é de vital importância para a economia do Brasil. Mesmo de um ponto de vista puramente egoísta, estamos interessados em ver a melhoria social e o aperfeiçoamento das técnicas de produção na África. A exploração dos africanos pelo capital europeu é prejudicial à economia brasileira, permitindo, como acontece, o estímulo a uma competição comercial baseada no trabalho mal pago dos negros. É preciso estabelecer a competição em um nível civilizado e humano, para substituir o da escravidão pelos salários inferiores pagos a toda uma raça. Atualmente o crescimento industrial de meu país garante aos africanos uma importantíssima fonte de suprimentos, que poderia mesmo servir como base de acordos para unir os nossos respectivos sistemas de produção.

Estamos estabelecendo relações regulares, diplomáticas e comerciais, com várias nações africanas e emissários do meu governo visitaram aquele continente para estudar possibilidades concretas de cooperação e trocas. Com o tempo, as potencialidades dessas relações mais íntimas, destinadas a serem um marco na história dos negócios humanos, serão concretizadas.

Aqui devo frisar outro importante aspecto da nova política externa brasileira. Meu país tem poucas obrigações internacionais: estamos presos apenas a pactos e tratados de assistência continental, que nos obrigam à solidariedade com qualquer membro do hemisfério que se possa tornar vitima de agressão extracontinental. Não assinamos tratados da natureza da OTAN e não estamos absolutamente forçados de maneira formal a intervir na Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente. Estamos, portanto, em situação de seguir nossa inclinação natural e atuar energicamente em prol da paz e do relaxamento da tensão internacional.

Não sendo membro de bloco algum, nem mesmo do bloco neutralista, preservamos nossa liberdade absoluta de tomar nossas próprias decisões em casos específicos

e à luz de sugestões pacíficas em consonância com nossa natureza e história. Um grupo de nações, especialmente da Ásia, tem também o cuidado de permanecer à margem de qualquer choque de interesses, que são invariavelmente os das grandes potências e não necessariamente os de nosso país, quanto mais da paz mundial.

O primeiro passo para tirar proveito total das possibilidades da nossa posição no mundo consiste em manter relações normais com todas as nações. O Brasil, que por má interpretação ou distorção do seu bom senso político, levou vários anos sem contactos regulares com as nações do bloco comunista, a ponto, mesmo, de ter apenas relações comerciais indiretas e insuficientes com elas. Como parte do programa do meu governo, decidi examinar a possibilidade de reatar relações com a Romênia, Hungria, Bulgária e Albânia; essas já foram agora estabelecidas. Negociações para o reatamento de relações com a União Soviética estão em progresso e uma missão oficial brasileira vai à China para estudar as possibilidades de trocas.

Em consonância com essa revisão de nossa política externa, meu país, como é sabido, decidiu votar a favor da inclusão na agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas da questão da representação da China; essa posição inicial terá, no seu devido tempo, suas conseqüências lógicas.

As possibilidades de relações comerciais entre o Brasil e o Oriente são praticamente "terra incógnita". Mesmo no caso do Japão, ao qual estamos ligados por tantos laços, nossas relações comerciais estão longe de ser completas. A China, Coréia, Indonésia, Índia, Ceilão e todo o sudoeste da Ásia abrem espaço para o desenvolvimento de nossa produção e empreendimentos comerciais, que nem a distância nem os problemas políticos podem desencorajar.

É preciso levar ao conhecimento do mundo o fato de que o Brasil está aumentando intensivamente sua produção, com vistas não apenas ao seu mercado doméstico, mas especificamente procurando atrair outras nações. De um ponto de vista econômico, a divisa do meu governo é "Produzir tudo, porque tudo que for produzido é comerciável". Sairemos à conquista desses mercados; em casa, na América Latina, na África, na Ásia, na Oceania, em países sob a democracia e naqueles que se uniram ao sistema comunista.

Os interesses materiais não conhecem doutrina e o Brasil está atravessando um período em que sua própria sobrevivência como nação, ocupando uma das áreas mais extensas e privilegiadas do globo, depende da solução dos seus problemas econômicos. Nossa própria fidelidade ao sistema democrático de vida está em jogo nessa luta pelo desenvolvimento. Uma nação como a nossa, com 70 milhões de habitantes e com o mais alto

índice de crescimento populacional do mundo, não permitirá sequer uma diminuição da velocidade do seu movimento em direção à plena utilização de sua própria riqueza.

Sem medo de errar, posso dizer que a experiência de progresso democrático que está sendo levada a efeito no Brasil é decisiva, tanto para a América Latina quanto para todas as áreas subdesenvolvidas do mundo.

Portanto, essa experiência é do maior interesse para nações prósperas, que são também orgulhosas de serem livres. Elas assim continuarão desde que o sucesso coroe os esforços, em prol da emancipação econômica, das nações subdesenvolvidas vivendo sob o mesmo sistema. A liberdade, mais uma vez, torna-se o produto da igualdade.

É preciso frisar que a idéia por trás da política externa do Brasil e sua implementação tornaram-se agora o instrumento para uma política de desenvolvimento nacional. Como parte importante de nossa vida de nação, a política externa deixou de ser um exercício irreal, acadêmico, levado a efeito por elites absortas e fascinadas; tornou-se o tópico principal da preocupação diária. Com ela, buscamos objetivos específicos: em casa, prosperidade e bem-estar; no exterior, viver juntos, amigavelmente e em paz no mundo.

Não há necessidade de explicar aos brasileiros o que somos hoje no mundo. Estamos plenamente cônscios da missão que precisamos cumprir – e podemos cumprir.

ANEXO 4

Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU

Ao definir a sua atitude, perante a Assembléia Geral, no debate da situação da Angola, a delegação do Brasil o faz com plena consciência de suas especiais responsabilidades nesta questão. Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.

O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.

O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal, que nos vem da história do passado; mas afirma nitidamente a sua posição anticolonialista, que lhe é imposta pelo que um grande escritor português do século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira, chamou a "História do Futuro".

A matéria em discussão tem sua origem na Resolução 1.603, da XV Assembléia Geral, de 20 de abril de 1961, a qual, por sua vez, proveio da solicitação apresentada no mês de março, por 40 delegações afro-asiáticas, pedindo a inclusão, na agenda da Assembléia, de um item referente à "situação em Angola".

As conclusões do relatório sobre Angola

O governo brasileiro estudou cuidadosamente o relatório do subcomitê sobre a situação em Angola (A/4.978), criado pela referida Resolução 1.603, relatório que constitui, a seu juízo, um documento indiscutivelmente útil, não obstante as limitações que se devem à impossibilidade de obtenção de dados colhidos *in loco*. A esse respeito, o governo brasileiro lamenta que o governo português não tenha permitido a visita a Angola do comitê em apreço, o que lhe teria permitido reunir elementos diretos de informação e, talvez mesmo, contribuir, ela ação de sua própria presença, a um abrandamento das tensões existentes. Por outro lado,

uma posição afirmativa, que ainda esperamos de Portugal, nesse sentido, testemunharia seu desejo de cooperar com as Nações Unidas na procura de soluções pacíficas e construtivas.

A análise do relatório permite à delegação do Brasil fixar os seguintes pontos, que lhe parecem de importância capital:

1. A situação em Angola oferece aspectos críticos e tende a se agravar cada dia; a prolongação da luta armada, por sua vez, torna cada vez mais difícil um entendimento entre as partes.
2. As tentativas de solução militar, além de serem contrárias às recomendações e decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, não resolveram, até agora, o problema angolano e, seguramente, não o resolverão.
3. Os acontecimentos de Angola constituem, como o reconheceu o Conselho de Segurança (S/4.835), uma causa atual e potencial de atritos internacionais, não somente no continente africano, mas ainda em outras partes do mundo, e são de natureza a pôr em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais.
4. Ainda é possível, entretanto, na opinião da delegação do Brasil, encontrar uma solução pacífica, a única capaz de não destruir os elementos positivos que a presença portuguesa trouxe ao país e de salvaguardar relações proveitosas entre Portugal e Angola, análogas às que se verificam, hoje em dia, entre antigas metrópoles e territórios de além-mar recém emancipados. Tal solução seria certamente a melhor, para os interesses de Portugal e de Angola.
5. Em tal sentido, o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia.

Preservação da cultura portuguesa na África e na Ásia

Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos, que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica.

Nisso tudo, tem o Brasil um grande interesse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguesa venham a desaparecer da África e espera que os elementos positivos da cultura ocidental, transplantados para a Índia e a China pelos portugueses, possam ser respeitados, da mesma forma por que respeitamos, no Brasil, os elementos culturais trazidos por chineses, japoneses, judeus, negros, italianos, alemães, árabes e tantos outros povos, que contribuem na formação do nosso povo e no progresso do nosso país.

Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos.

O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da história, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos. Disso é exemplo vivo a comunidade luso-brasileira.

O Brasil contra a anexação de territórios pela força

Nossa isenção e objetividade foi demonstrada recentemente, quando da invasão das possessões portuguesas na Índia. Nessa altura, fiel à Carta das Nações Unidas, o Brasil elevou um protesto solene contra a violação dos princípios de paz e de respeito ao direito, que deveriam ser, para todos, sagrados. Continuamos a considerar gravíssima e de conseqüências perigosas a impotência do Conselho de Segurança no caso de Goa, decorrente de uma das maiores lacunas do mecanismo da Carta. Entretanto, movido pelas mesmas preocupações, o Brasil manifestou-se a favor da observância do capítulo XI da Carta, que Portugal declarou inaplicável às suas antigas colônias africanas. O próprio presidente do Conselho dos Ministros de Portugal, professor Oliveira Salazar, reconheceu a coerência da posição brasileira, ao observar em discurso recente, que traduzo do texto inglês: “O anticolonialismo é também uma

constante da política brasileira, mas outra constante é também o não-reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força".

Gestões do Brasil para procurar uma fórmula conciliatória

Guiado por tal espírito, o governo brasileiro tem tentado, desde a apresentação do relatório do subcomitê sobre a situação em Angola, até o reinício da presente sessão da Assembléia Geral, auscultar a posição das partes em conflito, assim como a dos membros das Nações Unidas, com o propósito de encontrar uma fórmula suscetível de ampla aceitação.

Para isso, chegou a considerar a idéia de um projeto de resolução que, após fazer referência à Resolução 1.603 da Assembléia Geral e ao relatório do subcomitê, considerasse que não havia ofensa para a soberania de um país em aceitar a presença de uma comissão de averiguação estabelecida pela Assembléia Geral, dentro dos limites impostos pela Carta. A parte dispositiva de tal projeto teria formulado um apelo a Portugal, no sentido de que oferecesse todas as facilidades ao subcomitê para cumprimento de sua missão, e teria expressado a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas e efetivas já adotadas por outros Estados europeus na África, tomasse medidas para favorecer condições adequadas, em Angola, para o exercício da autodeterminação.

Evidenciou-se rapidamente, entretanto, que tais sugestões não eram suscetíveis de reunir a aceitação de Estados cujas posições eram antagônicas. Alguns as julgaram extremadas. Outros – e dos menos suspeitos de nacionalismo africano – as acharam demasiadamente brandas.

Não descremos ainda, contudo, da evolução favorável de parte a parte e da possibilidade de ser apresentada alguma proposta que, sem condenações não somente inúteis, mas ainda prejudiciais, por exacerbar ânimos já tão excitados, possa contribuir à cessação do derramamento de sangue e a solução pacífica da questão angolense. Qualquer que seja a sua origem, estamos dispostos a apoiar projetos nesse sentido.

Firmeza e moderação são os caminhos que devem conduzir as Nações Unidas na delicada tarefa de colaborar para a solução do problema de Angola. Firmeza nos propósitos e moderação nos processos.

O Brasil fiel à sua história e aos seus compromissos

Esta será a orientação do Brasil, que, neste caso, deve preservar a sua inalterável amizade para com o povo português. O Brasil, por outro lado, não pode fugir ao seu dever, indeclinável, de dar todo o apoio à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo. Só assim o Brasil se manterá dentro da sua tradição de país soberano, pacifista e desejoso da paz e do progresso para todos os povos do mundo.

Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo.

ANEXO 5

O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças
Aspectos gerais de um processo

Conferência proferida por Gilberto Freyre no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1962, a convite da Federação das Associações Portuguesas do Brasil

Foi com emoção que entrei hoje, pela mão dos ilustres diretores da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, nesta casa já histórica. Com emoção acabo de ouvir as palavras de Leonardo Jorge Pessoa Lopes – tão animadas de inteligência quanto impregnadas de sensibilidade ao momento, também histórico, que vivemos, portugueses e brasileiros. Com emoção ocupo, agora, e igualmente sob a impressão de momento tão dramático, esta tribuna abrilhantada, no decorrer já de longos anos, pela eloquência de alguns dos maiores homens públicos e pelo saber de alguns dos maiores homens de letras de Portugal e do Brasil.

Constato a presença, nesta solenidade, no meio de tantos portugueses e de tantos brasileiros que não sabem separar os destinos do Brasil dos de Portugal, de destacados representantes da cultura brasileira e da inteligência portuguesa, alguns deles líderes dos mais altos da diplomacia, da política, da administração, do magistério, do jornalismo, das ciências, das letras, das artes, nos dois países. Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da "vária cor" camoneana, tanto se opõe à mística da "negritude" como ao mito da "bronquitude": dois extremos sectários que encontrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os da Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana.

É, porém, uma voz como a minha que deve ser ouvida pelos brasileiros e pelos portugueses que hoje aqui se reúnem para a comemoração de mais um 10 de junho? É uma palavra como a minha que, num dia como o de hoje, deve ser escutada, em ano tão inquieto como o de 1962, pelos brasileiros que mais fraternalmente se preocupam com Portugal e pelos portugueses que, residentes no Brasil ou em Portugal, nas Áfricas ou no Oriente, já sentem hoje doer-lhe Portugal tanto quanto a Espanha, sangrando das terras arrancadas ao seu

domínio ainda materno por um poder em rápida ascensão imperial, doía a espanhóis do fim do século XIX.

Tenho dúvidas. A voz reclamada pelas circunstâncias excepcionais em que vivemos, brasileiros e portugueses, talvez seja, como em nenhum outro ano, a de um orador eloquente. Eloquente, profético, apocalítico. A palavra exigida pelo momento talvez seja, como em nenhum outro 10 de junho, a de um brasileiro que ao sentimento lusitano juntasse aquela eloquência em que o verbo se faz, em vez de carne, com no Novo Testamento, fogo, como no Velho.

Não vos trago eloquência nem retórica. Nem a minha voz é a dos oradores que exaltando veementemente as glórias e salientando brilhantemente as virtudes de um povo, procuram deixar na sombra os por si mesmos já sombrios e ásperos problemas desse povo. Venho-vos falar de problemas. Examinar dois ou três deles com franqueza. Considerá-los criticamente em alguns de seus aspectos. Talvez nessas críticas cometer inconveniências. Mas tal é o meu amor a Portugal, tão igual ao meu amor ao Brasil, tão desinteressado de recompensas, tão desdenhoso de condecorações, tão indiferente a agradecimentos oficiais ou consagrações acadêmicas, que me dá talvez o direito, além de me impor o dever, de dizer a portugueses, numa solenidade como esta, inconveniências iguais às que tenho dito em circunstâncias semelhantes a brasileiros. Dos brasileiros não preciso hoje nem precisarei nunca que me agradecessem com ministérios, com embaixadas, com medalhas oficiais, com prémios académicos, os possíveis serviços que se venho prestando ao Brasil é pelo puro facto de ser um escritor independente, nunca um literato acomodado a instituições ou a empresas; ou um intelectual subserviente a ricos ou a políticos, a partidos ou a seitas ideológicas. Nunca um escritor que, ao aceitar convites de governos ou de instituições, se possa murmurar dele que é dos que transigem com governos e instituições mediante agrados de qualquer espécie. Daí o fato de, pouco depois de ter visitado as províncias portuguesas do Oriente e da África, a convite do governo português, haver recebido convite semelhante da União Soviética; e mais recentemente, convite da República Popular da China para visitar suas terras e conhecer suas gentes.

Ao sentimento lusitano nunca, em tempo algum deixei de juntar o ânimo honestamente crítico em face do comportamento mais caracteristicamente português. Português e brasileiro. Somos - sou dos que mais o proclamam - sociologicamente uma só realidade: portugueses e brasileiros. Venho insistindo há anos neste ponto. Quem em termos sociológicos toca no Brasil, toca em Portugal; quem nos mesmos termos, toca no que é português, toca no que é brasileiro. Ferida portuguesa é dor brasileira. São, há mais de um

século, o Brasil e Portugal, dois Estados, é certo. São hoje dois regimes políticos antagônicos, é verdade. São agora duas nações separadas - demasiadamente separadas - é fato. Os caminhos políticos de uma não são atualmente os da outra. Nem os caminhos nem os desígnios; nem os métodos de ação nem a sistemática de convivência especificamente política.

Não cabe, assim, ao brasileiro ser, em Portugal, *isto* ou *aquilo* em termos especificamente políticos e especificamente nacionais. Ser *isto* ou ser *aquilo*, nesses termos, e agir em função de tais convicções, é exclusividade portuguesa. Até lá não se compreende que chegue a solidariedade que nos prenda a portugueses. Nem se compreenderia que portugueses, enquanto nacional e politicamente portugueses e só portugueses, agissem no Brasil, tornando-se *isto* ou *aquilo* em política especificamente nacional, e por conseguinte, peculiar aos brasileiros. O comportamento de portugueses só portugueses que aqui agissem, nesse plano, como se fossem brasileiros, se tornaria, no actual estado de relações políticas entre os dois Estados, o de intrusos. Da minha parte, durante anos já longos de íntimo contacto com Portugal, tenho evitado sempre ser intruso na sua política especificamente portuguesa, por aí se explicando ter tantos amigos entre gente das oposições como entre gente do governo. Os que me agridem em Portugal, agridem-me no mesmo tom dos que me agridem no Brasil e me agridem por vezes - nem sempre - em Moscou, em Paris, nos Estados Unidos. São os que não se conformam com uma interpretação do passado social do Brasil e das constantes do comportamento ibérico, em geral, e português, em particular, em terras quentes, e com uma análise de problemas da atualidade não só brasileira como do mundo euro-tropical, que deixe em crua evidência mistificações somente úteis aos *ismos* especializados em fabricá-las e em propagá-las, tantas vezes servindo-se para essa propagação da mais lamentável espécie de inocentes. Inocentes portugueses e inocentes brasileiros, inocentes americanos dos Estados Unidos e inocentes americanos da América Latina, inocentes franceses e inocentes ingleses.

A solidariedade que prende os brasileiros aos portugueses, fazendo que grande parte dos problemas portugueses sejam preocupações brasileiras, não é política no sentido restrito da palavra: é de outra espécie. Vai a outra profundidade. Desce a raízes. Projecta-se apoliticamente sobre o futuro. Ela decorre do fato de constituirmos um conjunto sociocultural que se caracteriza por tradições, tendências e desígnios comuns a Portugal e aos grupos de descendentes e continuadores de portugueses mais ou menos profundamente integrados em ambientes tropicais, o Brasil sendo hoje o maior, o mais importante, o mais expressivo desses grupos de origem e formação lusitanas.

Dai poderem tais grupos, em termos sociológicos, ser considerados uma comunidade. Comunidade luso-brasileira, dizem uns, parecendo não admitir nessa comunidade senão duas presenças nacionais: a de Portugal e a do Brasil. Comunidade lusotropical, venho há anos sugerindo que se diga, admitindo que as presenças nacionais passem das duas que são hoje às três ou às quatro que possam vir a ser, brasileiramente, fraternalmente, josebonifaciamente, amanhã. Mas considerando sempre que essas presenças, condicionadas de modo decisivo pela sua condição de exprimirem senão em todos os casos, simbioses, interpenetrações, mais ou menos completas - simbioses e interpenetrações lusotropicais mais ou menos profundas - correspondem a uma situação generalizada que sociologicamente deixe caracterizar por sua lusotropicalidade: uma situação que, da realidade socioecológica hoje característica da América, da África e do Oriente tropicais colonizadas por portugueses, ou, principalmente, por portugueses, se admitisse vir-se refletindo de tal modo sobre o Portugal europeu que o Portugal europeu, pelo reflexo de suas cada dia mais vigorosas ex-colônias sobre sua talvez já sociologicamente extinta ou talvez já concluída missão de metrópole de feitio clássico ou de estilo convencional, passasse a ser considerado membro sociologicamente tropicalizado daquele conjunto. Porque Portugal sem deixar de ser europeu é, cada dia mais, na Europa, pela população e pela cultura, uma expressão do trópico por ele civilizado e cristianizado; mas que por sua vez o revitalizou e até o recriou com seus sangues e com suas culturas: com suas culturas mais intuitivas do que racionalistas.

Atente-se de início no seguinte: não considero aqui a matéria em termos políticos e sim em termos sociológicos. É ponto que insisto em deixar claro. Em termos políticos é possível dar-se outra interpretação à atualidade de relações entre os mesmos sociológicos do conjunto também sociológico que se denomine lusotropical. Admito que se possa oferecer de tais relações essa outra interpretação, em plano puramente político. Repito, porém, não ser o aspecto político da matéria o que procuro aqui, e o que venho procurando em vários trabalhos, considerar; e sim o sociológico ou o socioecológico. Sim o antropossocial ou o sociocultural. Sim o que corresponde a relações de grupos e de culturas com espaços: relações caracterizadas pelo seu sentido mais profundamente humano, existencial, social, separado quanto possível do formalmente e transitoriamente político.

Considerando-se o assunto destes pontos de vista, que traço principalmente caracteriza o que há de comum às sociedades e culturas que se vêm desenvolvendo dentro de normas inicialmente portuguesas em áreas tropicais e que dão a essas sociedades e a essas culturas condições de membros de uma só comunidade ou de um só tipo de civilização? Não creio haver dúvida sobre este ponto: é a tendência para a miscigenação, no plano biológico,

com a língua portuguesa tornando-se cada dia mais a língua de povos de várias cores e enriquecendo-se de indianismos, africanismos, orientalismos, brasileirismos, tropicalismos que também lhe dão, camoneanamente, várias cores, além de vários ritmos. Tendência, note-se bem; admitindo-se, por conseguinte, desvios e deficiências que a perturbem como política social que se considerasse sempre e sistemàticamente seguida naquelas áreas e entre aquelas sociedades bi- ou pluri-raciais nas suas origens. Que a perturbem até de modo ostensivo como sucede dentro dessa monstruosidade anti-portuguesa e anti-brasileira que é na Angola atual e no que diz respeito a relações entre brancos e pretos, a terra dominada pela sob outros aspectos admirável Companhia dos Diamantes; e onde os métodos de coexistência de europeus com não-europeus, longe de ser os portugueses desenvolvidos pelo Brasil, são os belgas que resultaram no Congo Belga.

É também a tendência para a interpenetração de culturas, a européia e as não-européias, com a européia preponderando, por conveniência comum a europeus e não europeus, sobre as não-européias, sem que essa preponderância venha implicando em opressão sistemática das culturas não-européias pela européia: ou - a não ser em casos excepcionais de perversão ou negação da tendência - em exclusivo ou, quase exclusivo, domínio da cultura européia como cultura, imperialmente civilizadora sob a qual as não-européias devessem desaparecer por absolutamente inferiores à imperial.

Conheço de perto várias áreas africanas e outras tantas asianas onde se vêm verificando contactos de europeus com não-europeus nos trópicos. Vi até onde chegam os extremos de ódio entre homens de cor diferente. Os extremos de miséria de uns e de esplendor de outros. Meninos, eu vi. Adultos, eu vi. Velhos, eu vi. Vi até morrer-se de fome nas ruas de Bombaim. Vi brancos em hotéis de luxo do Joahnesburgo dos quais me disseram ser brancos que não ousavam sair - nem ousam hoje - do centro da sua cidade por temor aos negros que os cercam. Brancos sociologicamente ilhéus cercados por todos os lados de ondas do negros enfurecidos. Enquanto na ilha lusotropical de São Vicente vi todo um Palácio do Governo sem um só soldado branco ou um só militar europeu a guardá-lo. Desguarnecido. Desprotegido. Entregue à população docemente mestiça da ilha por excelência lusotropical que é São Vicente.

Conheço algumas das áreas americanas em que contactos do mesmo tipo - isto é, de europeus com não-europeus - vêm ocorrendo de vários modos desde o século XVI. Vi o Peru: onde esse contacto produziu a admirável pintura cusquenha, produziu o Inca Garcilazo, produziu o mulato agora Santo da Igreja Martin Porres. Mas onde também há toda uma população ainda indígena tratada de resto pela européia e em crescente revolta contra Lima.

Vi o Paraguai: o bravo Paraguai hispanoguarani, vítima, no seu passado, de tanto governo esterilmente ditatorial. Conheço as Antilhas: um pouco das que foram inglesas e um tanto das que foram espanholas. Sei o que sofrem índios e *cholos* no Equador e na Bolívia. O que sofriam camponeses em Cuba de usineiros inumanos, alguns deles anglo-saxões, alvos barões de um açúcar também alvo produzido com tanto sofrimento pelos mestiços e pelos negros daquela ilha, outrora infeliz por essa espécie de exploração da sua gente mais humilde, agora infeliz pela ameaça de tornar-se colônia do império russo-soviético; ameaçada, portanto, de sofrer novas formas de exploração e de opressão. Sei, também, o que sofrem os negros e negroides mais segregados do Sul dos Estados Unidos: o sofrimento dos desprezados por serem não só pretos como mestiços de "vária cor".

Não me parece que a caracterização que há anos sugiro, das áreas marcadas pela presença portuguesa - as áreas de uma população em grande parte de "vária cor" - possa ser aplicada, com igual generalidade e igual vigor às situações emicoculturais apresentadas por outras áreas onde se vêm verificando contactos de europeus com não-europeus. Não se aplica decerto às áreas marcadas pela colonização anglo-saxônica - tão cruamente desdenhosa, até há pouco, das populações de cor; nem às áreas de colonização holandesa; nem às de colonização inglesa; nem às de colonização belga; nem mesmo, considerando-se a amplitude do ânimo melanistamente democrático dos portugueses, a todas as áreas de colonização espanhola, embora de várias dessas áreas - da venezuelana, da paraguaia e da cubana, por exemplo - se possa afirmar que se apresentam, na América tropical, iguais a área brasileira, quer nos aspectos biológicos, quer em alguns dos sociológicos, do seu desenvolvimento em áreas de populações em grande parte mestiças e de culturas em grande parte mistas e até simbióticas.

Sendo assim, como se admitir como justa a campanha que se vem fazendo nos últimos dois anos, metòdicamente, tècnicamente, dispendiosamente, contra Portugal, em livros, em jornais e em revistas de vários países - até em revistas como a excelente *The New Leader*, de Nova Iorque - e com repercussão no próprio Brasil, sob a alegação de que as chamadas províncias de Portugal no Oriente e na África são colônias do mesmo tipo das até há pouco colônias inglesas, holandesas, francesas, belgas; ou das que restam a esses poderes europeus, hoje impérios em dissolução, no Oriente, na África e na própria América? Como dizer-se que nessas províncias se humilham populações de cor e se conservam suas culturas à parte ou à distância, das européias, com o mesmo rigor sistemático com que ingleses, holandeses, belgas e mesmo franceses vinham praticando nos trópicos sua política como que profilática de minorias européias intransigentemente "superiores", em suas atitudes e em seu procedimento, a maiorias de gentes de cor consideradas "inferiores"? Ou separando, em

escolas, negros e mestiços de negros, de brancos, segundo práticas também em vigor não só em alguns dos Estados do Sul dos Estados Unidos como até na União Soviética, onde os jovens de cor são internados na chamada Universidade da Amizade destinada só, ou quase só, a esses estrangeiros de "vária cor"?

Pode-se criticar nos modernos portugueses, nas suas relações de europeus com não-europeus, na África e no Timor, não só a imitação, por vezes, da parte de alguns dos administradores menos genuinamente portugueses, de sub-províncias e de empresas, de exemplos belgas e ingleses, como a demasiada lentidão dos seus métodos de elevação - se é que os podemos chamar sempre de elevação - dos nativos, à condição de civilizados. Em 1950 - observa em livro recente um crítico extremamente severo desses métodos, o inglês Basil Davidson, a quem devo aliás generosas citações de trabalho meu - apenas menos de um em cada grupo de cem nativos da Angola se achava, por cálculo estatístico, na condição chamada de "assimilado". Grande, portanto, era, ainda há doze anos, e deve continuar a ser hoje, o número de africanos, na Angola, integrados em tribos; ou destribalizados sem se terem elevado à condição chamada até há pouco, ao meu ver ineptamente, de "assimilados", essencial à cidadania portuguesa.

Não nos espantemos, porém, demasiadamente, os brasileiros, com essa situação que sou o primeiro a lamentar vir-se prolongando na África portuguesa além de limites razoáveis. Não nos espantemos demasiado porque também entre nós, brasileiros, um número não de todo desprezível de indígenas se conservam em tribos com as quais os contactos dos chamados civilizados se vêm processando de modo quase sempre desvantajoso para a saúde física e para a saúde moral desses primitivos. Sem que se venha desenvolvendo e aperfeiçoando neste particular L'oeuvre de assistência aos indígenas iniciada, já na República, pelo grande Rondon, como organizador de um Serviço Nacional de Proteção aos índios que teve por algum tempo, a seu serviço, um antropólogo-sociólogo do porte de Roquette Pinto.

Por outro lado, sabemos ser também considerável, entre nós, o número de brasileiros que não vêm sendo preparados para a cidadania: para o *status* de cidadão do qual tantos se conservam ainda distantes ou à margem. Pois que são muitos dos caboclos brasileiros sendo descendentes de ameríndios, puros ou mestiços, em prolongada situação de destribalização? Que são, senão destribalizados em estado ainda um tanto cru, muitos dos cabras brasileiros descendentes de pretos africanos? Que direito, então, nos cabe, a nós que ainda temos a Amazónia, o Mato Grosso, o Nordeste, de atirar pedras aos portugueses pelas suas na verdade lamentáveis deficiências, neste particular, entre populações angolanas, grande

parte das quais conservam-se ainda incapazes de cumprir deveres e de desfrutar direitos de cidadãos de uma república politicamente moderna?

Do que, porém, não se apercebem certos estrangeiros que criticam hoje, com excesso de melindres democráticos, os portugueses, com relação à África, e poderiam criticar, com igual ânimo, os brasileiros, com relação a numerosos rústicos que são sociologicamente brasileiros sem o serem também civicamente, é que entre os angolanos ainda aquém da condição de cidadãos, são numerosos os indivíduos já integrados no *status*, ou aproximados do *status* sociológico, de portugueses. O que se deve - como venho procurando sugerir em, vários dos meus trabalhos - ao, sistema patriarcal que tendo sido o principal fator da formação brasileira, também concorreu em Angola e em Moçambique para o desenvolvimento social de várias de suas populações tribais, étnica e culturalmente heterogêneas, em sociedades pré-nacionais e até quase nacionais; para o desenvolvimento de destribalizados em lusotropicais sociologicamente intitulados "portugueses".

Portugueses tão somente. A verdade, de que não se apercebem certos observadores estrangeiros mais superficiais, é que entre portugueses e entre brasileiros, quem diz *português* e quem diz *brasileiro*, referindo-se a indivíduo ainda rústico vindo de cultura primitiva para a civilizadora e dominante, diz na realidade português ou brasileiro: mesmo quando esse indivíduo, por não saber ler nem escrever, não se acha ainda integrado no *status*, às vezes puramente decorativo, de cidadão. É o caso do caboclo brasileiro. Tem sido também o caso, no Brasil, do negro, filho de escravo e afilhado e, posteriormente, compadre, de branco: branco em cuja família tantas vezes se processou, através do sistema patriarcal de convivência, o abrasileiramento ou o aportuguesamento, dentro da cristianização, do negro ainda criança e até do já adulto. Processo quase sempre lento. Contou-me certa vez Octávio Mangabeira que, em suas excursões cívicas pelo interior da Baía, ainda encontrou caboclos que lhe perguntavam como ia o Imperador Pedro II. Eram gente civicamente fora de portas e politicamente fora de época, embora sociologicamente já, há anos, brasileira. Abrasileirada lentamente por estilos patriarcais de convivência.

Compreendeu-o, lendo, talvez, estudos brasileiros em que o carácter predominantemente patriarcal, dos métodos portugueses, quando castiços, de colonização, vem sendo destacado nos seus aspectos positivos e à base do estudo e da análise de factos sociologicamente expressivos, lúcido observador europeu - Herwig Weber - que há pouco visitou a Angola e Moçambique com olhos mais atentos à realidade do que os dos jornalistas do tipo infelizmente mais comum. Encontrou ele significativo exemplo do carácter das relações de ordinário dominantes entre europeus e não-europeus em Moçambique - como

outrora no Brasil - em "l'attitude d'un noir employé dans une firme et qui parlant de la famille blanche pour laquelle il travaillait, s'exprimait toujours et de la façon la plus naturelle à la première personne du pluriel". Registrou-o em artigo na *Frankfurter Allgemeisse Zeitung*, de 8 de Fevereiro de 1962, que vem repercutindo na imprensa européia mais idônea de língua francesa.

Não são poucos os africanos, em processo de destribalização, que na Angola tanto quanto em Moçambique vêm passando da situação perigosa de destribalizados à de membros de um para eles novo sistema de convivência, através da sua condição de afilhados de famílias portuguesas ainda patriarcalmente organizadas. O prolongamento, por conseguinte, do mesmo sistema patriarcal de integração de nativos em uma cultura sociologicamente cristã, - admito que sistema crescentemente arcaico, a exigir sua substituição por formas sindicais de organização capazes de realizar a desejada integração de "nativos" em africanos modernos - que permitiu ao Brasil fazer de tantos ameríndios arrancados às matas e de tantos negros vindos, como escravos, das Áfricas, brasileiríssimos brasileiros criados na convivência familial dos seus senhores, mais padrinhos, em vários casos, do que senhores desses filhos sociológicos. É certo que numerosas vezes essa integração de carácter familial, patriarcal, sociologicamente cristão, se fez, no Brasil, e se vem fazendo em várias partes - não em todas, admito - da África Portuguesa, por meio de castigos físicos impostos aos recém-vindos de culturas primitivas, para melhor consolidação do seu aprendizado de uma nova cultura. Mas lembremo-nos de que nos sistemas ortodoxamente patriarcais tais castigos físicos se estendiam - e até certo ponto ainda se estendem - no Brasil e em Portugal, aos filhos, sendo raro o brasileiro ou o português de formação castiçamente patriarcal que tenha crescido sem ter experimentado a ação da palmatória ou da vara ou da chibata disciplinadora empunhada por pai ou por mãe. Os cidadãos dos Estados Unidos, ao contrário dos súbditos de Sua Majestade Britânica, desconhecem esse gênero de disciplina familial e pedagógica e escandalizam-se com o fato de haver ainda povos com pretensões a civilizados que o praticam, com relação, quer a filhos biológicos, quer a filhos sociológicos. A verdade, porém, é que talvez faça falta à sob tantos aspectos exemplar civilização dos Estados Unidos um pouco de rigor disciplinar nos modos por que os pais tratam os filhos e, nas escolas primárias, os mestres os alunos. Daí, talvez, tantos americanos dos Estados Unidos se tornarem adultos psicossocialmente instáveis, desajustados e até transviados. O excesso oposto vem, é certo, prevalecendo, de modo às vezes lastimável, em áreas como a Angola, como Portugal, como a Espanha. Mas, em períodos de transição como o que o mundo atravessa em várias regiões,

compreendem-se que se prolonguem certos arcaísmos até que possam ser vantajosamente substituídos por novos estilos de convivência; e não por aventurosas modernices.

Certa vez fui recebido com a melhor das hospitalidades pelo já velho patriarca de uma pequena fazenda do interior da Angola que me informou, dando sinais de estar profundamente triste, ter a mão direita um tanto intumescida: precisara na manhã daquele dia, disciplinar um jovem servo africano seu afilhado. Disse-me o nome do jovem algum António ou Manuel - pois o português ou o descendente ou continuador de português patriarcal, na África ou no Oriente, não trata nunca um nativo, simples e impessoalmente, como *boy*, à maneira dos ingleses e de outros europeus; e sim, afetuosamente, cristãmente, pelo nome de cada um. Imaginei o assombro de um dos meus colegas de universidade dos Estados Unidos - o professor Melville Herskovits, africanologista ilustre, por exemplo - em face de uma confissão daquela espécie: a de um português branco da Angola que não hesitava em informar a um estranho ter castigado com vigorosos golpes um dos seus jovens servos africanos. Eu, porém, lembrei-me imediatamente dos meus dias de menino: dos castigos físicos que eu próprio recebera de um pai patriarcal às vezes severo com os filhos; dos castigos que vi serem aplicados pelos mais velhos da casa ao jovem Severino, preto afilhado de minha Mãe e companheiro de brinquedos do meu irmão mais velho. Patriarcalismo. Familismo. Educação de filhos e de afilhados por um método - o patriarcal cristão, português e até há pouco, brasileiro - difícil de ser compreendido por aqueles liberais dos Estados Unidos mais impregnados de modernices pedagógicas ninguém sabe ao certo hoje se de facto psicológica e sociologicamente tão válidas como pareceram nos seus primeiros tempos: antes do aumento de 1000 por 100 de delinquência juvenil nos países mais atingidos por tais modernices como os mesmos Estados Unidos da América.

Não nos esqueçamos de que a modernice difere da modernidade em ser quase sempre precária em seu modo radical de ser nova. Donde vermos às vezes a gente mais jovem reagir contra as modernices da simplesmente jovem, porém dominante, recorrendo, para sua revolta de jovens mal saídos da adolescência contra os pais, ao que lhe parece a sabedoria de antepassados tidos pela geração simplesmente jovem, isto é, a dos pais, por arcaica; e reabilitada, em mais de um caso, pelos mais jovens, desencantados com as modernices que lhes foram impostas como messiânicas pelos simplesmente jovens, isto é, pelos pais. Não estou a justificar arcaísmos. Apenas a repelir a substituição radical de quanto seja uso antigo pela pura modernice, várias vezes, quando imposta de repente a uma população de ritmo lento de vida, perniciosa a essa população e ao seu desenvolvimento. Não estou a fazer a apologia de qualquer arcaísmo - no caso o arcaísmo patriarcal. De modo algum. Os arcaísmos devem

ser sepultados. Apenas estou sugerindo que nem toda a sabedoria dos velhos se torna desprezìvelmente arcaica sob as modernices às vezes precárias inventadas ou adotadas por seus filhos; e contra as quais os netos tantas vezes se levantam, retificando-as e retomando, das lições vindas dos avós, sugestões das que constituem aquele "passado utilizável" já identificado por um pragmatista não só moderno como ianque como essencial ao desenvolvimento de qualquer nação.

O professor Horkcheimer, que é um dos sociólogos europeus mais ilustres do nosso tempo, com estudos especializados sobre a Sociologia da Família, é de opinião - conversou ele comigo, em Paris, toda uma tarde, sobre o assunto - que tende a ser psicossocialmente desajustado o indivíduo a cuja formação falte a presença de pais disciplinadores; ou que temam, ser rigorosamente disciplinadores dos seus filhos pelo pavor de parecerem pais autoritàriamente patriarcais. E ninguém ignora que em alguns dos modernos países intitulados democráticos essa espécie de temor faz numerosos pais se comportarem quase como covardes diante dos filhos mais anárquicos e mais rebeldes: covardia que se estende a numerosos mestres em relação com alunos de estudos primários e secundários. Daí vários desses adolescentes chegarem aos cursos superiores sem terem experimentado qualquer espécie de disciplina em sua formação, vários deles só adquirindo consciência de necessitarem de alguma ordenação no seu procedimento, de seus instrutores de serviço militar; ou – paradoxalmente - de chefes Comunistas, quando se subordinam, a tais chefes - duros, autoritários e exigentes - nas actividades de partidarismo político a que alguns jovens se vêm entregando, ultimamente, no Brasil, quase sempre só por algum tempo, durante os estudos universitários. Donde, paradoxalmente, poder concluir-se que os Comunistas, com sua disciplina imitada da dos Jesuítas - hoje imitadores, vários deles, ninguém sabe ao certo de quem - estão concorrendo, até certo ponto, para disciplinar jovens brasileiros abandonados aos próprios caprichos por pais comodistas, por pedagogos comercializados e até por padres desorientados.

Aos métodos patriarcais de integração de gentes primitivas em sistemas de convivência sociologicamente cristã deve-se atribuir, em grande parte, o fato de terem os portugueses, juntando ao autoritarismo necessário ao sistema patriarcal de família a transbordante democracia da miscigenação, lançado as bases de uma nação do porte, da importância e da extensão da brasileira - talvez a maior, a mais autêntica, a mais completa das democracias raciais que o mundo já viu; e de virem lançando as bases de possíveis nações lusotropicais que poderão, em futuro próximo, tomar rumos semelhantes aos do moderno Brasil.

No momento difícil que Portugal atravessa tanto na Europa como na África - tendo já sofrido brutal ultraje em Goa: uma Goa arrancada violentamente, pelo semimperialismo indiano, ao domínio político de Lisboa mas não desprendida ao sistema lusotropical de civilização cumpre aos brasileiros, sobretudo aos brasileiros mais jovens, pensarem em Portugal e nas Áfricas acima do que Portugal e as atuais relações políticas das Áfricas Portuguesas com Lisboa signifiquem como expressões de um regime ou de uma sistemática apenas política. É sistemática que repugna - ninguém o ignora - ao idealismo democrático de numerosos brasileiros; de muitos dos intelectuais do Brasil; de grande parte da mocidade brasileira. Mas esse repúdio, precisamos cuidar que não nos leve ao extremo de tornar-nos uma multidão de inocentes, úteis a qualquer dos imperialismos que hoje pretendem substituir, na África, os antigos; e na Europa ibérica, os regimes há anos em vigor, por ditadores "made in Moscow".

O imperialismo russo-soviético é o mais avassalador de todos os novos imperialismos que operam na África. O imperialismo - ou, admita-se: contra-imperialismo dos Estados Unidos, o seu maior rival. O imperialismo chinês é outro rival poderoso do da União Soviética na África. O semi-imperialismo indiano, ainda outro, embora de menores possibilidades. Enquanto a União Sul-Africana sonha em se opor a todos esses imperialismos, tornando-se ela própria um império de dominadores brancos sobre populações mestiças e negras; e anexando a esse império, junto com as Rodésias, Angola e Moçambique. Uma Angola e um Moçambique de brancos, de negros e de mestiços; e quase todos - brancos, negros civilizados, mestiços - de olhos voltados para o Brasil e de ouvidos abertos não só à música como à voz dos brasileiros.

Dizia-me há dois anos, de regresso de rápida viagem às Áfricas Portuguesas, um professor estrangeiro - homem extremamente liberal em suas idéias políticas e que, por isso mesmo, enxerga "reacionários" ou "conservadores" em todos aqueles que não sejam de todo da sua ideologia - não ter surpreendido tendências à democracia racial nem na Angola nem em Moçambique. Tendências que se exprimissem em numerosos e atuantes mestiços.

Parece que seu contacto com as populações dessas duas terras foi demasiadamente turístico e demasiadamente simplista: o dos que na África - mesmo na Portuguesa só enxergam brancos e pretos. Só os extremos. Do contrário teria numa e noutra terra - sobretudo em Angola encontrado, como tantos têm encontrado, numerosos intermediários: pardos, alaranjados, morenos-escuros de várias *nuances*. Gentes de "vária cor". Mestiços. Mestiços mais numerosos na realidade do que nas estatísticas. Mestiços, alguns deles, em franca ascensão social. Não tão numerosos, é certo, como no Norte do Brasil e em Cabo Verde. O

ritmo de miscigenação tem sido infelizmente mais lento naquelas terras do que no Brasil e nas ilhas do Cabo Verde. Mas constituem já, os mestiços, um elemento considerável, pela sua atuação social e cultural, na população de Moçambique e sobretudo na de Angola. Avantajam-se em ascensão social e intelectual aos negros puros dos quais, com efeito, as administrações portuguesas não têm cuidado, corno deviam vir cuidando, nem na Angola nem em Moçambique, em elevar a cursos universitários e superiormente técnicos que os preparassem para posições de liderança e responsabilidades de chefia - política, industrial, agrária - nas duas Áfricas. Mas esta é também, em ponto menor, é certo, uma deficiência do Brasil com relação a elementos mais rústicos ou mais arcaicos da sua população de "vária cor", nem toda ela - quem o ignora? - inteiramente nacional: em parte, ainda sub-nacional. Que o diga o ainda quase pária do hoje tão em voga Nordeste.

A África Portuguesa tem 300.000 brancos em Angola, 200.000 em Moçambique, aos quais se juntam, nessas duas áreas, mais de 300.000 mestiços e 19.000 asianos, muitos deles portuguesíssimos goeses. Quase um milhão de brancos e mestiços aos quais devem ser acrescentados, nas mesmas duas áreas, os não poucos negros já sociologicamente portugueses; e noutras áreas do continente africano, os brancos, os mestiços, os assimilados da Guiné; e também os muitos madeirenses estabelecidos na África do Sul; os portugueses residentes nos Congos; os caboverdeanos numerosos - quase todos mestiços - que vivem no Senegal. Mais, como base de população nacional, do que a base de população nacional predominantemente negra, de várias das novas repúblicas africanas. É assim sua população de mestiços, de brancos sociologicamente mestiços e de negros sociologicamente portugueses, uma das maiores de toda a África, na qual existem, segundo os cálculos mais atualizados, para cima de 3.000.000 de mestiços, sem contarmos 60.000.000 de árabes e 1.000.000 de asianos; gentes também de cor, entre as quais são muitos os mestiços. Poucos, é certo, em termos apenas quantitativos, as gentes de "vária cor" e com sangue europeu e asiano, para os 170.000.000 de negros de várias etnias - entre os quais, aliás, os fulas e outros impuros - e de contraditórias culturas, espalhados pela pouco povoada África. Porém consideráveis - mais de quarta parte do total da população do chamado continente negro - dado o fato de virem sendo elementos mais socialmente dinâmicos, do ponto de vista da modernização da África em nações, que muitas das populações negras em estado apenas e estàticamente tribal; e de ordinário indiferentes, por sua condição tribal, a aspirações ou a interesses pròpriamente nacionais, que são aspirações e interesses encarnados quase sempre por negros destribalizados e arabizados; e por mestiços e por brancos sociologicamente mestiços já integrados nos trópicos, embora alguns deles, europeus em grande parte da sua formação intelectual, com os

quais rivalizam, aliás, vários negros intelectualmente europeizados, como os das elites das Áfricas chamadas de expressão francesa. Ou as das Áfricas sob domínio até há pouco, ou ainda hoje, britânico.

O que se verifica, porém, é que os negros "assimilados" e os mestiços das Áfricas Portuguesas, além de por vezes beneficiados por essa intelectualização, gozam quase sempre de regalias que lhes são negadas nas inglesas e sobretudo na União Sul-Africana. Podem mestiços e até negros casar, nessas Áfricas nisto afins do Brasil, com brancas, sem que tais uniões constituam o escândalo que foi, há alguns anos, no democrático mundo anglo-saxônico, o casamento de uma filha de Sir Stafford Cripps - grande inglês moderno de quem cheguei a receber, estando ele já mortalmente enfermo, uma das cartas mais compreensivas e mais fraternas que já recebi dentre as que me têm sido dirigidas em língua inglesa - com um negro retintamente africano. É certo que, mais do que os portugueses, os ingleses e até os franceses vinham fazendo, nos últimos decénios, de negros das suas Áfricas, bacharéis e graduados de universidades, aptos a desempenharem funções políticas nas novas repúblicas que viriam a ser criadas tão de repente. De alguns desses bacharéis note-se, porém, que são descendentes de escravos que do Brasil regressaram no século XIX à África, constituindo-se ali em grupos chamados de "brasileiros" que modificaram em várias áreas estilos de arquitectura, hábitos de alimentação, ritos religiosos, recreações, danças, música, dando-lhes um colorido brasileiro que permanece até hoje e que cabe a nós, brasileiros, reavivar.

A presença da moderna cultura brasileira não só nas Áfricas Portugueses como noutras Áfricas, vizinhas das portuguesas e ameaçadas pela sombra do arianismo sul-africano, venho há anos insistindo em ser uma presença necessária à animação, à orientação e ao desenvolvimento em nações democráticas de gentes ainda presas a complexos tribais ou destribalizadas apenas em alguns dos seus elementos: gentes de quem se sentem afins tantos brasileiros de procedência em parte africana; gentes em quem se encarnam culturas que concorreram fortemente para a formação da moderna civilização lusotropical do Brasil; gentes cujos sentimentos, cujos problemas, cujas aspirações o brasileiro está em situação única de compreender, tornando-se o mediador, hoje tão necessário, entre europeus e não-europeus. Entre europeus empenhados em desenvolver estilos verdadeiramente democráticos de convivência com os povos não-europeus desejosos de se afirmarem, ante europeus, em nações quanto possível democráticas tanto no que se refira à democracia política - tão valorizada pelos anglo-saxões - como, principalmente, no que signifique democracia econômica - a supra-glorificada pelos russos-soviéticos - e democracia racial. A democracia além de racial, social: a que o Brasil vem desenvolvendo como um brasileirismo de valor, sem nenhum

exagero, universal. A que vem sendo elevada a ideologia brasileira por pensadores e sociólogos nacionais.

Creio ter sido em algumas dessas idéias que o Presidente Jânio Quadros se inspirou para iniciativas de renovação da política exterior do Brasil, que vêm sendo seguidas pelo atual e ilustre Presidente da República brasileira. Mas num e noutro caso, ao aspecto positivo dessa renovação juntou-se o lamentavelmente negativo de incluir-se com alguma precipitação e não menor simplismo a presença portuguesa no Oriente e na África entre aquelas formas cruamente "colonialistas" de relações de europeus com não-europeus que repugnam, como não podiam deixar de repugnar, ao Brasil. Donde vir sendo, neste particular, o Itamarati injusto com a gente portuguesa, falho de solidariedade com as gentes genuinamente lusotropicais do Oriente e da África e prejudicial à própria gente brasileira e à sua missão de líder do uma democrática política social de "vária cor" que se contraponha tanto à de "branquitude", de europeus, como à de "negritude" que vem sendo animada entre africanos por nacionalistas de intenções dúbias.

Não faz muito tempo, o chefe da delegação da Cruz Vermelha Internacional ao Congo, o dinamarquês Jorgen Norredam, tendo visitado nessa categoria várias partes da África, comunicou ao jornal *Svenka Dagbladet* de Stokolmo, de 20 de Março último - depoimento recentíssimo, portanto - ter encontrado na Angola a parte da África onde mais avançadas se apresentam, do ponto de vista democrático, as relações entre europeus e não-europeus. Compreende-se assim - segundo esse dinamarquês idôneo - o afã de certos políticos africanos - refere-se evidentemente aos que, incitados, em alguns casos, por agentes russos-soviéticos, fazem da africanidade uma seita e da "negritude" (não é o caso do admirável Leopold Senghor) uma mística intransigentemente anti-européia - em considerarem a Angola o principal obstáculo à deseuropeização da África. Deseuropeização do que poderia resultar a fácil ianquisição ou a rápida sovietização ou a suspirada indianização ou a calculada sinonização de grande parte do continente africano.

Que os políticos africanos de consciência política e de ânimo democrático, se empenhem em movimentos, mesmo prematuros, que visem a descolonização total da África, compreende-se. Mas não que se extremem, por mística sectariamente anti-européia, na deseuropeização e até na descaracterização daquelas culturas africanas já impregnadas, como a de grande parte da Angola - onde a quatro milhões de pretos, quer em estado tribal, quer, segundo uma já arcaica terminologia portuguesa, "assimilados", se junta mais de meio milhão de brancos, de goeses e de mestiços - de influências saudavelmente européias; e que são culturas, dado o sistema de relações entre europeus e não-europeus que vêm condicionando

seu desenvolvimento em culturas mistas, muito mais fluidas do que noutras partes da África; e marcadas já por numerosos casos de ascensão de pretos e de mestiços a postos de direção na vida administrativa da Província, a posições de responsabilidade em atividades intelectuais, clericais e econômicas, ao casamento de pretos e pardos com brancas e de goeses com pretas, ao convívio em termos de igualdade de pretos e de mestiços com europeus. Os políticos africanos que se entregam àqueles extremos de mística sectàriamente deseuropeizante da África revelam-se racistas tão repugnantes aos brasileiros social e racialmente democráticos quanto os racistas arianistas da Europa e dos Estados Unidos e os castistas da Índia. Tão repugnantes quanto os brancos racistas, imitadores do belgas e de ingleses, que ainda agora existem nas Áfricas Portuguesas.

Que estes são de todos os elementos que comprometem a presença portuguesa na África, aqueles que mais concorrem para turvar a solidariedade do Brasil, não só com o Portugal europeu como com aquelas populações lusotropicais da Angola e das outras partes do mundo, integradas no mesmo sistema de civilização racial e socialmente democrático que o Portugal de sempre - hoje já não extra-europeu como europeu - vem criando; e com deficiências e erros, alguns enormes, procurando desenvolver. Ilustre porta-voz do racismo que orienta a certas empresas para alguns de nós, pouco lusitanas, da Angola e de Moçambique, chega a ser desdenhoso do que considera, com o mais arcaico dos esnobismos, o mulatismo brasileiro. E nisto é acompanhado, infelizmente, por alguns portugueses que, sociologicamente, não são portugueses: são talvez belgas dos que administraram eficientemente o Congo e com igual eficiência fizeram dos negros do Congo os mais terríveis anti-europeus da África. Portugueses com vergonha de gostar de mulheres de cor. Portugueses anti-camoneanos. Portugueses contrários à "vária cor". Portugueses anti-portugueses.

Enquanto se pronunciam anti-lusitanamente aqueles raros portugueses desviados, na África, da vocação social e racialmente democrática de Portugal, que escreve, em livro de fervorosa apologia dos africanos que se descolonizam, o inglês Basil Davidson? Que a África deu ao Brasil colonizado por portugueses, negras como a célebre matriarca Jacinta, fundadora de famílias hoje ilustres, de Minas Gerais; e que por essas Jacintas se pode fazer idéia exata do valor que a gente tribal africana representa para a formação de novas sociedades de tipo nacional.

Também na África Portuguesa há hoje Jacintas desse alto valor humano. Conheço algumas. Admiro-as. Respeito-as. Também com elas e com seus filhos - mestiços de sociedades lusotropicais semelhantes à brasileira e culturas afins da brasileira. São sociedades e culturas a que nós, brasileiros, continuadores dos portugueses e de suas responsabilidades de

criadores de sociedades e de iniciadores de culturas democráticas nos trópicos, não podemos conservar-nos indiferentes.

Somos fraternamente sensíveis às aspirações de independência desses povos. Somos fraternamente sensíveis às manifestações lusotropicais dessas culturas, já diferenciadas da do Portugal europeu. Mas somos também sensíveis - repita-se - às tentativas de novos imperialismos no sentido de absorverem pela violência comunista esses povos e de descaracterizarem pela força capitalista essas culturas. São agressões que nos atingem. São violências que nos ferem. Há para os brasileiros, e não apenas para os portugueses, uma África, hoje, talvez, já mais irmã, politicamente adolescente, do Brasil do que filha ainda menor politicamente de Portugal, que nos dói. Que nos preocupa. Que nos inquieta. Que desperta nossa indignação quando violada por intrusos. Que levanta nosso brio, quando agredida por estranhos. Que deve fazer os nossos dirigentes clamarem com todo o vigor de suas vozes contra os novos imperialistas de garras prontas para absorverem Angola e descaracterizarem Moçambique, através de falsos libertadores que nem angolanos são; que em vez de português falam francês e inglês; estranhos a Moçambique; nascidos fora da Angola.

Que Angola e Moçambique se tornem novos Brasis: mas pela vontade da sua gente e não por imposição de agentes deste ou daquele império. Pela sua gente e não por tais agentes.

Quando António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa, exclamou em 1922 na Câmara dos Deputados brasileira: "Venho agradecer ao Brasil o ter-se tornado independente de Portugal" houve quem não o compreendesse entre portugueses. Entretanto Almeida falara certo. Sociologicamente certo. A independência brasileira, no plano político, não fez sendo reforçar a interdependência entre todos os povos de língua portuguesa, no plano cultural, no plano social, no plano econômico, no plano da convivência supranacional em que vivem fraternamente esses povos, cada dia mais conscientes das tradições e dos destinos comuns que os prendem. A interdependência nesses planos é mil vezes mais importante que a dependência no puro plano político.

Saibam agir como continuadores de José Bonifácio os atuais líderes dos movimentos que procuram para as províncias portuguesas mais distantes do Portugal europeu, maior autonomia que a atual, e a interdependência entre os povos de língua portuguesa se ampliará e se aprofundará com essa maior autonomia de cada uma das partes que compõem a vasta comunidade, hoje madura para constituir-se em vigorosa federação lusotropical. Luso-brasileira só, não: lusotropical. O que é preciso e que aventureiros fantasiados de portugueses

não usurpem, a serviço de qualquer dos quatro ou cinco imperialismos agora em conflito, na África e no Oriente, o comando desses movimentos autonomistas a novos e honestos Josés Bonifácios que se empenhem em criar quanto antes autonomias quase nacionais ou mesmo nacionais sem destruírem ou comprometerem a interdependência essencial ao desenvolvimento dos vários povos de expressão portuguesa no maior sistema de democracia exemplarmente racial e Deus queira que também de democracia social, de democracia econômica, de democracia política jamais espalhado pelas quatro partes da terra: aquelas de que falava Camões ao saudar no Brasil a "nova quarta parte".

Camões. Quem cita Camões no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro está na obrigação de recordar Joaquim Nabuco. Foi no Rio de Janeiro que o nome do brasileiro Joaquim Nabuco ligou-se para sempre ao do autor *d'Os Lusiadas*. Ao nome, ao pensar, ao sentir do autor *d'Os Lusiadas*.

Há oitenta e dois anos, a 10 de Junho de 1880, dizia em conferência proferida na então capital de um Brasil ainda monárquico, a convite dos portugueses do Rio de Janeiro, o maior intelectual-político brasileiro da sua época e, de todos os grandes brasileiros de qualquer época, o mais lucidamente devotado ao culto camoneano, ver no sentimento de Pátria "um sentimento que se alarga, abate as muralhas da China que o isolam" para tornar-se "cada vez maior" e cada vez mais "um instrumento... de enlaçamento entre os povos". É como se apresenta hoje a muitos de nós a interdependência que cresce entre os povos de expressão portuguesa: como uma expansão do sentimento de pátria no de comunidade. Pátrias independentes e comunidade interdependente. Povos enlaçados numa federação de pátrias e de quase pátrias que se completem tanto com suas diferenças como com suas semelhanças. E que serão a afirmação definitiva da capacidade de povos em grande parte mestiços - gentes de "vária cor": mestiços de europeus com não-europeus e contando em seu número negros, amarelos, pardos - para desenvolverem altas formas de civilização moderna e de convivência sociologicamente cristã em terras tropicais. Que estes são os nossos destinos comuns, de brasileiros e de portugueses: destinos que ultrapassam a mística dos estreitos nacionalismos e não apenas dos inumanos racismos.

Dos dois grupos nacionalistas que se batem pela chamada libertação de Angola sabe-se que um chega a ser sectàriamente, fanàticamente, racista em sua mística de "negritude", nele estimulada, em grande parte, pelo maquiavelismo de estranhos, interessados em lançar africanos contra europeus. São expressivas, a esse respeito, as palavras de recente panfleto afro-racista divulgado na África contra Angola: "Angola não é dos brancos ... que lá

nasceram nem dos mestiços. Angola é dos negros, apenas dos negros! Os brancos e os mestiços terão que desaparecer!".

Palavras que ferindo o que Angola tem de mais democrático - a sua democracia social através daquela mestiçagem que vem sendo praticada por numerosos luso-angolanos, ao modo brasileiro - fere o Brasil; e torna ridícula - supremamente ridícula - a solidariedade que certos diplomatas, certos políticos e certos jornalistas do Brasil de hoje pretendem, alguns do alto de responsabilidades oficiais, que parta de uma população em grande parte mestiça, como a brasileira, a favor de afro-racistas. Que afinidade com esses afro-racistas, cruamente hostis ao mais precioso valor democrático que vem sendo desenvolvido pela gente brasileira - a democracia racial - pode haver da parte do Brasil? Tais diplomatas, políticos e jornalistas, assim procedendo, ou estão sendo mistificados quanto ao afro-racismo, fantasiado de movimento democrático e de causa liberal, ou estão sendo eles próprios mistificadores dos demais brasileiros. Nós, brasileiros, não podemos ser, como brasileiros, senão um povo por excelência anti-segregacionista: quer o segregacionismo siga a mística da "branquitude", quer siga o mito da "negritude". Ou o da "amarelitude".

Tais segregacionismos são, no mundo crescentemente inter-relacionado, em que vivemos, absurdos sociológicos. Absurdos biológicos. Tão absurdos que a própria África do Sul, a despeito de todas as suas leis segregacionistas, está cheia de mestiços. Cheio de mestiços está o Sul dos Estados Unidos. Mestiços aos quais também se estende a solidariedade brasileira.

Há dezenas de anos, Wells já observava, no seu famoso *Outline of History*, resumindo o melhor saber biológico de sua e de nossa época, terem as variedades de *Homo Sapiens* resultado de diferenciações somente tornadas possíveis pelos longos períodos de segregação vividos por vários grupos humanos em diferentes partes do mundo, por falta quase absoluta de meios físicos de comunicação entre eles. Essa segregação se tornara impossível com as modernas comunicações, com a moderna riqueza de contactos entre homens dos grupos mais distantes uns dos outros no espaço físico. Já não estaria, provavelmente, ocorrendo, - pensava Wells há quase meio século - nenhuma diferenciação do ponto de vista biológico mas, ao contrário, crescente reunificação das variedades de *Homo Sapiens*: "Men mingle more and more. Readmixture is now a far stronger force than differentiation".

O que fez outro anglo-saxão ilustre, Roy Nash, considerar o brasileiro, mais próximo do que qualquer outro povo de constituir uma síntese completa, no sentido daquela reunificação; e a expressão, como tal, de um drama biológico de "tremenda importância" - palavras de Nash - para todos os homens. Drama biológico desdobrado em drama sociológico

é o que é hoje não só o Brasil como todo o mundo de expressão portuguesa. Somos a antecipação de uma tendência que não tardará a generalizar-se a outros povos.

Toda a antecipação importa, porém, em dor. A mestiçagem em que nos antecipamos, os brasileiros, a outras democracias modernas, por vezes nos aflige. Por ela temos sido mais de uma vez ridicularizados. Desprezados por povos com pretensões a serem de raça pura. Insultados por esnobes convictos de pertencerem a raças superiores aos grupos mestiços.

Mas é através dessa dor que estamos contribuindo, os brasileiros, como descendentes de portugueses e continuadores de portugueses, mais do que qualquer outro povo, para a reunificação do Homem. A mestiçagem reunifica os homens separados pelos mitos raciais. A mestiçagem reúne sociedades divididas pelas místicas raciais em grupos inimigos. A mestiçagem reorganiza nações comprometidas em sua unidade e em seus destinos democráticos pelas superstições raciais. A mestiçagem completa Cristo. A mestiçagem é o verbo feito homem - seja qual for a sua raça - e não feito raça divinamente privilegiada: hoje a branca, amanhã a amarela ou a parda ou a preta. A mestiçagem é a democracia social em sua expressão mais pura. Sem ela fracassa o próprio Marx no que a sua ideologia tem de melhor.

Somos nós, brasileiros, descendentes de portugueses, continuadores de portugueses, os maiores responsáveis modernos pelo êxito dessa mensagem, hoje de significação tão grande para os homens de todas as partes do mundo. Que em todas as partes do mundo há quem ponha acima de regimes que dêem, ou procurem dar, às populações, o puro bem-estar material que os belgas davam aos negros do Congo, sistemas de convivência em que o negro possa ser, através de iguais oportunidades, igual ao branco, o pardo igual ao amarelo, o moreno igual ao louro, o judeu igual ao ariano.

Sendo assim, quando Goa deixa de ser portuguesa para correr o risco de voltar aos extremos do regime de castas, que ainda degrada a Índia; quando da Angola se quer fazer, em vez de outro Brasil, outro Congo, dividido pelo ódio de negros contra brancos e de pretos contra mestiços; quando de Moçambique se pretende fazer colônia da União Indiana em vez de província portuguesa a caminho de ser também novo Brasil - a perda não é só para Portugal: é também, no plano ético e no plano cultural, para o Brasil; para o que o Brasil representa como moderna população, em grande parte, mestiça; e como civilização mista em que a valores europeus se juntam fecundamente valores não-europeus. Mais: é perda para toda a humanidade em marcha para a reunificação do Homem através de uma mestiçagem de que Portugal já não se envergonha e o Brasil já não se desculpa perante ingleses ou escandinavos, argentinos ou canadenses. Pois como meia-potência o Brasil em grande parte mestiço não pé

inferior a nenhuma meia-potência de brancos de hoje. Como novo tipo de civilização moderna nos trópicos o Brasil não é inferior a nenhum outro tipo de civilização moderna em terras ardentes. Suas possibilidades, que apenas se esboçam, são, sem nenhum exagero, imensas. Desmoralizam todos os Gobineau. Porque com os modernos triunfos brasileiros se afirmam as vantagens da democracia racial e se desmancha o mito daqueles perigos mortais outrora atribuídos por sociólogos levianos e por biólogos precipitados tanto à mistura de raças como à vida em espaços tropicais: dois riscos que o português soube enfrentar em larga escala, unindo seu sangue aos de gentes de cor e espalhando-se por algumas das mais ásperas regiões quentes da Ásia, da África e da América. E triunfando. Criando Goas e criando Brasis. Criando Cabos Verdes e criando Angolas. Criando Moçambiques. Criando mestiços. Criando o bandeirante. Criando o sertanejo. Abandonando o frio das Terras Novas aos ingleses e o temperamento das Áfricas do Sul a holandeses, a brancos, dos chamados puros: povos cheios de pavores dos trópicos. E aceitando o desafio dos trópicos. Respondendo a esse desafio com a mestiçagem. Valorizando terras quentes e demonstrando a capacidade das gentes mestiças e o valor das culturas mistas para desenvolverem, nessas terras ásperas, as mais altas formas de civilização.

Bado, Bárbara Pinheiro.

Portugal-Brasil-África: um dilema brasileiro em Afonso Arinos e Gilberto Freyre (1950-1975)/ Bárbara Pinheiro Bado – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

ix, 147 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social, ano 2010.

Orientadora: Monica Grin

1. Franco, Afonso Arinos de Melo (1905-1990). 2. Freyre, Gilberto (1900-1987). 3. Relações Brasil-Portugal. 4. Relações Brasil-África. 5. Política Externa – Dissertações. I. Grin, Monica (Orientadora). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Portugal-Brasil-África: um dilema brasileiro em Afonso Arinos e Gilberto Freyre (1950-1975).

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo